

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2010

Marinha Grande, Abril 2011

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



ÍNDICES

INDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS	4
ÍNDICE DE QUADROS	4
RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL	9
1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	10
1.1.1. Receitas Correntes	13
1.1.1.1. Impostos Directos	14
1.1.1.2. Impostos Indirectos	15
1.1.1.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	16
1.1.1.4. Rendimentos de Propriedade	17
1.1.1.5. Transferências Correntes	18
1.1.1.6. Venda de Bens e Serviços Correntes	21
1.1.1.7. Outras Receitas Correntes	22
1.1.2. Receitas de Capital	22
1.1.2.1. Venda de Bens de Investimento	24
1.1.2.2. Transferências de Capital	24
1.1.2.3. Passivos Financeiros	27
1.1.2.4. Outras Receitas de Capital	27
1.1.3. Análise de Desvios da Receita em 2010	28
1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	29
1.2.1. Despesas Correntes	32
1.2.1.1. Despesas com o Pessoal	33
1.2.1.2. Aquisição de Bens e Serviços	34
1.2.1.3. Juros e Outros Encargos	35
1.2.1.4. Subsídios Concedidos	36
1.2.1.5. Transferências Correntes	37
1.2.1.6. Outras Despesas Correntes	38
1.2.2. Despesas de Capital	39
1.2.2.1. Aquisição de Bens de Capital	41
1.2.2.2. Transferências de Capital	41
1.2.2.3. Activos Financeiros	42
1.2.2.4. Passivos Financeiros	42
1.2.2.5. Outras Despesas de Capital	43
1.2.3. Análise de Desvios da Despesa em 2010	43
1.2.4. Despesa por Classificação Orgânica	45
1.2.5. Despesa por Classificação Funcional	50
1.2.6. Análise dos Compromissos por pagar e para exercícios futuros	53
1.3. POUPANÇA CORRENTE	54
1.4. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA	55
1.4.1. Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas	55
1.4.2. Rácios de Estrutura da Receita	58
1.4.3. Rácios de Estrutura da Despesa	61
1.4.4. Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente	63
1.4.5. Rácios para avaliar o Prazo Médio de Pagamento	64
2. ANÁLISE PATRIMONIAL	66
2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS	66
2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)	67
2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	67
2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	71
2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal	72
2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais	74
2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício	75
2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício	76
2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros	77
2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários	78
2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS	79
2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços	80
2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas	82
2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares	82
2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos	83
2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade	84
2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	85
2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros	85
2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários	87

2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88
2.4. ANÁLISE DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS	88
2.5. ANÁLISE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS	89
2.5.1. Médio e Longo Prazo	89
2.5.2. Curto Prazo	90
2.6. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL	91
2.6.1. Rácios de Liquidez	91
2.6.2. Rácio de Solvabilidade	92
2.6.3 Rácio da Autonomia Financeira	93
2.6.4. Rácios de Endividamento	93
2.7. ENDIVIDAMENTO	96
PRESTAÇÃO DE CONTAS	102
1. BALANÇO	103
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	108
3. MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	110
3.1. CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA	111
3.2. CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	121
3.3. RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	127
3.4 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	131
3.5 EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL	148
3.6. FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	168
3.7. MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	188
3.8. OPERAÇÕES DE TESOUREARIA	190
4. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	197
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	198
4.1.1. Identificação	199
4.1.2. – Legislação	199
4.1.3. – Estrutura Organizacional Efectiva	199
4.1.4. – Descrição Sumária das Actividades	201
4.1.5. – Recursos Humanos	201
4.1.6. – Organização Contabilística	201
4.1.7. – Outra Informação Considerada Relevante	203
4.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	208
4.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	235
4.3.1. Modificações ao Orçamento da Receita	236
4.3.2. Modificações ao Orçamento da Despesa	243
4.3.3. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	264
4.3.4. Modificações ao Plano de Actividades Municipais	286
4.3.5. Mapa dos Contratos	312
4.3.6. Transferências Correntes da Despesa	322
4.3.7. Transferências de Capital da Despesa	327
4.3.8. Transferências Correntes da Receita	329
4.3.9. Transferências de Capital da Receita	331
4.3.10. Subsídios Concedidos	333
4.3.11. Activos de Rendimento Fixo	335
4.3.12. Activos de Rendimento Variável	337
4.3.13. Mapa dos Empréstimos	339
4.3.14. Outras Dívidas a Terceiros	341
4.3.15. Outros Documentos	354
4.3.15.1 Norma de Controlo Interno	355
4.3.15.2 Resumo Diário de Tesouraria	375
4.3.15.3 Síntese das Reconciliações Bancárias	378
4.3.15.4 Mapas de Fundo de Maneio	380
4.3.15.5 Funcionários com Participação em Emolumentos e/ou Custas de Execuções Fiscais	382
4.3.15.6 Relação dos Funcionários em Acumulação de Funções	384
4.3.15.7 Relação Nominal dos Responsáveis	386
ENCERRAMENTO E TERMO DE APROVAÇÃO FINAL	388
ENCERRAMENTO	389
TERMO DE APROVAÇÃO FINAL	390

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Organograma dos Serviços Municipais	200
---	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quadro comparativo da evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, entre 2006 e 2010	11
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes em 2010	14
Gráfico 3: Estrutura das Receitas de Capital em 2010	23
Gráfico 4: Evolução da despesa entre 2006 e 2010	30
Gráfico 5: Despesas com o pessoal por orgânica	47
Gráfico 6: Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços por orgânica	48
Gráfico 7: Despesas com a Aquisição de Bens de Capital por orgânica	49
Gráfico 8: Cobertura Global das Despesas	56
Gráfico 9: Cobertura Global das Despesas Correntes	56
Gráfico 10: Cobertura Global das Despesas de Capital	57
Gráfico 11: Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias	57
Gráfico 12: Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais	58
Gráfico 13: Receitas Próprias	59
Gráfico 14: Receitas Locais	59
Gráfico 15: Passivos Financeiros	60
Gráfico 16: Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento	60
Gráfico 17: Despesa de Capital	61
Gráfico 18: Despesas com Pessoal	62
Gráfico 19: Aquisição de Bens e Serviços Correntes	62
Gráfico 20: Encargos Financeiros	63
Gráfico 21: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	71
Gráfico 22: Evolução dos Custos com o Pessoal	73
Gráfico 23: Evolução dos Custos Operacionais	74
Gráfico 24: Evolução dos Custos com Amortizações do Exercício	75
Gráfico 25: Evolução das Provisões	76
Gráfico 26: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros	77
Gráfico 27: Evolução dos Custos Extraordinários	78
Gráfico 28: Distribuição das Transferências de Capital	79
Gráfico 29: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços	80
Gráfico 30: Distribuição dos Proveitos relativos a "Outros Serviços"	82
Gráfico 31: Evolução dos Impostos e Taxas	82
Gráfico 32: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos	83
Gráfico 33: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade	84
Gráfico 34: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	85
Gráfico 35: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros	86
Gráfico 36: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários	87

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Dotações e Previsões Iniciais de 2010	9
Quadro 2: Dotações e Previsões Corrigidas de 2010	9
Quadro 3: Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado	9
Quadro 4: Evolução das Receitas Totais entre 2006 e 2010	10
Quadro 5: Quadro da Estrutura da Receita, 2009 e 2010	12
Quadro 6: Evolução das Receitas Correntes entre 2006 e 2010	13
Quadro 7: Evolução dos Impostos Directos entre 2006 e 2010	15
Quadro 8: Evolução dos Impostos Directos, desagregados, entre 2006 e 2010	15
Quadro 9: Evolução dos Impostos Indirectos entre 2006 e 2010	16
Quadro 10: Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades entre 2006 e 2010	17
Quadro 11: Evolução dos Rendimentos de Propriedade entre 2005 e 2009	18
Quadro 12: Evolução das Transferências Correntes entre 2006 e 2010	20
Quadro 13: Evolução da Venda de Bens e Serviços entre 2006 e 2010	21
Quadro 14: Evolução de Outras Receitas Correntes entre 2006 e 2010	22
Quadro 15: Evolução das Receitas de Capital entre 2006 e 2010	23
Quadro 16: Evolução da Venda de Bens de Investimento entre 2006 e 2010	24
Quadro 17: Evolução das Transferências de Capital entre 2006 e 2010	25
Quadro 18: Ponto de Situação das Candidaturas do Município da Marinha Grande a 31.12.2010	26
Quadro 19: Evolução de Passivos Financeiros entre 2009 e 2010	27
Quadro 20: Evolução de Outras Receitas de Capital entre 2006 e 2010	27
Quadro 21: Quadro dos Desvios das Receitas em 2010	28
Quadro 22: Evolução das Despesas Totais	29

Quadro 23: Estrutura da Despesa em 2009 e 2010	31
Quadro 24: Evolução das Despesas Correntes entre 2006 e 2010	32
Quadro 25: Índice de Pagamento e Índice de Realização	33
Quadro 26: Evolução das Despesas com pessoal entre 2009 e 2010	34
Quadro 27: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços entre 2006 e 2010	34
Quadro 28: Evolução das Despesas com Juros e Outros Encargos entre 2005 e 2009	36
Quadro 29: Evolução das Despesas com Subsídios Concedidos entre 2006 e 2010	36
Quadro 30: Evolução das Despesas com Transferências Correntes entre 2006 e 2010	38
Quadro 31: Evolução de Outras Despesas Correntes entre 2006 e 2010	39
Quadro 32: Evolução das Despesas de Capital entre 2006 e 2010	39
Quadro 33: Índice de Pagamento e Índice de Realização	40
Quadro 34: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens de Capital entre 2006 e 2010	41
Quadro 35: Evolução das Despesas com Transferências de Capital entre 2006 e 2010	41
Quadro 36: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2006 e 2010	43
Quadro 37: Evolução das Outras Despesas de Capital entre 2006 e 2010	43
Quadro 38: Quadro dos Desvios	44
Quadro 39: Resumo das despesas segundo a classificação orgânica/económica	46
Quadro 40: Despesa por Classificação Funcional	51
Quadro 41: Evolução da Poupança Corrente	54
Quadro 42: Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas	55
Quadro 43: Rácios de Estrutura da Receita	58
Quadro 44: Rácios de Estrutura da Despesa	61
Quadro 45: Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente	63
Quadro 46: Prazo Médio de Pagamento	64
Quadro 47: Evolução dos custos totais	66
Quadro 48: Evolução dos custos globais nos últimos cinco anos	67
Quadro 49: Evolução dos CMVMC	67
Quadro 50: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos	68
Quadro 51: Comparação da evolução dos custos com a subcontratação versus FSE	68
Quadro 52: Distribuição dos Custos com Subcontratos	69
Quadro 53: Distribuição dos Custos com Fornecimentos e Serviços	70
Quadro 54: Destino das Transferências Correntes	71
Quadro 55: Distribuição dos Custos com o Pessoal	73
Quadro 56: Componentes da rubrica Remunerações	73
Quadro 57: Discriminação dos Custos Operacionais	74
Quadro 58: Discriminação das Provisões	76
Quadro 59: Distribuição dos Custos Financeiros	77
Quadro 60: Distribuição dos Juros Suportados	78
Quadro 61: Distribuição dos Custos Extraordinários	78
Quadro 62: Evolução dos Proveitos	79
Quadro 63: Evolução global dos proveitos	80
Quadro 64: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços	81
Quadro 65: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens	81
Quadro 66: Distribuição dos Proveitos de Prestação de Serviços	81
Quadro 67: Distribuição das Transferências e Subsídios Obtidos	83
Quadro 68: Distribuição dos Trabalhos para a própria entidade	84
Quadro 69: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	85
Quadro 70: Distribuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros	86
Quadro 71: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	87
Quadro 72: Evolução do Resultado Líquido do Exercício	88
Quadro 73: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	88
Quadro 74: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo – Detalhado	89
Quadro 75: Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	89
Quadro 76: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	90
Quadro 77: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo – Detalhado	90
Quadro 78: Resumo da Evolução das Dívidas a e de Terceiros, 2006-2010	91
Quadro 79: Liquidez Geral	91
Quadro 80: Liquidez Reduzida	92
Quadro 81: Liquidez Imediata	92
Quadro 82: Rácio de Solvabilidade	93
Quadro 83: Rácio da Autonomia Financeira	93
Quadro 84: Rácio do Endividamento	93
Quadro 85: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo	94
Quadro 86: Limites de Endividamento Municipal de 2010	96
Quadro 87: Activos e Passivos Financeiros	97
Quadro 88: Endividamento de Médio e Longo Prazos	98
Quadro 89: Apuramento da Situação de Endividamento do Município Marinha Grande a 31.12.2010	99
Quadro 90: Síntese do Endividamento a 31.12.2010	101
Quadro 91: Síntese do Endividamento a 31.12.2009	101

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adiante designado por POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, o Relatório de Gestão faz parte integrante dos documentos de prestação de contas dos Municípios.

Com o presente relatório pretende-se:

- Apresentar o nível de execução das receitas e das despesas do ano de 2010 e a sua comparação com os anos transactos, desde 2006.
- Apresentar uma análise da situação económica do Município, através da demonstração da evolução dos custos e dos proveitos desde o ano de 2006, inclusive.
- Apresentar uma análise da situação financeira da Autarquia, com apresentação de indicadores que permitam uma análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Face ao exposto apresentam-se de seguida os Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande, relativos ao ano de 2010.

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise à execução orçamental permite aferir qual o nível de execução dos documentos previsionais aprovados na Sessão da Assembleia Municipal do dia 28 de Dezembro de 2009, bem como identificar quais as modificações efectuadas aos mesmos, apurando-se os desvios entre o orçamento inicial e o orçamento final.

Quadro 1: Dotações e Previsões Iniciais de 2010

<u>DOTAÇÕES E PREVISÕES INICIAIS 2010</u>			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	18.923.350,71 €	Correntes	18.726.752,27 €
Capital	13.006.842,12 €	Capital	13.203.445,56 €
Outras Receitas	5,00 €	Outras Despesas	
TOTAL GERAL	31.930.197,83 €	TOTAL GERAL	31.930.197,83 €

Ao longo do ano económico de 2010, foram elaboradas vinte e cinco modificações aos documentos previsionais inicialmente aprovados, das quais seis revisões e dezanove alterações. Como consequência das referidas modificações, as dotações e previsões corrigidas a 31.12.2010 são as reflectidas no quadro seguinte.

Quadro 2: Dotações e Previsões Corrigidas de 2010

<u>DOTAÇÕES E PREVISÕES CORRIGIDAS 2010</u>			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	19.085.680,71 €	Correntes	19.065.680,71 €
Capital	13.564.863,20 €	Capital	13.917.034,88 €
Outras Receitas	332.171,68 €	Outras Despesas	
TOTAL GERAL	32.982.715,59 €	TOTAL GERAL	32.982.715,59 €

Face aos valores apresentados, e comparando o orçamento inicial, o final e o executado, apuram-se os desvios ocorridos e a execução dos documentos previsionais, conforme análise constante do quadro seguinte.

Quadro 3: Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

<u>COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO</u>						
	ORÇAMENTO			TAXA DE EXECUÇÃO	DESVIO (FINAL E INICIAL)	DESVIO (EXECUTADO E FINAL)
	INICIAL	FINAL	EXECUTADO			
RECEITAS						
Correntes	18.923.350,71 €	19.085.680,71 €	18.647.749,80 €	97,71%	162.330,00 € -	437.930,91 €
Capital	13.006.842,12 €	13.564.863,20 €	2.757.628,65 €	20,33%	558.021,08 € -	10.807.234,55 €
Outras Receitas (*)	5,00 €	332.171,68 €	12.010,06 €	3,62%	332.166,68 € -	320.161,62 €
TOTAL GERAL	31.930.197,83 €	32.982.715,59 €	21.417.388,51 €	64,94%	1.052.517,76 € -	11.565.327,08 €
DESPESAS						
Correntes	18.726.752,27 €	19.065.680,71 €	15.995.930,40 €	83,90%	338.928,44 € -	3.069.750,31 €
Capital	13.203.445,56 €	13.917.034,88 €	5.212.959,63 €	37,46%	713.589,32 € -	8.704.075,25 €
Outras Despesas						
TOTAL GERAL	31.930.197,83 €	32.982.715,59 €	21.208.890,03 €	64,30%	1.052.517,76 € -	11.773.825,56 €

(*) A interpretação dos desvios apurados nesta rubrica entre as Previsões Iniciais, Corrigidas e Executadas deve considerar o valor do saldo que transita da Gerência anterior, 2009, no valor de 332.171,68 euros.

Da análise do quadro anterior podemos aferir que, quando comparado com o orçamento inicial, o orçamento final regista um aumento de 1.052.517,76 euros, ao longo do ano de 2010, o que corresponde a 3,30%.

No ano de 2010, a execução do orçamento da receita foi de 65% e a do orçamento da despesa foi de 64%.

No que respeita à execução orçamental da receita corrente esta apresentou uma taxa de execução de 97,7%, enquanto que a execução orçamental da receita de capital foi de 20,3%.

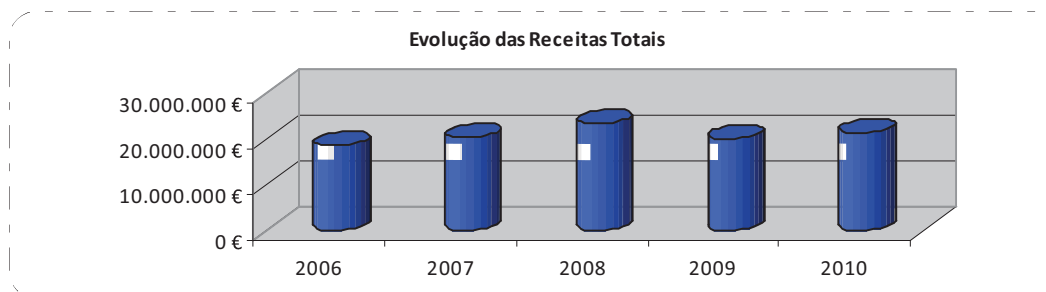
Relativamente à execução orçamental da despesa corrente esta apresenta uma taxa de execução de 83,9%, enquanto que a execução orçamental da despesa de capital foi de 37,5%.

1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

No ano de 2010, o montante global da receita arrecadada foi de 21.417.389 euros, o que representa um acréscimo de cerca de 6,5% relativamente ao ano de 2009, na qual se tinha verificado um montante de receita cobrada de 20.115.070 euros.

Quadro 4: Evolução das Receitas Totais entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas Totais	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €	21.417.389 €



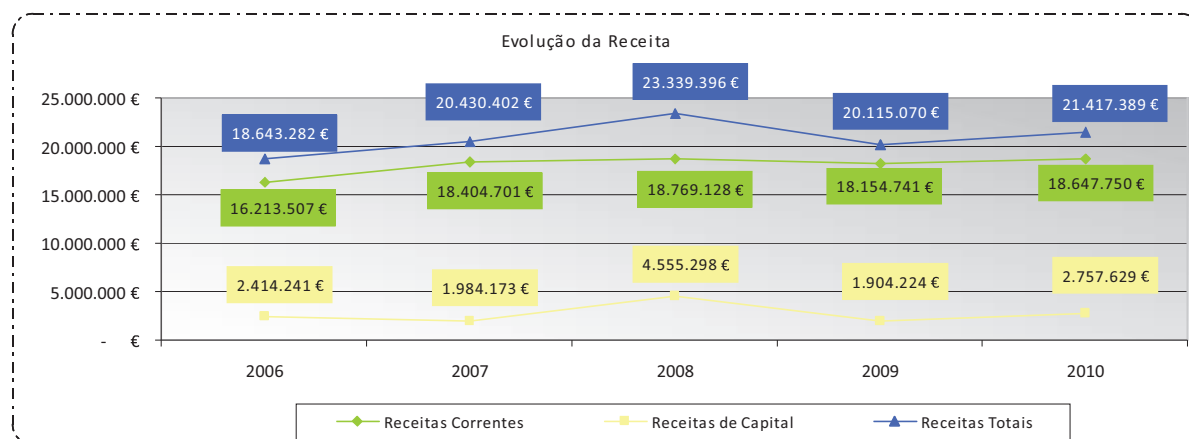
	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	Variação
Receitas Correntes	16.213.507 €	87,0%	18.404.701 €	90,1%	18.769.128 €	80,4%	18.154.741 €	90,3%	18.647.750 €	87,1%	2,7%
Receitas de Capital	2.414.241 €	12,9%	1.984.173 €	9,7%	4.555.298 €	19,5%	1.904.224 €	9,5%	2.757.629 €	12,9%	44,8%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	15.534 €	0,1%	41.528 €	0,2%	14.970 €	0,1%	56.105 €	0,3%	12.010 €	0,1%	-78,6%
Total da Receita	18.643.282 €	100%	20.430.402 €	100%	23.339.396 €	100%	20.115.070 €	100%	21.417.389 €	100%	6,5%

O total das Receitas Correntes arrecadadas no ano de 2010 foi de 18.647.750 euros, registando-se um acréscimo de cerca de 2,7% quando comparado com o ano de 2009, no qual o montante global da Receita Corrente foi de 18.154.741 euros.

O total das Receitas de Capital arrecadadas no ano de 2010 registam um acréscimo de 44,8% face ao ano transacto, tendo sido arrecadado o montante global de 2.757.629 euros, enquanto que no ano de 2009 o total das receitas de capital arrecadadas nos cofres da tesouraria municipal ascendia a 1.904.224 euros.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, nos últimos 5 anos.

Gráfico 1: Quadro comparativo da evolução da Receita Total, Corrente e de Capital, entre 2006 e 2010



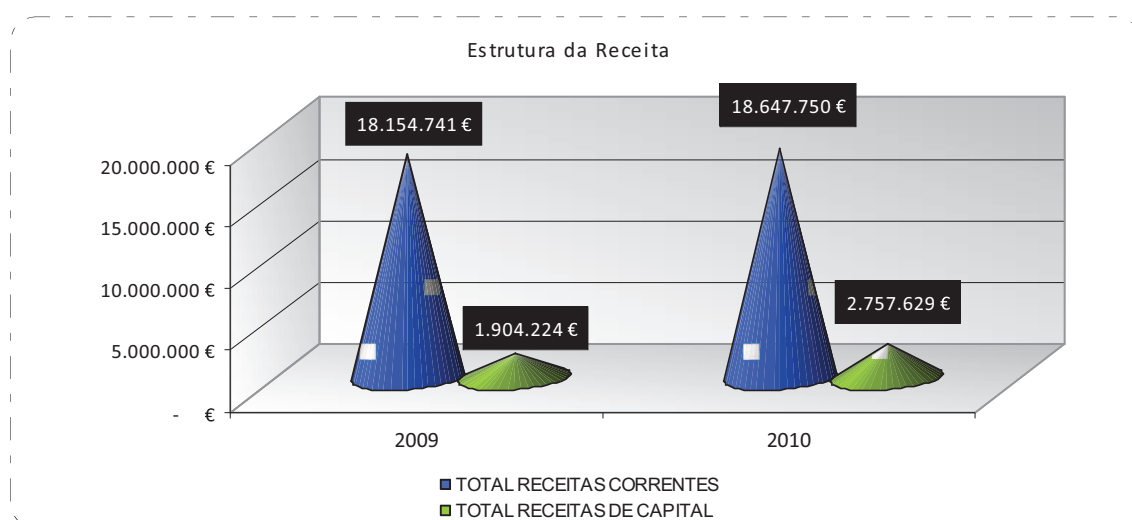
As Receitas Correntes apresentam uma evolução positiva nos anos de 2006 a 2008, sendo que é neste último ano que se registou o montante de receita corrente arrecadado mais elevado, para o período em análise, tendo-se registado uma diminuição no ano de 2009. No ano de 2010 verifica-se novamente uma tendência de crescimento ao registar-se um acréscimo da receita arrecadada de cerca de 3%, que corresponde, em termos absolutos, a 493.009 euros.

No que respeita às Receitas de Capital, não existe uma tendência firme ao longo do período em análise, sendo que estas apresentam em 2007 um crescimento negativo. Em 2008 assistiu-se a um aumento de cerca de 130%. No ano de 2009 verifica-se novamente um decréscimo na receita de capital arrecadada, sendo que é neste ano que se regista a execução orçamental mais baixa no período em análise, com um total de receita arrecadado de 1.904.224 euros. O ano de 2010 regista um acréscimo de cerca de 45%, a que corresponde em termos absolutos, a 853.404 euros, fruto da receita proveniente da execução de candidaturas a fundos comunitários.

Os quadros e gráficos seguintes apresentam a estrutura da receita, atenta a sua execução orçamental no ano de 2010, comparando-a com a do ano transacto.

Quadro 5: Quadro da Estrutura da Receita, 2009 e 2010

DESIGNAÇÃO	2009			2010		
	VALOR	ESTRUTURA		VALOR	ESTRUTURA	
		Parcelar	Global		Parcelar	Global
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	6.227.618 €	34,30%	30,96%	6.433.195 €	34,50%	30,04%
Impostos Indirectos	306.926 €	1,69%	1,53%	167.738 €	0,90%	0,78%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	63.031 €	0,35%	0,31%	209.378 €	1,12%	0,98%
Rendimentos de Propriedade	136.156 €	0,75%	0,68%	61.810 €	0,33%	0,29%
Transferências Correntes	5.364.456 €	29,55%	26,67%	5.507.758 €	29,54%	25,72%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.926.414 €	32,64%	29,46%	6.196.193 €	33,23%	28,93%
Outras Receitas Correntes	130.140 €	0,72%	0,65%	71.679 €	0,38%	0,33%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	18.154.741 €	100%	90,25%	18.647.750 €	100%	87,07%
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	12.076 €	0,63%	0,06%		0,00%	0,00%
Transferências de Capital	1.884.961 €	98,99%	9,37%	2.756.525 €	99,96%	12,87%
Activos Financeiros						
Passivos Financeiros (Empréstimos MLP)						
Outras Receitas de Capital	7.188 €	0,38%	0,04%	1.103 €	0,04%	0,01%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	1.904.224 €	100%	9,47%	2.757.629 €	100%	12,88%
Outras Reposições Não Abatidas aos Pagamentos	56.105 €		0,28%	12.010 €		0,06%
TOTAL DA RECEITA	20.115.071 €		100%	21.417.389 €		100%



No ano de 2010 o total das Receitas Correntes representam 87,1% das Receitas Totais cobradas e o total das Receitas de Capital 12,9%, pelo que fazendo uma análise comparativa verifica-se que o peso das Receitas Correntes no total das receitas arrecadadas no ano de 2010 é inferior em cerca de 3%, relativamente ao ano transacto, em que o total das Receitas Correntes representaram 90,3% do orçamento e as receitas de capital 9,5%.

A análise à estrutura da receita permite-nos aferir que as rubricas que têm um peso mais significativo no total das Receitas Correntes no ano de 2010 são os Impostos Directos (34,5%), Venda de Bens e Serviços Correntes (33,2%) e Transferências Correntes (29,5%).

Comparando a análise da estrutura da receita corrente de 2010 com o ano transacto, verifica-se que a mesma não foi alterada.

Analizando a estrutura da Receita de Capital, verifica-se que a rubrica Transferências de Capital apresenta um peso muito significativo quer em 2009 (98,99%) quer em 2010 (99,96%), advindo destas praticamente a totalidade das Receitas de Capital arrecadadas pelo Município da Marinha Grande no ano de 2010.

1.1.1. Receitas Correntes

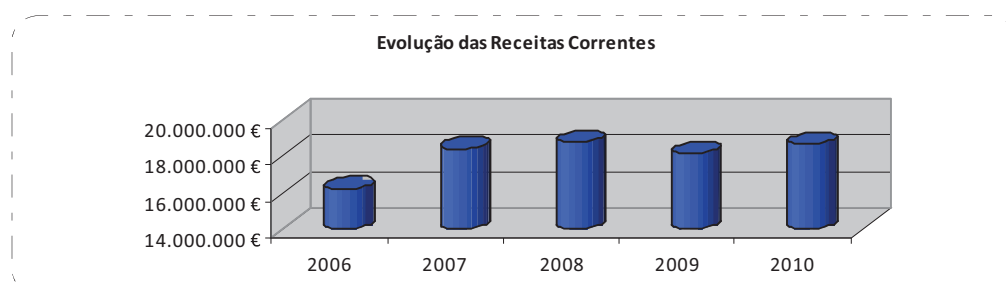
O total das Receitas Correntes apresenta um aumento relativamente constante ao longo dos últimos anos, sendo que no ano de 2010 se mantém a tendência ao apresentar um acréscimo de cerca de 3%. O acréscimo da Receita Corrente está directamente relacionado com o aumento registado na classificação Taxas, Tarifas, Multas e Outras Penalidades (232,2%), Venda de Bens e Serviços Correntes (4,55%) e Impostos Directos (3,3%).

As classificações económicas de Rendimentos de Propriedade, Impostos Indirectos e Outras Receitas Correntes apresentam uma evolução desfavorável quando comparadas com o ano transacto, -54,6%, -45,4% e -44,9%, respectivamente.

Considerando que a previsão corrigida das Receitas Correntes é de 19.085.681 euros e que a execução global ascende a 18.647.750 euros, a taxa de execução destas é 97,7%.

Quadro 6: Evolução das Receitas Correntes entre 2006 e 2010

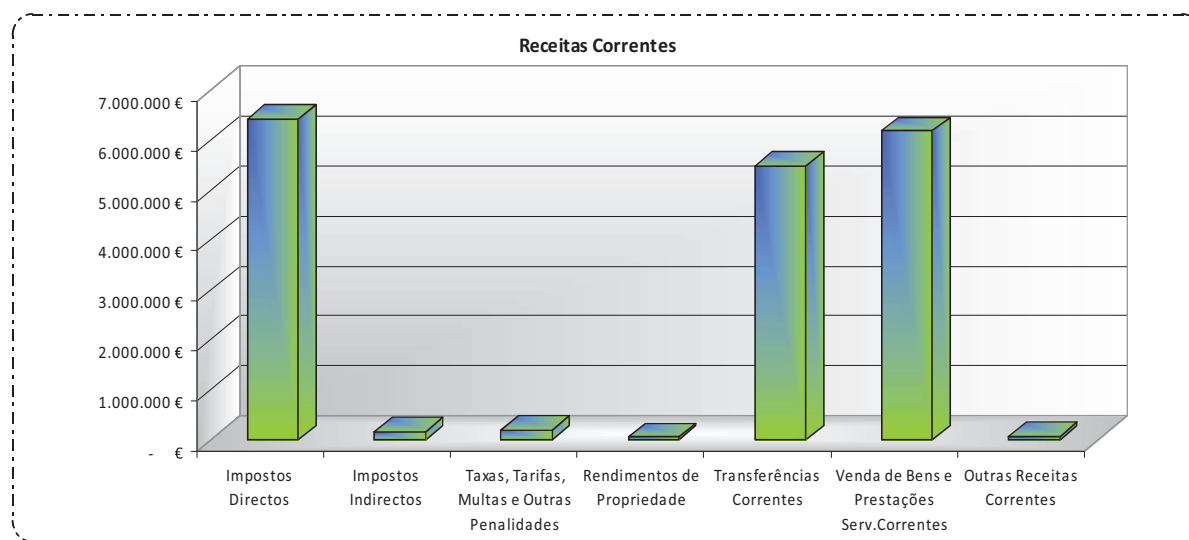
	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas Correntes	16.213.507 €	18.404.701 €	18.769.128 €	18.154.741 €	18.647.750 €



	2006		2007		2008		2009		2010		Varição
Impostos Directos	6.042.329 €	37,27%	7.287.685 €	39,60%	7.865.574 €	41,91%	6.227.618 €	34,30%	6.433.195 €	34,50%	3,30%
Impostos Indirectos	260.661 €	1,61%	161.287 €	0,88%	96.439 €	0,51%	306.926 €	1,69%	167.738 €	0,90%	-45,35%
Taxas, Tarifas, Multas e Outras Penalidades	82.478 €	0,51%	104.685 €	0,57%	106.594 €	0,57%	63.031 €	0,35%	209.378 €	1,12%	232,18%
Rendimentos de Propriedade	158.607 €	0,98%	201.602 €	1,10%	227.549 €	1,21%	136.156 €	0,75%	61.810 €	0,33%	-54,60%
Transferências Correntes	3.938.284 €	24,29%	4.882.059 €	26,53%	5.163.557 €	27,51%	5.364.456 €	29,55%	5.507.758 €	29,54%	2,67%
Venda de Bens e Prestações Serv. Correntes	5.568.965 €	34,35%	5.631.280 €	30,60%	5.283.281 €	28,15%	5.926.414 €	32,64%	6.196.193 €	33,23%	4,55%
Outras Receitas Correntes	162.184 €	1,00%	136.103 €	0,74%	26.134 €	0,14%	130.140 €	0,72%	71.679 €	0,38%	-44,92%
TOTAL	16.213.507 €	100%	18.404.701 €	100%	18.769.128 €	100%	18.154.741 €	100%	18.647.750 €	100%	2,72%

O gráfico seguinte demonstra a estrutura da execução da Receita Corrente em 2010, a qual será desenvolvida nos pontos seguintes.

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes em 2010



1.1.1.1. Impostos Directos

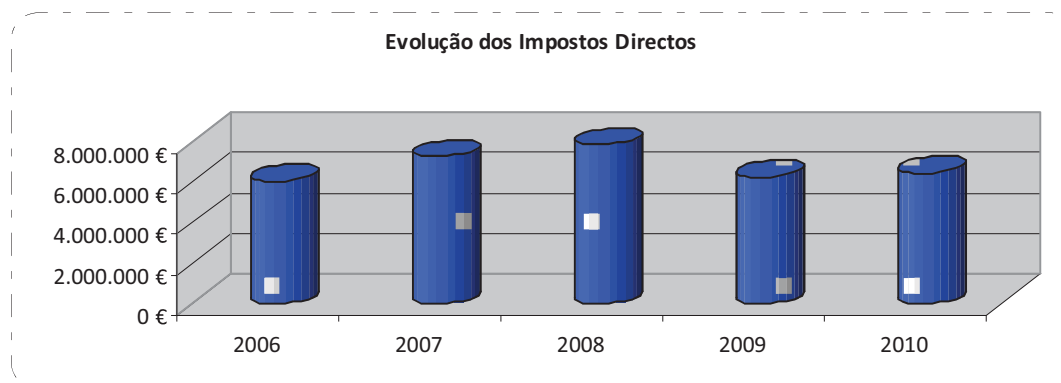
Os Impostos Directos representam 34,50% do total das Receitas Correntes arrecadadas em 2010 e 30,05% do total geral das Receitas do Município.

Considerando que a previsão inicial e corrigida da rubrica de Impostos Directos era de 7.173.657 euros e que a execução foi de 6.433.195 euros, podemos aferir da existência de um desvio negativo entre as receitas previstas e as executadas de cerca de 10%, dada a arrecadação de menos 740.462 euros.

A receita proveniente de Impostos Directos registou um acréscimo de 3,3%, relativamente ao ano de 2009, sendo que no ano de 2010 o montante de receita arrecadado ascendeu a 6.433.195 euros, dos quais 3.346.093 euros respeitam a Imposto Municipal sobre Imóveis, 1.494.368 euros a Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis, 927.158 euros a Derrama, 659.554 euros a Imposto Único de Circulação, 3.993 euros a Imposto Municipal de SISA e 2.030 euros respeitam a Contribuição Autárquica.

Quadro 7: Evolução dos Impostos Directos entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Impostos Directos	6.042.329 €	7.287.685 €	7.865.574 €	6.227.618 €	6.433.195 €



De seguida apresenta-se um mapa comparativo da evolução da receita cobrada por tipo de imposto directo, nos anos de 2006 a 2010.

Quadro 8: Evolução dos Impostos Directos, desagregados, entre 2006 e 2010

IMPOSTOS DIRECTOS	2006	2007	2008	2009	2010
Imposto Municipal sobre Imóveis	2.957.346 €	3.189.497 €	3.395.554 €	3.303.065 €	3.346.093 €
Imposto Único de Circulação			555.569 €	632.131 €	659.554 €
Imposto Municipal sobre Transmissões	1.386.629 €	2.324.425 €	2.540.806 €	1.264.965 €	1.494.368 €
Derrama	965.260 €	885.370 €	1.250.855 €	1.020.097 €	927.158 €
Contribuição Autárquica	48.967 €	18.262 €	15.272 €	2.556 €	2.030 €
Imposto Municipal de SISA	130.818 €	284.944 €	107.518 €	4.805 €	3.993 €
Imposto Municipal sobre Veículos	553.310 €	580.724 €			
Impostos Directos Diversos	- €	4.463 €	- €	- €	
Impostos Directos	6.042.329 €	7.287.685 €	7.865.574 €	6.227.618 €	6.433.195 €

1.1.1.2. Impostos Indirectos

Os Impostos Indirectos são aqueles que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, os quais devem ser imputados aos custos de exploração dos agentes pagadores.

São classificados como Impostos Indirectos, as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras, pagas por unidades empresariais.

O somatório da receita cobrada proveniente do licenciamento de actividades em mercados, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade, controlo metrológico, entre outras, permite-nos obter o total da receita de Impostos Indirectos arrecadados pela Autarquia.

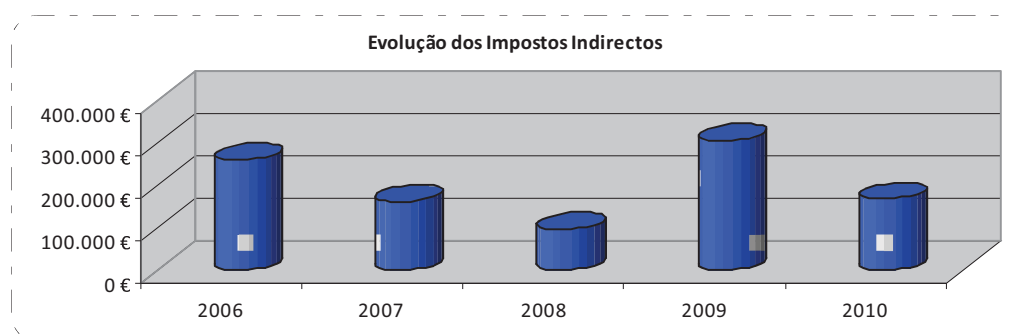
Os Impostos Indirectos representam 0,90% no peso total das Receitas Correntes e 0,78% no total geral da Receita Municipal.

A receita inicial e corrigida para esta rubrica era de 209.102 euros, verificando-se uma variação negativa entre a receita prevista e a realizada em 41.364 euros.

No total, a rubrica de Impostos Indirectos apresenta um decréscimo de cerca de 45% relativamente a igual período de 2009, facto directamente relacionado com a diminuição da arrecadação de receita na rubrica de Loteamentos e Obras, o qual, no ano de 2009, ascendeu a 251.474 euros, enquanto que em 2010 esse valor foi de apenas 86.550 euros.

Quadro 9: Evolução dos Impostos Indirectos entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Impostos Indirectos	260.661 €	161.287 €	96.439 €	306.926 €	167.738 €



1.1.1.3. Taxas, Multas e Outras Penalidades

As Taxas, Multas e Outras Penalidades são constituídas pelas receitas pagas por particulares que não constituam unidades empresariais, em contrapartida de serviços recebidos relacionados com a aplicação de regulamentação geral, como no caso de taxas, licenças, emolumentos ou outras.

Em 2010, o desvio entre a receita prevista e a realizada foi de 122%, o que corresponde a uma variação positiva de 115.211 euros.

Esta rubrica regista um acréscimo de 232,2% relativamente a igual período de 2009, o que representa uma variação absoluta positiva de 146.347 euros, sendo que esta se deve essencialmente ao aumento da receita proveniente de:

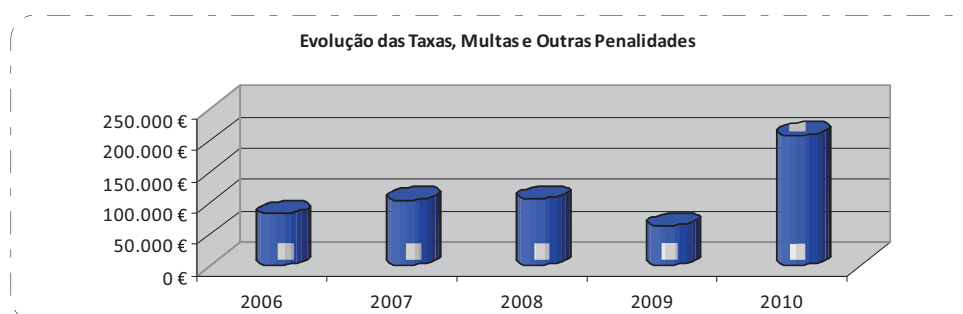
- ❖ Loteamentos e Obras, sendo que a receita arrecadada em 2009 ascendeu a 15.555 euros, enquanto que em 2010 esse valor registou 80.970 euros, e

- ❖ Coimas e Penalidades por Contra Ordenações, sendo que a receita arrecadada em 2009 ascendeu a 14.374 euros, enquanto que em 2010 esse valor ascendeu a 56.051 euros.

A receita proveniente de Taxas, Multas e Outras Penalidades representa 1,12% do total das Receitas Correntes e 0,98% no total geral das Receitas do Município.

Quadro 10: Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Taxas, Multas e Outras Penalidades	82.478 €	104.685 €	106.594 €	63.031 €	209.378 €



1.1.1.4. Rendimentos de Propriedade

Esta receita engloba os juros de sociedades financeiras, dividendos e participações nos lucros de sociedades, as rendas de terrenos para instalação de infra-estruturas de comunicação, de edifícios e de bens de domínio público.

O total das previsões dos Rendimentos de Propriedade foi de 217.638 euros, sendo o montante global de receita arrecadada em 2010 de 61.810 euros, o que representa uma execução orçamental de 28,4%.

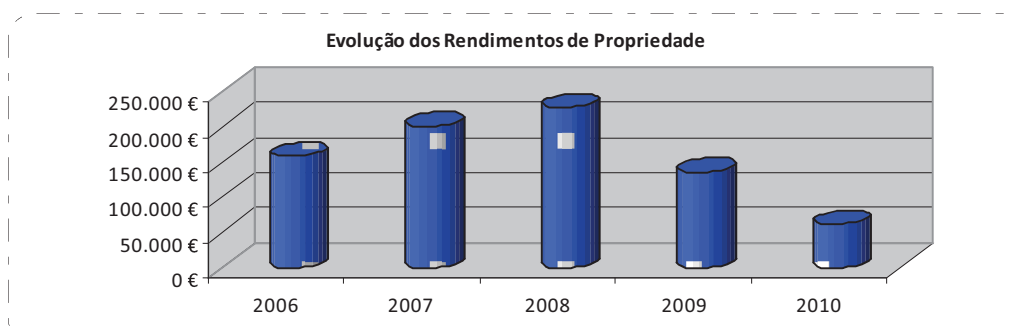
Os Rendimentos de Propriedade representam 0,33% da Receita Corrente do Município e 0,29% do total geral da receita arrecadada no ano de 2010.

De 2009 para 2010 esta receita registou uma diminuição de 54,6% e uma variação absoluta negativa de 74.347 euros, sendo que esta diminuição se ficou a dever, essencialmente, à diminuição dos rendimentos provenientes de aplicações financeiras, que revestiam a forma de depósitos a prazo de curto prazo, considerando que as disponibilidades de tesouraria não permitiram a sua constituição.

Assim, importa salientar que no ano de 2009 a receita proveniente da aplicação de disponibilidades em depósitos a prazo ascendeu a 77.059 euros, enquanto que em 2010 o total da receita arrecadada, desta natureza, é de apenas 8.826 euros.

Quadro 11: Evolução dos Rendimentos de Propriedade entre 2005 e 2009

	2006	2007	2008	2009	2010
Rendimentos de Propriedade	158.607 €	201.602 €	227.549 €	136.156 €	61.810 €



1.1.1.5. Transferências Correntes

As Transferências Correntes representam as verbas transferidas para o Município sem qualquer contrapartida, e são retiradas do rendimento corrente da entidade dadora para financiar despesas correntes da entidade beneficiária. Nesta rubrica encontram-se, por exemplo, as transferências por conta do Orçamento de Estado, designadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, bem como outras transferências da Administração Central, para além das que advêm de iniciativas comunitárias.

As Transferências Correntes representam 29,54% das Receitas Correntes arrecadadas em 2010 e 25,72% das receitas totais no mesmo ano.

O montante da receita arrecadada de Transferências Correntes no ano de 2010 foi de 5.507.758 euros, o que representa um aumento de cerca de 3% relativamente ao ano transacto.

A Receita Corrente transferida para a Autarquia por conta do Orçamento de Estado foi de 4.651.886 euros.

A previsão corrigida das Transferências Correntes era de 5.744.294 euros, no entanto como a sua execução em 2010 foi de 5.507.758 euros, regista-se um desvio negativo de 4% entre a previsão corrigida e a receita executada, a qual apresenta uma taxa de execução de 95,9%.

As componentes das transferências correntes que apresenta um desvio negativo menos significativo entre o executado e o estimado são:

1. Contrato-Programa celebrado com o IPLB – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, tendo sido prevista a arrecadação de 5.139,54 euros e transferido pela Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas o montante de 1.851,00 euros;

2. O Acordo de colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano lectivo de 2009/2010, na componente de Apoio à Família, em que foi prevista a arrecadação de 188.948,95, tendo sido transferido pela DREC – Direcção Regional de Educação do Centro, o montante de 183.893,13 euros;
3. O programa Estágios Profissionais na Administração Pública Local (POPH), para o qual foi prevista a arrecadação de 49.047,49 euros, e apenas arrecadado o montante de 42.775,39 euros;
4. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano lectivo de 2009/2010, na componente de Pessoal Auxiliar em que foram arrecadados 136.941,63 euros quando a previsão orçamentada era de 139.814,00 euros.

As transferências que apresentam um desvio negativo mais significativo entre as previsões efectuadas e a receita arrecadada são:

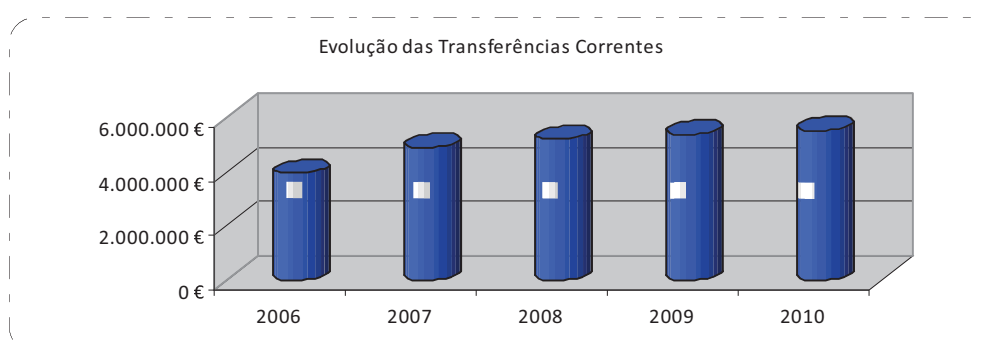
1. O Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular relativo ao ano lectivo 2009/2010, em que foi recebido, por parte da DREC – Direcção Regional de Educação do Centro o montante de 122.509,53 euros, quando a previsão era de 184.712,50 euros, sendo que esta diferença decorre da execução física destas actividades e de acertos de transferências efectuadas em excesso em anos anteriores;
2. O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativos ao ano lectivo 2009/2010, tendo sido prevista a arrecadação de 36.288,00 euros e transferido pela DREC – Direcção Regional de Educação do Centro o montante de 8.366,03 euros;
3. O Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular relativo ao ano lectivo 2010/2011, em que foi recebido, por parte da DREC – Direcção Regional de Educação do Centro, apenas o montante de 87.088 euros, quando a previsão era de 105.612,50 euros, sendo que esta diferença decorre da execução física destas actividades e de acertos de transferências efectuadas em excesso em anos anteriores;
4. A candidatura apresentada no âmbito do Plano de Valorização Ambiental e Turístico de S. Pedro de Moel em que foi arrecadado o montante de 4.461,30 euros quando a previsão era de 24.935,55 euros, considerando que foi apresentada uma reprogramação física e financeira da mesma, por a execução física ser abaixo da prevista, atento o parecer negativo das entidades responsáveis pelo licenciamento das obras que se pretendiam executar;
5. A candidatura apresentada no âmbito do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa em que não foi arrecadada qualquer verba no ano de 2010, tendo sido prevista a arrecadação de 26.505,70 euros, sendo de salientar que a despesa prevista nas Grandes Opções do Plano também não registou qualquer execução orçamental.

As transferências que apresentam um desvio positivo entre as previsões efectuadas e a receita arrecadada são:

1. O programa de apoio ao funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais, tendo sido arrecadado o montante de 28.000 euros dado que não foi considerada qualquer previsão de arrecadação desta receita;
2. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano lectivo de 2010/2011, na componente de Pessoal Auxiliar em que foram arrecadados 18.212,42 euros quando não existia qualquer previsão, por antecipação de transferências de verbas pela DREC – Direcção Regional de Educação do Centro, quando comparado com anos anteriores;
3. O Acordo de Colaboração do Pré-Escolar, relativo ao ano lectivo de 2009/2010, na componente de Apoio à Família em que foram arrecadados mais 4.921,71 euros do que a previsão orçamentada, 187.850,61 euros;
4. O Processo de Estágio Qualificação – Emprego, candidatura n.º 001/EQE/10, o qual decorreu entre 01.02.2010 e 31.10.2010 em que foram arrecadados mais 2.267,88 euros do que a previsão orçamentada, 2.829,74 euros.
5. O Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, relativos ao ano lectivo 2010/2011 em que foram arrecadados 2.593,80 euros quando não existia qualquer previsão de receita, por antecipação de transferências de verbas pela DREC – Direcção Regional de Educação do Centro, quando comparado com anos anteriores;
6. A comparticipação da Direcção Geral das Autarquias Locais para os Transportes Escolares em que foi arrecadado o montante de 73.829 euros, mais 586,00 euros que a previsão orçamentada;

Quadro 12: Evolução das Transferências Correntes entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Transferências Correntes	3.938.284 €	4.882.059 €	5.163.557 €	5.364.456 €	5.507.758 €



1.1.1.6. Venda de Bens e Serviços Correntes

No ano de 2010 o montante global da receita arrecadada por esta rubrica foi de 6.196.193 euros, e em 2009 foi de 5.926.414 euros, o que representa uma variação positiva, em termos absolutos de 269.779 euros face a idêntico período do ano transacto (+4,6%).

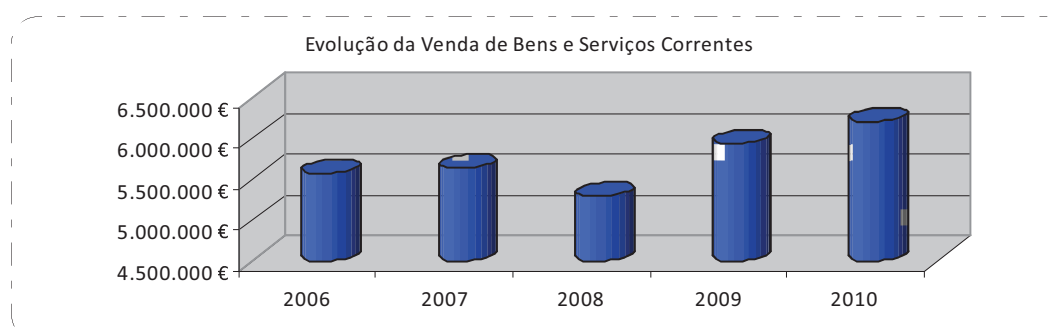
O desvio positivo entre a receita prevista e a receita executada foi de 644.251 euros, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 111,6%.

O total da Venda de Bens e Serviços Correntes representa 33,23% da Receita Corrente e 28,93% do total geral da receita arrecadada no ano de 2010.

As rubricas mais representativas da Venda de Bens e Serviços Correntes no Município da Marinha Grande, no que respeita ao total da receita arrecadada em 2010 são: consumo de água 1.401.697 euros; concessão de exploração de baixa tensão à empresa EDP com uma receita de 1.250.737 euros; tarifa de conservação de saneamento 878.687 euros; resíduos sólidos 875.510 euros; serviços relacionados com fornecimento de água 719.509 euros, dos quais 641.378 euros respeitam à tarifa fixa de disponibilidade; alimentação escolar 244.041 euros; tarifa de ligação de saneamento 128.714 euros; e habitação social 73.371 euros.

Quadro 13: Evolução da Venda de Bens e Serviços entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.568.965 €	5.631.280 €	5.283.281 €	5.926.414 €	6.196.193 €



De referir que parte do aumento desta rubrica está relacionada com o aumento registado nas classificações económicas de Saneamento, cuja receita em 2010 foi de 1.007.401 euros, enquanto que em 2009 ascendeu apenas a 898.469 euros; de Trabalhos por conta de Particulares, cuja receita em 2010 foi de 124.130 euros, enquanto que em 2009 ascendeu apenas a 3.592 euros.

1.1.1.7 Outras Receitas Correntes

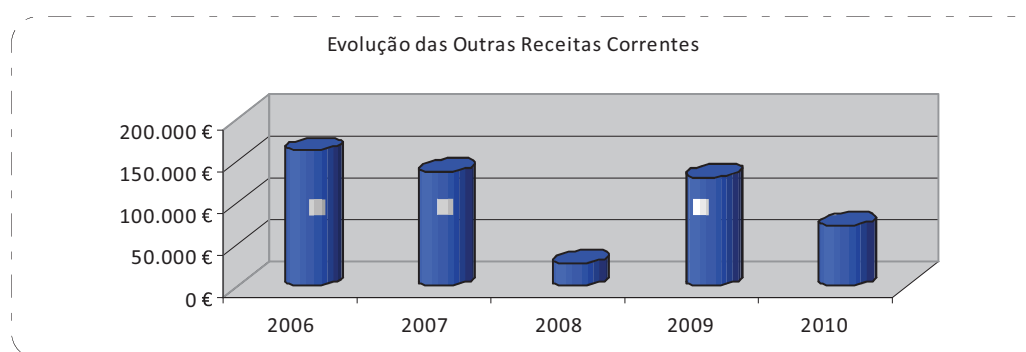
Estamos perante uma classificação da receita residual, que só é utilizada quando a receita a arrecadar não se enquadre nas restantes rubricas.

Em 2010 o montante global de execução das Outras Receitas Correntes foi de 71.679 euros, o que representa um decréscimo de 44,9% relativamente a 2009, cujo montante de receita arrecadada tinha sido de 130.140 euros.

As Outras Receitas Correntes representam 0,38% do total das Receitas Correntes do ano de 2010 e 0,33% do total geral da Receita.

Quadro 14: Evolução de Outras Receitas Correntes entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Outras Receitas Correntes	162.184 €	136.103 €	26.134 €	130.140 €	71.679 €



A diminuição registada nesta rubrica residual ficou a dever-se essencialmente ao aumento registado nas seguintes classificações económicas:

1. IVA Inversão da Liquidação (08019904): em 2009 foi executado o montante de 32.358 euros, enquanto que no ano de 2010 esse valor foi de 27.717 euros;
2. Diversas (08019999): em 2009 foi executado o montante de 97.760 euros, enquanto que em 2010 esse valor foi de 43.892 euros.

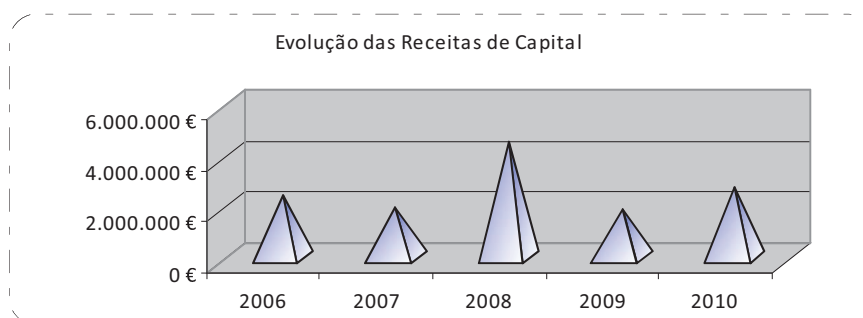
1.1.2. Receitas de Capital

No ano de 2010 o total das Receitas de Capital arrecadadas pelo Município da Marinha Grande foi de 2.757.629 euros o que representa um acréscimo relativamente ao ano de 2009 de 853.404 euros, em que o total das receitas arrecadadas foi 1.904.224 euros, pelo que se verifica uma variação positiva de 45%.

De referir que a previsão corrigida da Receita de Capital ascendia a 13.564.863 euros, tendo sido executado cerca de 20% deste valor.

Quadro 15: Evolução das Receitas de Capital entre 2006 e 2010

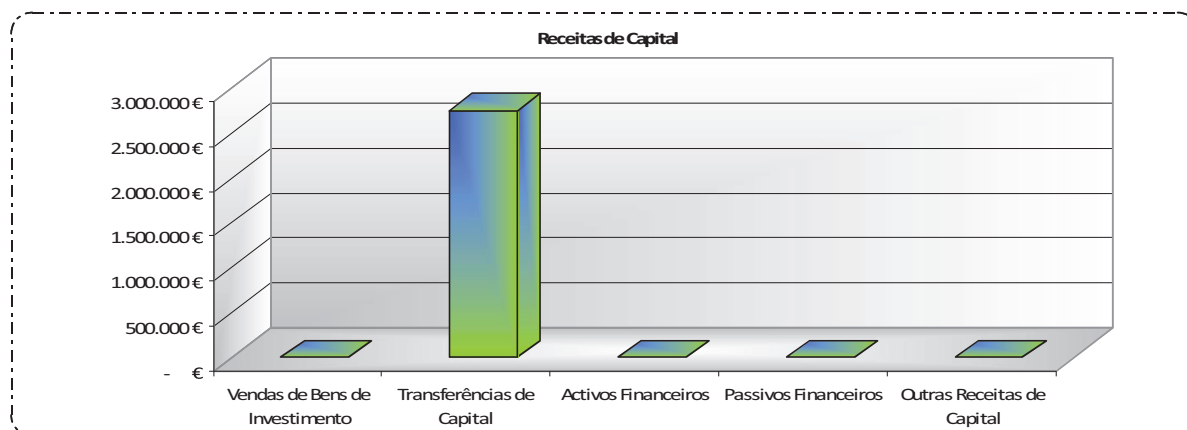
	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas de Capital	2.414.241 €	1.984.173 €	4.555.298 €	1.904.224 €	2.757.629 €



	2006		2007		2008		2009		2010	Variação	
Vendas de Bens de Investimento	58.706 €	2,43%	39.692 €	2,00%	26.753 €	0,59%	12.076 €	0,63%	- €	0,00%	-100,00%
Transferências de Capital	2.354.290 €	97,52%	1.920.110 €	96,77%	4.524.689 €	99,33%	1.884.961 €	98,99%	2.756.525 €	99,96%	46,24%
Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Passivos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Outras Receitas de Capital	1.245 €	0,05%	24.371 €	1,23%	3.856 €	0,08%	7.188 €	0,38%	1.103 €	0,04%	-84,65%
TOTAL	2.414.241 €	100%	1.984.173 €	100%	4.555.298 €	100%	1.904.224 €	100%	2.757.629 €	100%	44,82%

O gráfico seguinte mostra a estrutura das Receitas de Capital no ano de 2010.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas de Capital em 2010



1.1.2.1 Venda de Bens de Investimento

A Venda de Bens de Investimento em 2010 não registou qualquer execução, o que representa uma redução de 100% relativamente ao ano transacto, cujo montante arrecadado tinha sido de 12.076 euros.

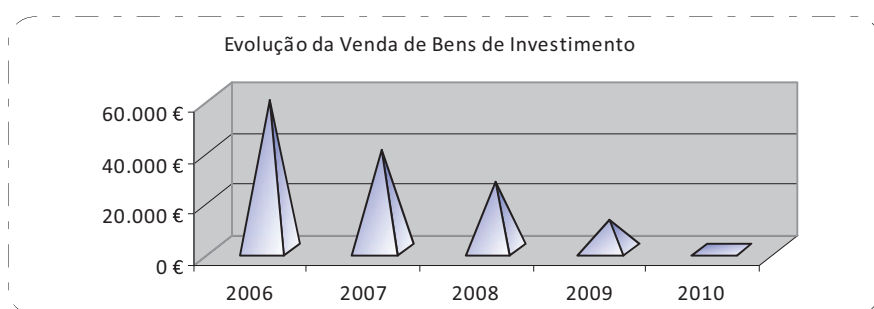
O total da receita prevista corrigida decorrente da Venda de Bens de Investimento foi de 8.414.069 euros, o que representa um desvio negativo integral na execução em termos absolutos de 8.414.069 euros.

A taxa de execução desta receita foi de 0%.

A execução desta receita orçamental está directamente relacionada com o facto da Venda de Bens de Investimento inicialmente prevista não ter sido concretizada, nomeadamente no que respeita à alienação de bens imóveis propriedade do Município da Marinha Grande.

Quadro 16: Evolução da Venda de Bens de Investimento entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Venda de Bens de Investimento	58.706 €	39.692 €	26.753 €	12.076 €	0 €

**1.1.2.2 Transferências de Capital**

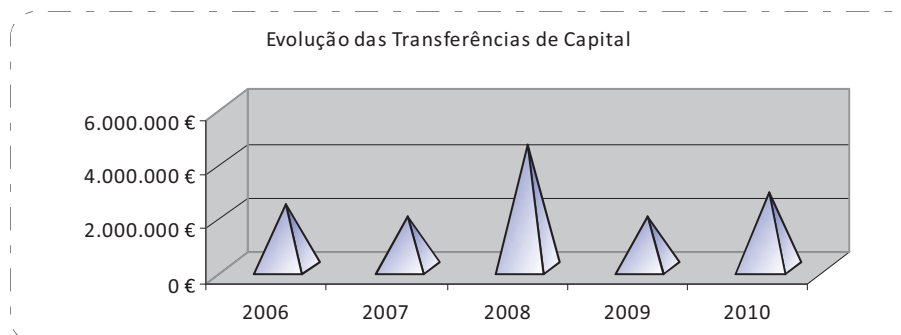
As Transferências de Capital para a autarquia decorrem das transferências da Administração Central, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro, protocolos de cooperação técnica e financeira e receita proveniente da apresentação de candidaturas a programas comunitários.

A receita proveniente das Transferências de Capital representa 99,96% das Receitas de Capital e 12,87% do total da receita arrecadada em 2010.

Em 2010, as Transferências de Capital registam um acréscimo de 46% relativamente ao ano de 2009, tendo o montante global da receita arrecadada ascendido a 2.756.525 euros. Em termos absolutos, o aumento da receita proveniente de Transferências de Capital foi de 871.565 euros, sendo a taxa de execução desta receita de 53,6%.

Quadro 17: Evolução das Transferências de Capital entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Transferências de Capital	2.354.290 €	1.920.110 €	4.524.689 €	1.884.961 €	2.756.525 €



Apesar do montante das Transferências de Capital terem registado um crescimento em 2010, importa salientar que a sua execução ficou bastante abaixo do previsto, nomeadamente pelo seguinte:

1. Relativamente ao Programa POLIS foi prevista uma receita inicial de 625.680,00 euros, não tendo sido arrecadado no ano de 2010 qualquer montante;
2. Relativamente ao Plano de Valorização Ambiental e Turístico de São Pedro de Moel foi prevista a arrecadação de 356.197,60 euros, sendo que apenas foi recebido o montante de 188.028,69 euros. Importa referir que o facto da ARH Tejo ter emitido pareceres negativos no que respeita à intervenção planeada para o Café da Praia e Núcleo de Interpretação Ambiental, determinou a apresentação de reprogramação física e financeira desta candidatura, na qual as componentes objecto de reprovação foram substituídas por: “Requalificação do espaço envolvente aos campos de ténis em S. Pedro de Moel”, “Fornecimento e aplicação de pontes pedonais no Vale do Ribeiro - S. Pedro de Moel” e “Requalificação do espaço envolvente ao Bambi - S. Pedro de Moel”.
3. No que respeita às candidaturas da Contratualização foi prevista a arrecadação de 1.555.324,98 euros, sendo que no ano de 2010 foram efectivamente arrecadados 766.846,22 euros, o que está relacionado com a execução física e financeira das obras objecto de candidatura;
4. Por último, no que respeita às candidaturas para a Regeneração Urbana foi prevista uma receita de 135.009,00 euros, não tendo sido arrecadado qualquer montante em 2010, por inexistência de despesa no ano de 2010.

De seguida apresenta-se um mapa identificativo das candidaturas homologadas e em curso no Município da Marinha Grande, com a identificação do montante dos pedidos de pagamento apresentados até 31-12-2010, e relativamente aos quais se aguardavam as transferências para o Município da Marinha Grande.

Quadro 18: Ponto de Situação das Candidaturas do Município da Marinha Grande a 31.12.2010

CANDIDATURAS	CO-FINANCIAMENTO APROVADO	TAXA DE FINANCIAMENTO	PEDIDOS DE PAGAMENTO EFECTUADOS EM 2010	RECEBIMENTOS EM 2010	SALDO A 31-12-2010	P.P. EFECTUADOS POR RECEBER A 31-12-2010
PITER - Estrada Atlântica	154.880,56 €	15,00%	- €	- €	15.741,56 €	15.741,56 €
PITER - Marginal Praia da Vieira	39.888,43 €	6,00%	- €	- €	4.052,66 €	4.052,66 €
Contrato-Programa com o IPLB	95.996,00 €	50,00%	- €	1.851,00 €	83.429,90 €	- €
Projecto nº 013218/2008/522 - POPH	29.870,09 €	70,00%	- €	7.233,52 €	- €	- €
Projecto nº 027861/2009/522 - POPH	41.813,97 €	70,00%	36.162,49 €	35.541,87 €	6.272,10 €	- €
Beneficiação da Rua António Maria da Silva ⁽¹⁾	476.271,90 €	70,00%	165.142,92 €	165.142,92 €	311.128,98 €	- €
Beneficiação da Rua do Repouso ⁽¹⁾	516.095,18 €	70,00%	239.903,66 €	233.608,13 €	282.487,05 €	- €
Beneficiação da Rua dos Outeirinhos ⁽¹⁾	231.890,41 €	50,26%	195.422,32 €	195.422,32 €	36.468,09 €	- €
Beneficiação da Rua Nery Capucho e Barros Gomes ⁽¹⁾	209.131,99 €	51,37%	172.672,86 €	172.672,86 €	36.459,13 €	- €
Beneficiação da Rua 1º Janeiro - Ordem ⁽²⁾	325.888,28 €	80,00%	- €	- €	325.888,28 €	- €
Beneficiação da Rua da Industria ⁽²⁾	799.964,33 €	80,00%	- €	- €	799.964,33 €	- €
Beneficiação da Rua da Várzea ⁽²⁾	275.796,00 €	63,28%	- €	- €	275.796,00 €	- €
Abertura Arruamento Paralelo à Estrada dos Guilhermes ⁽²⁾	698.647,06 €	80,00%	- €	- €	698.647,06 €	- €
Património Stephens - Teatro ⁽²⁾	1.325.804,50 €	69,25%	- €	- €	1.325.804,50 €	- €
Edifício da Resinagem ⁽²⁾	4.006.800,00 €	80,00%	- €	- €	4.006.800,00 €	- €
Requalificação do Património Stephens - Fase I ⁽²⁾	326.068,28 €	80,00%	- €	- €	326.068,28 €	- €
Requalificação do Património Stephens - Fase II ⁽²⁾	251.859,04 €	80,00%	- €	- €	251.859,04 €	- €
Requalificação da Fábrica J.F.Custódio	570.265,26 €	80,00%	- €	- €	570.265,26 €	- €
Implementação de Circuitos Turísticos ⁽²⁾	251.040,00 €	80,00%	- €	- €	251.040,00 €	- €
Animação Cultural ⁽²⁾	88.000,00 €	80,00%	- €	- €	88.000,00 €	- €
Bienal Internacional de Artes Plásticas ⁽²⁾	240.000,00 €	80,00%	- €	- €	240.000,00 €	- €
Sistema Multimodal ⁽²⁾	683.291,84 €	80,00%	- €	- €	683.291,84 €	- €
Centros Electricos ⁽²⁾	80.000,00 €	80,00%	- €	- €	80.000,00 €	- €
Fibra óptica Marinha Grande ⁽²⁾	120.000,00 €	80,00%	- €	- €	120.000,00 €	- €
Normalização sinalética ⁽²⁾	120.000,00 €	80,00%	- €	- €	120.000,00 €	- €
Plano de Valorização Ambiental e Turística de S. Pedro de Moel ⁽¹⁾	405.643,39 €	75,00%	192.489,99 €	192.489,99 €	213.153,40 €	- €
LRD - Simplex Autárquico (SAMA)	48.790,00 €	65,00%	- €	- €	48.790,00 €	- €
Economia digital - quadros interactivos ⁽²⁾	15.120,00 €	75,00%	- €	- €	15.120,00 €	- €
	12.428.816,53 €		1.001.794,24 €	1.003.962,61 €	11.216.527,48 €	19.794,23 €

Nota ⁽¹⁾: Efectuado em Novembro e Dezembro de 2010 as reprogramações temporais e financeiras das candidaturas, nomeadamente a alteração da taxa de financiamento para os 80%.

Nota ⁽²⁾: Candidaturas apresentadas nos finais de Outubro de 2010 e sem contrato de financiamento celebrado a 31.12.2010.

1.1.2.3 Passivos Financeiros

No orçamento de 2010, não existiu qualquer receita estimada proveniente de empréstimos bancários de médio e longo prazo.

Quadro 19: Evolução de Passivos Financeiros entre 2009 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Passivos Financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

1.1.2.4 Outras Receitas de Capital

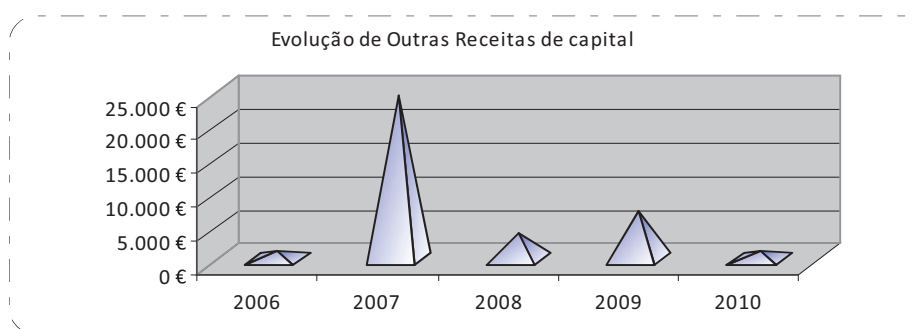
Por esta classificação procede-se à arrecadação da receita proveniente de indemnizações na sequência de danos causados no património municipal, que assumam a forma, por exemplo, de furtos, roubos, danificações ou outros.

Esta rubrica apresenta uma execução de 21,5%, no entanto o seu peso no total das Receitas de Capital é muito pouco expressivo, representando 0,04%, e no total geral das receitas arrecadadas no ano de 2010, representa 0,01%.

O montante de receita proveniente de Outras Receitas de Capital ascendeu a 1.103 euros no decorrer de 2010, o que representa um decréscimo de 85% relativamente a igual período de 2009, ano em que a receita arrecadada foi de 7.188 euros.

Quadro 20: Evolução de Outras Receitas de Capital entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Outras Receitas Capital	1.245 €	24.371 €	3.856 €	7.188 €	1.103 €

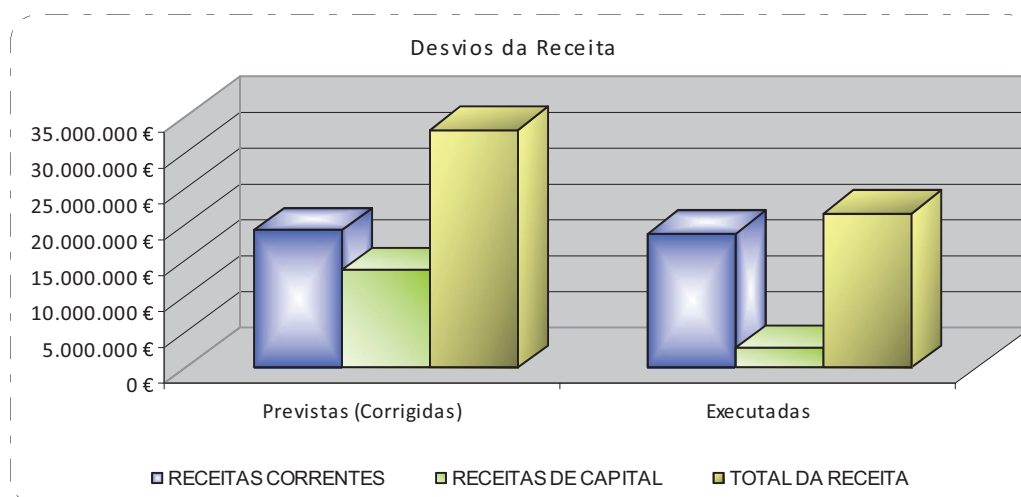


1.1.3. Análise de Desvios da Receita em 2010

O quadro seguinte apresenta os desvios das receitas em 2010, quer em termos absolutos, quer em termos percentuais.

Quadro 21: Quadro dos Desvios das Receitas em 2010

Designação	RECEITAS		DESVIOS	
	Previstas (Corrigidas)	Executadas	Absoluto	%
RECEITAS CORRENTES				
01 - Impostos Directos	7.173.657 €	6.433.195 €	-740.462 €	-10%
02 - Impostos Indirectos	209.102 €	167.738 €	-41.364 €	-20%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	94.167 €	209.378 €	115.211 €	122%
05 - Rendimentos de Propriedade	217.638 €	61.810 €	-155.828 €	-72%
06 - Transferências Correntes	5.744.294 €	5.507.758 €	-236.536 €	-4%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	5.551.943 €	6.196.193 €	644.251 €	12%
08 - Outras Receitas Correntes	94.881 €	71.679 €	-23.202 €	-24%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	19.085.681 €	18.647.750 €	-437.931 €	-2%
RECEITAS DE CAPITAL				
09 - Venda de Bens de Investimento	8.414.069 €	0 €	-8.414.069 €	-100%
10 - Transferências de Capital	5.145.669 €	2.756.525 €	-2.389.144 €	-46%
11 - Activos Financeiros		0 €	0 €	
12 - Passivos Financeiros		0 €	0 €	
13 - Outras Receitas de Capital	5.125 €	1.103 €	-4.022 €	-78%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	13.564.863 €	2.757.629 €	-10.807.235 €	-80%
OUT.RECEIT-REPOS.N.ABATIDAS	5 €	12.010 €	12.005 €	240101%
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	332.167 €	0 €	-332.167 €	-100%
TOTAL DA RECEITA	32.982.716 €	21.417.389 €	-11.565.327 €	-35%



O desvio negativo registado entre a previsão corrigida das Receitas Correntes (19.085.681 euros) e a execução da mesma (18.647.750 euros) foi de 2%, sendo que as rubricas que mais contribuíram para este desvio foram a receita proveniente de Rendimentos de Propriedade (-72%), Outras Receitas Correntes (-24%) e de Impostos Indirectos (-20%).

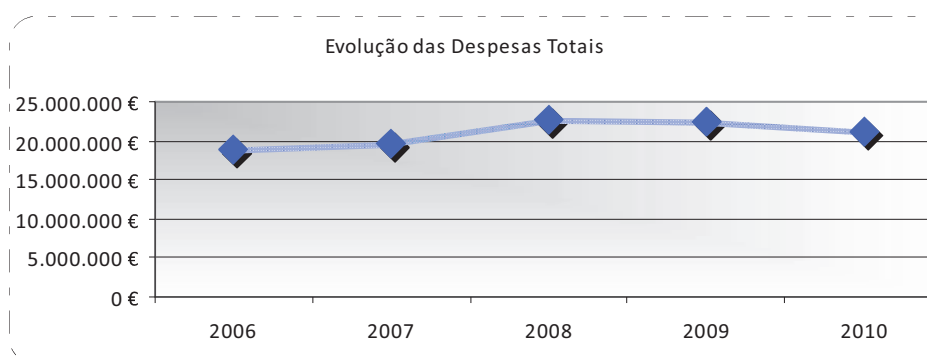
O desvio negativo que se verifica entre a previsão corrigida das Receitas de Capital (13.564.863 euros) e a execução da mesma (2.757.629 euros) foi de 80%, sendo que todas as rubricas relevam para esse desvio: a Venda de Bens de Investimento (-100%), Outras Receitas de Capital (-78%) e as Transferências de Capital (-46%).

1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A despesa total da Autarquia no ano de 2010 foi de 21.208.890 euros, o que representa um decréscimo de 1.155.083 euros relativamente ao ano de 2009, correspondente a 5%.

Quadro 22: Evolução das Despesas Totais

	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas Totais	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €

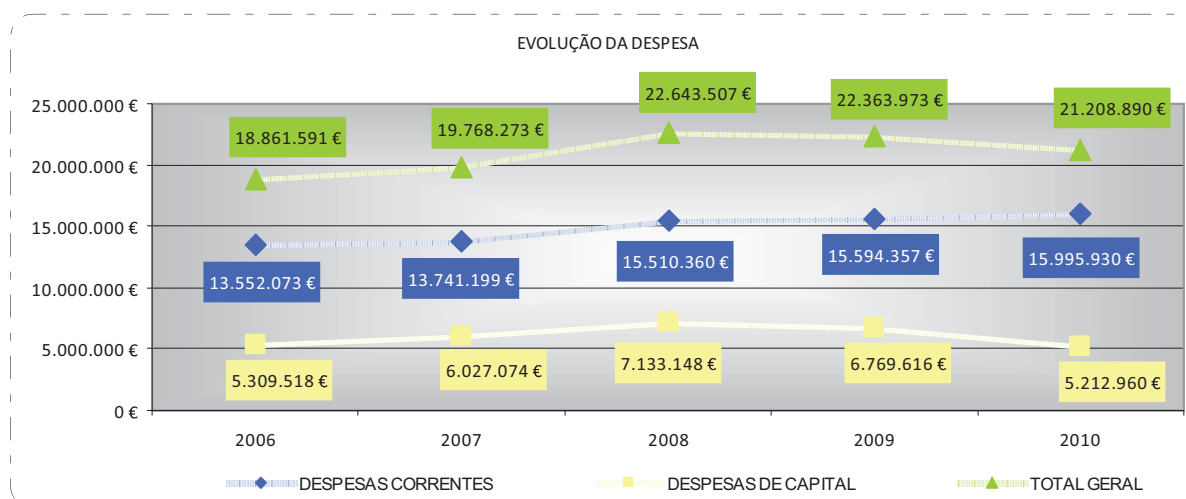


	2006		2007		2008		2009		2010		Varição
Despesas Correntes	13.552.073 €	71,85%	13.741.199 €	69,51%	15.510.360 €	68,50%	15.594.357 €	69,73%	15.995.930 €	75,42%	2,58%
Despesas de Capital	5.309.518 €	28,15%	6.027.074 €	30,49%	7.133.148 €	31,50%	6.769.616 €	30,27%	5.212.960 €	24,58%	-22,99%
Total da Despesa	18.861.591 €	100%	19.768.273 €	100%	22.643.507 €	100%	22.363.973 €	100%	21.208.890 €	100%	-5,16%

A dotação corrigida do total da despesa foi de 32.982.716 euros, pelo que considerando que o total da despesa paga em 2010 foi de 21.208.890 euros, a taxa de execução global da despesa em 2010 foi de 64%, sendo a diferença entre as dotações previstas e a execução de 11.773.826 euros.

Considerando que no ano de 2009 o grau de execução orçamental da despesa foi de 63%, pode aferir-se um acréscimo do total da despesa executada de 2009 para 2010.

O gráfico seguinte reflecte a evolução da despesa total do Município nos últimos cinco anos. A despesa total da Autarquia apresenta uma tendência de subida desde 2006, sendo que o ano de 2009 inverteu essa tendência, a qual foi confirmada com a execução de 2010.

Gráfico 4: Evolução da despesa entre 2006 e 2010

O total das dotações corrigidas da Despesa Corrente no ano de 2010 foi de 19.065.681 euros, tendo sido efectuados pagamentos no montante de 15.995.930 euros, o que representa uma taxa de execução de 83,9%.

Em 2009 o total da Despesa Corrente executada foi de 15.594.357 euros, pelo que no ano de 2010 se regista um aumento face ano anterior de 2,58%, que corresponde em termos absolutos a 401.573 euros.

O total das Despesas de Capital previstas no ano de 2010 ascende a 13.917.035 euros, dos quais foram executados pagamentos de 5.212.960 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 37,5%.

No ano de 2009 os pagamentos de Despesas de Capital foram de 6.769.616 euros, pelo que o total da Despesa de Capital paga em 2010 foi inferior ao montante pago em 2009, 23%, o que corresponde em termos absolutos a 1.556.656 euros.

O quadro seguinte demonstra a estrutura da despesa em 2010, atenta a execução orçamental, comparando-a com a estrutura de 2009.

Quadro 23: Estrutura da Despesa em 2009 e 2010

Designação	2009			2010		
	VALOR	ESTRUTURA		VALOR	ESTRUTURA	
		Parcelar	Global		Parcelar	Global
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	6.002.756 €	38,49%	26,84%	6.179.903 €	38,63%	29,14%
Aquisição Serviços	7.563.032 €	48,50%	33,82%	8.260.732 €	51,64%	38,95%
Transferências Correntes	1.011.473 €	6,49%	4,52%	1.055.455 €	6,60%	4,98%
Subsídios	439.351 €	2,82%	1,96%	169.149 €	1,06%	0,80%
Encargos Financeiros	290.645 €	1,86%	1,30%	74.106 €	0,46%	0,35%
Outras Despesas Correntes	287.100 €	1,84%	1,28%	256.585 €	1,60%	1,21%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	15.594.357 €	100,00%	69,73%	15.995.930 €	100,00%	75,42%
DESPESAS DE CAPITAL						
Aquisição de Bens de Capital	5.311.153 €	78,46%	23,75%	4.013.677 €	76,99%	18,92%
Transferências de Capital	495.760 €	7,32%	2,22%	242.689 €	4,66%	1,14%
Activos Financeiros	0 €	0,00%	0,00%	0 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	954.651 €	14,10%	4,27%	956.593 €	18,35%	4,51%
Outras Despesas de Capital	8.052 €	0,12%	0,04%	0 €	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	6.769.616 €	100,00%	30,27%	5.212.960 €	100,00%	24,58%
DESPESAS TOTAIS	22.363.973 €		100,00%	21.208.890 €		100,00%

No que respeita à estrutura da despesa, no ano de 2010, o total da Despesa Corrente representa 75,42% do total global da despesa do ano, enquanto que o total da Despesa de Capital representa 24,58%.

Comparando com o ano de 2009, verifica-se que as Despesas Correntes apresentam um peso mais significativo em 2010 que o registado no ano transacto (69,73%), e consequentemente as Despesas de Capital diminuíram o seu peso relativo face ao ano anterior (30,27%).

As rubricas mais significativas das despesas correntes são:

- Aquisição de bens e serviços com um peso de 52% no total das Despesas Correntes e de 39% no total geral das despesas do Município;
- Despesas com Pessoal com um peso de aproximadamente 39% no total das Despesas Correntes e de aproximadamente 29% no total geral das despesas do Município no ano de 2010;

As despesas com encargos financeiros representam 0,46% no total das Despesas Correntes e de 0,35% no total geral das despesas totais do Município no ano de 2010, sendo a componente mais significativa desta despesa a que respeita ao pagamento de juros de empréstimos bancários contratualizados e já utilizados pelo Município.

As rubricas mais significativas das Despesas de Capital são:

- Despesas de Investimento, com um peso de cerca de 77% no total das despesas de capital e de 19% no total geral das despesas do Município;
- Despesas com Amortização de Empréstimos de Médio e Longo Prazos, com um peso de cerca de 18% no total das despesas de capital e de 5% no total geral das despesas do Município no ano de 2010.

1.2.1. Despesas Correntes

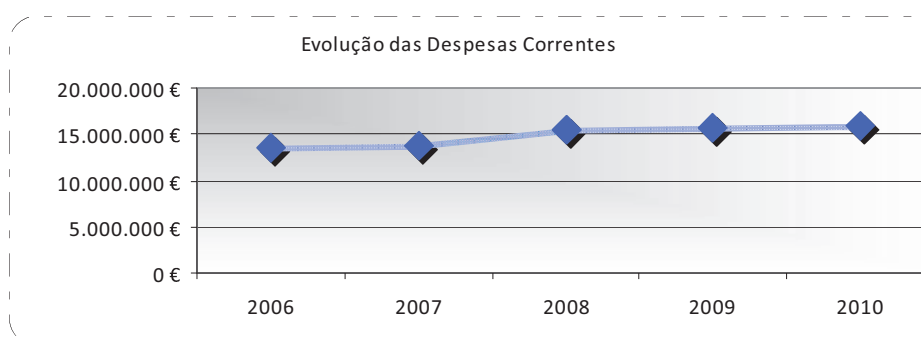
A Despesa Corrente reflecte toda a despesa paga pelo Município relativa a pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, encargos financeiros com empréstimos, entre outros.

O montante global das Despesas Correntes pagas no ano de 2010 regista um aumento de 401.573 euros, quando comparado com o ano de 2009, o que representa um acréscimo de 2,58%.

As rubricas da Despesa Corrente que registaram um acréscimo no ano de 2010 foram a rubrica de Despesas com Pessoal (3%), Transferências Correntes (4%) e Aquisição de Bens e Serviços (9%), sendo que as rubricas de Encargos Financeiros, Subsídios e Outras Despesas Correntes registaram um decréscimo quando comparadas com o ano transacto de 75%, 62% e 11%, respectivamente.

Quadro 24: Evolução das Despesas Correntes entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas Correntes	13.552.073 €	13.741.199 €	15.510.360 €	15.594.357 €	15.995.930 €



	2006		2007		2008		2009		2010		Varição
Despesas com o Pessoal	5.474.169 €	40,39%	5.459.998 €	39,73%	5.600.780 €	36,11%	6.002.756 €	38,49%	6.179.903 €	38,63%	2,95%
Aquisição de Bens e Serviços	6.128.213 €	45,22%	6.539.150 €	47,59%	7.710.954 €	49,71%	7.563.032 €	48,50%	8.260.732 €	51,64%	9,23%
Juros e Outros Encargos	278.184 €	2,05%	364.635 €	2,65%	395.748 €	2,55%	290.645 €	1,86%	74.106 €	0,46%	-74,50%
Transferências Correntes	997.389 €	7,36%	896.857 €	6,53%	1.013.905 €	6,54%	1.011.473 €	6,49%	1.055.455 €	6,60%	4,35%
Subsídios	167.123 €	1,23%	207.596 €	1,51%	328.918 €	2,12%	439.351 €	2,82%	169.149 €	1,06%	-61,50%
Outras Despesas Correntes	506.995 €	3,74%	272.963 €	1,99%	460.056 €	2,97%	287.100 €	1,84%	256.585 €	1,60%	-10,63%
Total Despesa Corrente	13.552.073 €	100%	13.741.199 €	100%	15.510.360 €	100%	15.594.357 €	100%	15.995.930 €	100%	2,58%

Importa ainda efectuar uma análise aos Índices de Pagamento e Índices de Realização, no que respeita à despesa corrente.

O índice de pagamentos mede o nível de execução face à despesa comprometida e apresenta em 2010 uma execução de 90,33%, o que significa que o montante não executado foi de 1.711.903 euros. No ano transacto, este índice apresentou o valor de 90,23%.

O Índice de Realização mede o nível de execução face às dotações corrigidas. Este apresenta uma execução de 92,88%, o que significa que 1.357.847 euros da dotação prevista não foram alvo de compromissos assumidos. Em 2009 este índice apresentou o valor de 91,84%, sendo que 1.535.124 euros da dotação prevista, não foram alvo de compromissos assumidos.

Quadro 25: Índice de Pagamento e Índice de Realização

	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA COMPROMETIDA	DESPESA PAGA	DESPESA POR PAGAR	ÍNDICE DE PAGAMENTOS	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Despesas com o Pessoal	6.529.870 €	6.201.252 €	6.179.903 €	21.349 €	99,66%	94,97%
Aquisição de Bens e Serviços	10.570.224 €	9.776.952 €	8.260.732 €	1.516.221 €	84,49%	92,50%
Juros e Outros Encargos	293.093 €	220.610 €	74.106 €	146.504 €	33,59%	75,27%
Transferências Correntes	1.144.897 €	1.066.354 €	1.055.455 €	10.899 €	98,98%	93,14%
Subsídios	214.179 €	183.364 €	169.149 €	14.215 €	92,25%	85,61%
Outras Despesas Correntes	313.417 €	259.301 €	256.585 €	2.716 €	98,95%	82,73%
Total Despesa Corrente	19.065.681 €	17.707.834 €	15.995.930 €	1.711.903 €	90,33%	92,88%

Os compromissos por pagar na componente de Subsídios respeitam a duas candidaturas em curso a 31.12.2010 apresentadas por empresas do concelho ao Programa FINICIA-EIXO III (Iniciativas Empresariais de Interesse Regional).

1.2.1.1 Despesas com o Pessoal

A análise do gráfico das Despesas com Pessoal permite concluir que o ano de 2010 veio confirmar a inversão da tendência já registada em 2007, ou seja, a tendência de subida reitera-se, sendo que o montante global das despesas com pessoal pagas em 2010 ascende a 6.179.903 euros, o qual representa o valor mais elevado do período em análise.

Em relação ao ano de 2009 regista-se um acréscimo em termos absolutos de 177.147 euros, o que representa um aumento de 3%.

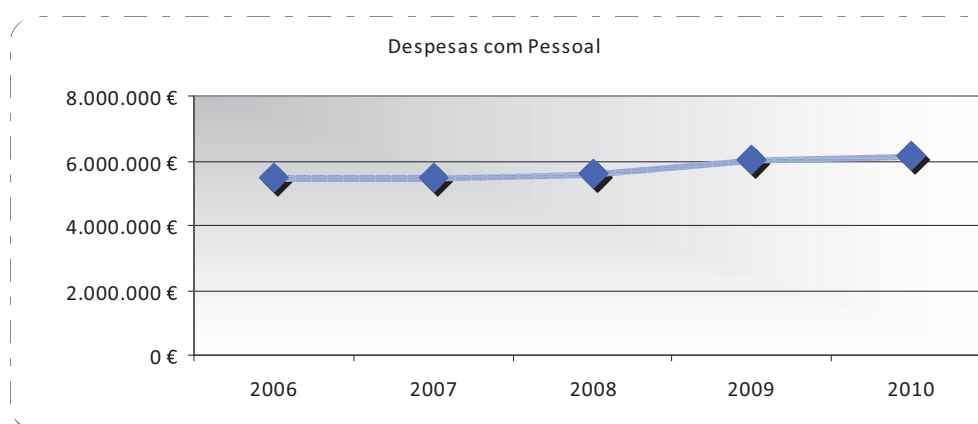
O peso relativo das Despesas com Pessoal no total geral das despesas é de 29%, sendo que o seu peso no total das Despesas Correntes em 2010 é de 39%, enquanto que em 2009 foi de 38%.

O aumento das despesas com pessoal está directamente relacionado com o pagamento de indemnizações por cessação de funções, o aumento das despesas de encargos com a saúde, decorrente nomeadamente de: alteração preconizada no Orçamento de Estado de 2010, ano em que passaram a ser efectuadas retenções por

conta de despesas a efectuar por funcionários da autarquia no Sistema Nacional de Saúde; o facto de em Dezembro de 2010 se ter procedido ao pagamento das despesas dos encargos com a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações do mês de Dezembro de 2010, quando por norma este pagamento é efectuado no mês de Janeiro do ano seguinte e o facto de a partir de 2010 a autarquia ter de proceder ao pagamento de bolsa aos desempregados inseridos em Contrato de Emprego e Inserção, correspondente a 20% do subsídio mensal de desemprego dos mesmos.

Quadro 26: Evolução das Despesas com pessoal entre 2009 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas com Pessoal	5.474.169 €	5.459.998 €	5.600.780 €	6.002.756 €	6.179.903 €



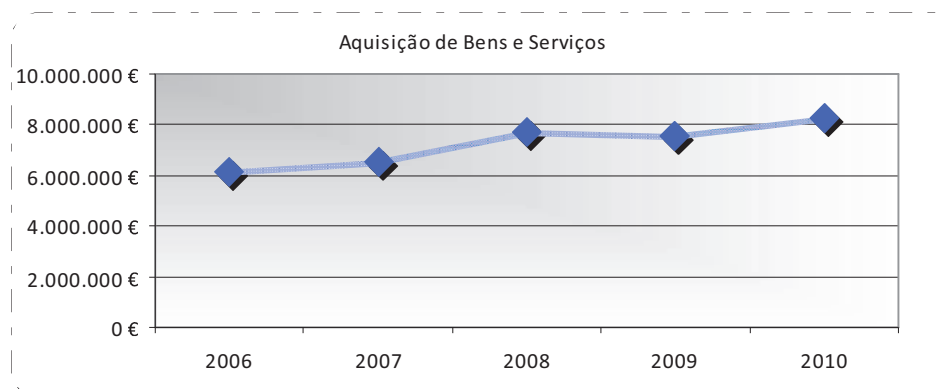
1.2.1.2. Aquisição de Bens e Serviços

As despesas pagas com a Aquisição de Bens e Serviços apresentam um aumento de 9% relativamente ao ano de 2009, tendo o montante global da despesa ascendido a 8.260.732 euros, correspondendo a uma variação absoluta de 697.700 euros.

A Aquisição de Bens e Serviços corresponde a 39% do total das despesas e a 52% do total das Despesas Correntes.

Quadro 27: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Aquisição de Bens e Serviços	6.128.213 €	6.539.150 €	7.710.954 €	7.563.032 €	8.260.732 €



No ano de 2010 foram alteradas as políticas contabilísticas relativas à contabilização do contrato de transportes escolares celebrado com a empresa municipal TUMG, EM.

Em anos anteriores este contrato foi contabilizado na rubrica de subsídios a empresas públicas municipais e intermunicipais, tendo sido utilizada a classificação económica da despesa 0501010101 e a classificação patrimonial preceituada na conta 63.2- Subsídios correntes concedidos.

Atenta orientação estabelecida pelos auditores às contas do município até ao ano de 2009, inclusive, foi efectuada uma alteração da política contabilística deste contrato no ano de 2010, o qual passou a ser classificado do ponto de vista da contabilidade orçamental na classificação económica da despesa 020225 e na classificação patrimonial 62.1- Subcontratos.

Esta alteração da política contabilística consubstancia uma alteração/acrécimo na execução da classificação económica da despesa 020225 em 320.720 euros, em detrimento da classificação 0501010101, sendo que o mesmo se aplica ao acréscimo de custos na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2.

Para além disso, importa salientar o acréscimo da execução orçamental das seguintes rubricas alimentação confeccionada com um aumento de 107.742,70 euros, dado que o valor pago em 2009 foi de 356.074,11 euros e em 2010 foi de 356.074,11; Valorlis com um aumento do montante pago de 131.072,80 euros dado que em 2009 o valor pago foi de 584.592,32 euros e em 2010 foi de 715.665,09 euros.

1.2.1.3 Juros e Outros Encargos

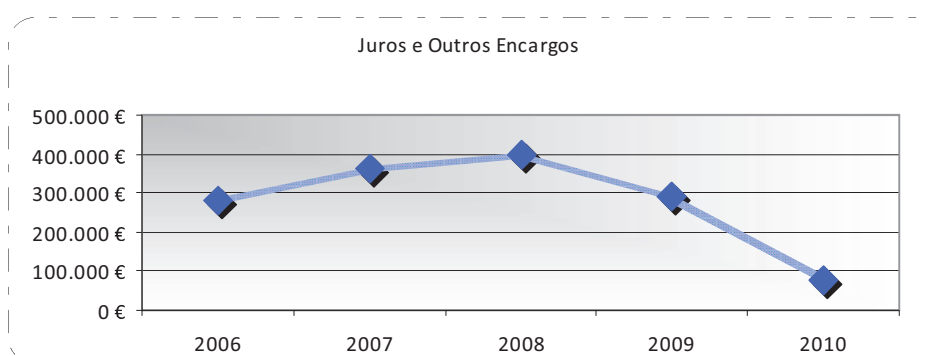
Esta rubrica é constituída pelos juros decorrentes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo, juros de locação financeira, outros juros e despesas financeiras. No Município da Marinha Grande esta despesa respeita essencialmente a juros decorrentes dos empréstimos contratualizados

As despesas com Encargos Financeiros representam 0,35% do total da despesa da Autarquia no ano de 2010 e 0,46% das despesas correntes.

No ano de 2010, estas despesas ascenderam a 74.106 euros, tendo-se registado uma diminuição de 75% relativamente ao ano transacto, no qual o total desta despesa tinha sido de 290.645 euros, o que é justificado pela diminuição das taxas de juro aplicáveis aos empréstimos contratualizados.

Quadro 28: Evolução das Despesas com Juros e Outros Encargos entre 2005 e 2009

	2006	2007	2008	2009	2010
Juros e Outros Encargos	278.184 €	364.635 €	395.748 €	290.645 €	74.106 €



1.2.1.4 Subsídios Concedidos

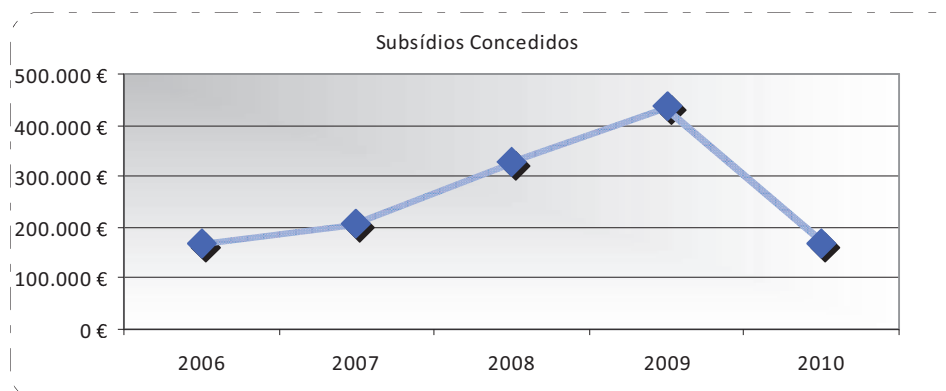
Em 2010, e conforme orçamentado, foi atribuído à empresa TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM um subsídio de 153.707,51 euros, o qual resultou da celebração do Contrato de Gestão para o Serviço de Transporte Público Urbano de Passageiros, conforme preceituado nas cláusulas dos mesmos.

Foi também transferido para a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM um subsídio de 10.470,97 euros dada a apresentação de resultados anuais negativos no exercício de 2009, conforme documentos de prestação de contas da mesma, atenta deliberação de 12.05.2010, ao abrigo do nº 2 do art.31º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local aprovado pela Lei nº 53-F/2006 de 29.12.

O valor restante, 4.970,84 euros, respeitam a um subsídio pago no âmbito da adesão ao Programa FINICIA - EIXO III (Iniciativas Empresariais De Interesse Regional).

Quadro 29: Evolução das Despesas com Subsídios Concedidos entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Subsídios Concedidos	167.123 €	207.596 €	328.918 €	439.351 €	169.149 €



Salienta-se novamente o facto de o ano de 2010 terem sido alteradas as políticas contabilísticas relativas à contabilização do contrato de transportes escolares celebrado com a empresa municipal TUMG, EM.

Em anos anteriores este contrato foi contabilizado na rubrica de subsídios a empresas públicas municipais e intermunicipais, tendo sido utilizada a classificação económica da despesa 0501010101 e a classificação patrimonial preceituada na conta 63.2- Subsídios correntes concedidos.

Atenta orientação estabelecida pelos auditores às contas do município até ao ano de 2009, inclusive, foi efectuada uma alteração da política contabilística deste contrato no ano de 2010, o qual passou a ser classificado do ponto de vista da contabilidade orçamental na classificação económica da despesa 020225 e na classificação patrimonial 62.1- Subcontratos.

Esta alteração da política contabilística consubstancia uma alteração/acrécimo na execução da classificação económica da despesa 020225 em 320.720 euros, em detrimento da classificação 0501010101, sendo que o mesmo se aplica ao acréscimo de custos na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2.

1.2.1.5 Transferências Correntes

Esta classificação engloba as despesas pagas a organismos ou entidades para financiamento de Despesas Correntes, sem que tal implique por parte destas entidades receptoras qualquer contraprestação directa para com o Município.

Considerando o exposto, incluem-se nesta classificação as despesas de natureza corrente, decorrentes dos pagamentos efectuados às Juntas de Freguesia do concelho da Marinha Grande, no âmbito dos protocolos estabelecidos entre as partes, os pagamentos efectuados às associações de municípios, outras instituições sem fins lucrativos e famílias.

As despesas com Transferências Correntes representam 4,98% das despesas totais de 2010 e 6,60% das Despesas Correntes.

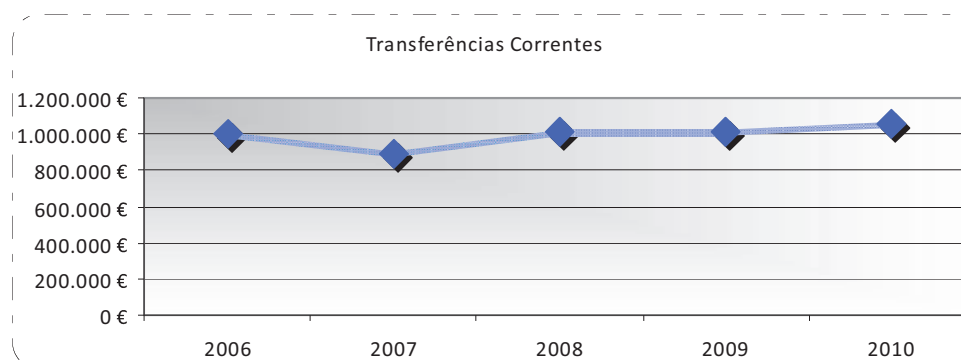
O montante global das Transferências Correntes efectuadas a Famílias no ano de 2010 ascendeu a 16.500 euros, os quais decorrem da atribuição do prémio no âmbito da Bienal Internacional de Artes Plásticas e Design Industrial da Marinha Grande/2010 - "Prémio Pintor Fernando De Azevedo" (15.000 euros) e da atribuição de subsídios relativos ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, no concelho da Marinha Grande (1.500 euros).

O montante global das despesas pagas com Transferências Correntes em 2010 ascendeu a 1.055.455 euros, o que representa um acréscimo de 43.982 euros (4,35%) em relação ao ano de 2009, sendo que as rubricas que apresentaram um acréscimo mais significativo foram as transferências para as Juntas de Freguesia do Concelho, cujo montante transferido em 2010 foi de 244.887,21 euros, enquanto que em 2009 ascendeu a 203.633,04 euros (+41.254,17 euros). Este aumento está directamente relacionado com o facto de, atenta celebração de Protocolo com a Freguesia de Vieira de Leiria, foi determinado que as transferências da Câmara Municipal se destinariam apenas à realização de despesas correntes, deixando esta freguesia de receber qualquer comparticipação a título de despesas de capital.

Assim, este aumento das transferências correntes é induzido pela alteração dos termos do protocolo celebrado em anos anteriores.

Quadro 30: Evolução das Despesas com Transferências Correntes entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Transferências Correntes	997.389 €	896.857 €	1.013.905 €	1.011.473 €	1.055.455 €



1.2.1.6 Outras Despesas Correntes

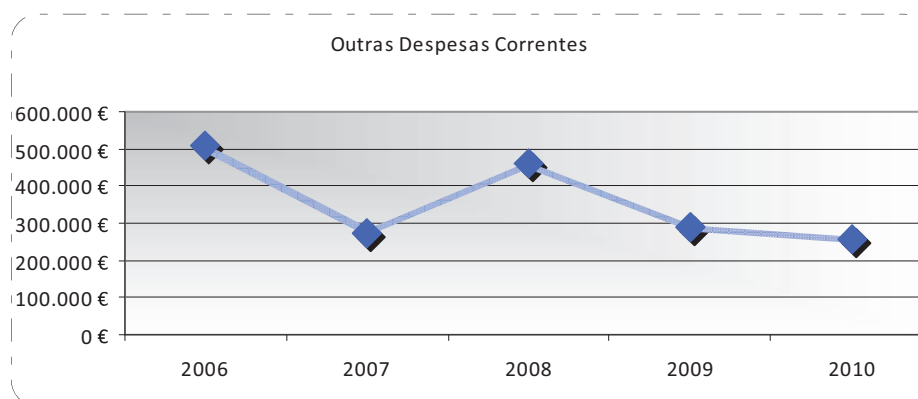
Nesta classificação são consideradas as despesas relativas a reembolsos e restituições de Impostos, Taxas e Serviços, IVA pago e outras.

Esta rubrica representa 1,21% das Despesas Correntes e 1,60% das despesas totais da Autarquia em 2010.

Estas despesas registam um decréscimo de 11% relativamente ao ano de 2009, tendo o seu montante ascendido em 2010 a 256.585 euros, enquanto que no ano transacto tinha sido de 287.100 euros.

Quadro 31: Evolução de Outras Despesas Correntes entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Outras Despesas Correntes	506.995 €	272.963 €	460.056 €	287.100 €	256.585 €



1.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital reflectem a despesa efectuada pela Autarquia com a aquisição de Bens de Capital, Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia e outras instituições, Activos Financeiros, Passivos Financeiros e Outras Despesas, cujos movimentos são analisados de seguida.

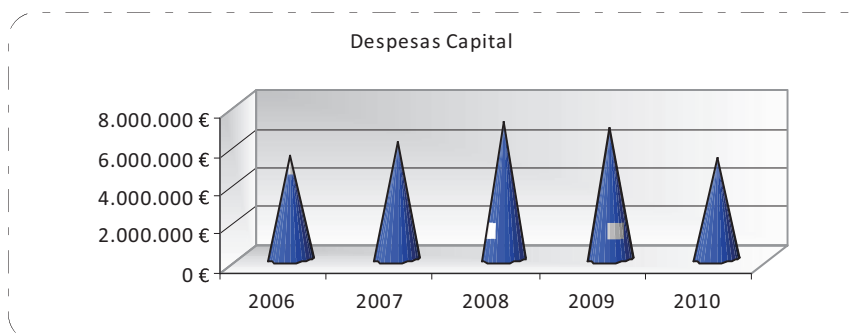
Em 2010 as Despesas de Capital registam um valor global de 5.212.960 euros, o que representa uma diminuição de 23% face ao ano anterior.

As rubricas com um peso mais significativo no total das Despesas de Capital pagas no ano de 2010 são a Aquisição de Bens de Capital (77%) e os Passivos Financeiros (18%).

Comparando a evolução das várias rubricas das Despesas de Capital com o ano anterior, verifica-se que as despesas com as Transferências de Capital e com a Aquisição de Bens de Capital registam um decréscimo de 51% e 24%, respectivamente. As despesas com os Passivos Financeiros apresentam um aumento de 0,20%, face ao ano anterior.

Quadro 32: Evolução das Despesas de Capital entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas Capital	5.309.518 €	6.027.074 €	7.133.148 €	6.769.616 €	5.212.960 €



	2006		2007		2008		2009		2010		Varição
Aquisição de Bens de Capital	3.982.470 €	75,01%	4.828.678 €	80,12%	5.853.570 €	82,06%	5.311.153 €	78,46%	4.013.677 €	76,99%	-24,43%
Transferências de Capital	416.295 €	7,84%	292.626 €	4,86%	375.353 €	5,26%	495.760 €	7,32%	242.689 €	4,66%	-51,05%
Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	
Passivos Financeiros	910.753 €	17,15%	905.770 €	15,03%	904.224 €	12,68%	954.651 €	14,10%	956.593 €	18,35%	0,20%
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	8.052 €	0,12%	- €	0,00%	
Total	5.309.518 €	100%	6.027.074 €	100%	7.133.148 €	100%	6.769.616 €	100%	5.212.960 €	100%	-22,99%

Importa ainda efectuar uma análise aos Índices de Pagamento e Índices de Realização, no que respeita à despesa de capital.

O Índice de Pagamentos mede o nível de execução face à despesa comprometida e apresenta uma execução de 70,78%, o que significa que o montante não executado em 2010 foi de 2.151.933 euros. No ano de 2009 este índice apresentou o valor de 68,71%, sendo que o montante não executado foi de 3.070.840 euros.

O Índice de Realização mede o nível de execução face às dotações corrigidas. Este apresenta uma execução de 52,92%, o que significa que 6.552.142 euros da dotação prevista não foram alvo de compromissos assumidos em 2010. No ano de 2009, este índice apresentou o valor de 59,20%, sendo que nesse ano 6.781.928 euros da dotação prevista não foi alvo de compromissos assumidos.

Quadro 33: Índice de Pagamento e Índice de Realização

	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPEZA COMPROMETIDA	DESPEZA PAGA	DESPEZA POR PAGAR	ÍNDICE DE PAGAMENTOS	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Aquisição de Bens de Capital	12.278.207 €	6.060.505 €	4.013.677 €	2.046.828 €	66,23%	49,36%
Transferências de Capital	681.765 €	347.794 €	242.689 €	105.105 €	69,78%	51,01%
Activos Financeiros	- €	- €	- €	- €		
Passivos Financeiros	957.063 €	956.593 €	956.593 €	- €	100,00%	99,95%
Outras Despesas de Capital	- €	- €	- €	- €		
Total Despesa Capital	13.917.035 €	7.364.893 €	5.212.960 €	2.151.933 €	70,78%	52,92%

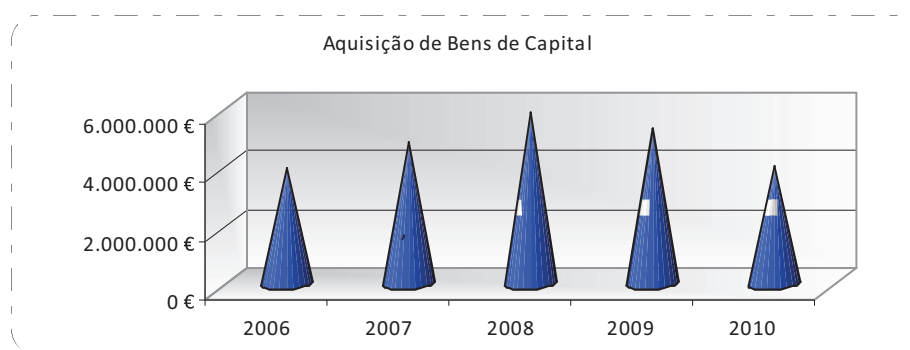
1.2.2.1 Aquisição de Bens de Capital

No ano de 2010 o montante global da despesa paga pela Autarquia ascendeu a 4.013.677 euros. De referir que no ano de 2009, o montante global dos investimentos realizados ascendeu a 5.311.153 euros, pelo que se regista uma diminuição de 24% em 2010, a qual corresponde em termos absolutos a 1.297.476 euros.

A despesa realizada com a rubrica de Aquisição de Bens de Capital representa 77% das Despesas de Capital e 19% das despesas totais, pelo que esta é a rubrica de Despesas de Capital mais significativa.

Quadro 34: Evolução das Despesas com Aquisição de Bens de Capital entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Aquisição de Bens de Capital	3.982.470 €	4.828.678 €	5.853.570 €	5.311.153 €	4.013.677 €

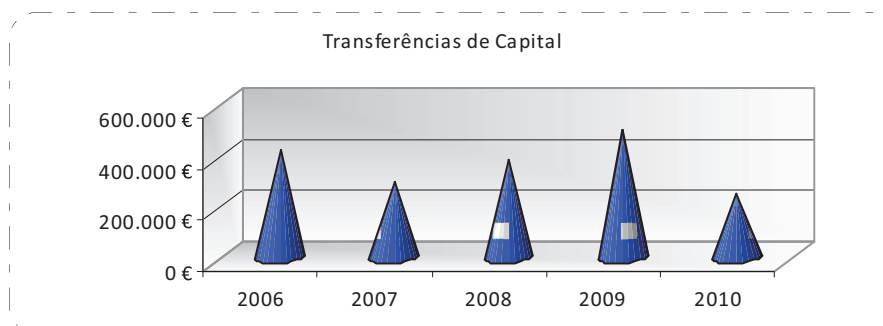
**1.2.2.2 Transferências de Capital**

O montante global das Transferências de Capital para outras entidades no ano de 2010 ascendeu a 242.689 euros, o que representou um decréscimo de 51% relativamente ao ano transacto, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 253.071 euros.

O peso das transferências de capital no total das Despesas de Capital é de 4,66%, enquanto que no montante global da despesa da Autarquia estas representam 1,14%.

Quadro 35: Evolução das Despesas com Transferências de Capital entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Transferências de Capital	416.295 €	292.626 €	375.353 €	495.760 €	242.689 €



As rubricas que apresentaram um decréscimo mais significativo foram as transferências para as Juntas de Freguesia do Concelho, cujo montante transferido em 2010 foi de 175.241,99 euros, enquanto que em 2009 ascendeu a 251.024,53 euros (-75.782,54 euros), bem como as transferências para as Instituições sem Fins Lucrativos, cujo montante transferido em 2010 foi de 64.759,98 euros, enquanto que em 2009 ascendeu a 242.219,54 euros (-177.459,56 euros).

No que respeita às juntas de freguesia, tal como referido no ponto 1.2.1.5., este decréscimo está em parte relacionado com a alteração dos termos do protocolo celebrado com a Freguesia de Vieira de Leiria.

1.2.2.3 Activos Financeiros

A rubrica de Activos Financeiros não apresenta valores de execução desde o ano de 2002.

1.2.2.4 Passivos Financeiros

A amortização da dívida de empréstimos de longo prazo no ano de 2010 foi de 956.593 euros, registando um acréscimo de 0,20% relativamente ao ano de 2009.

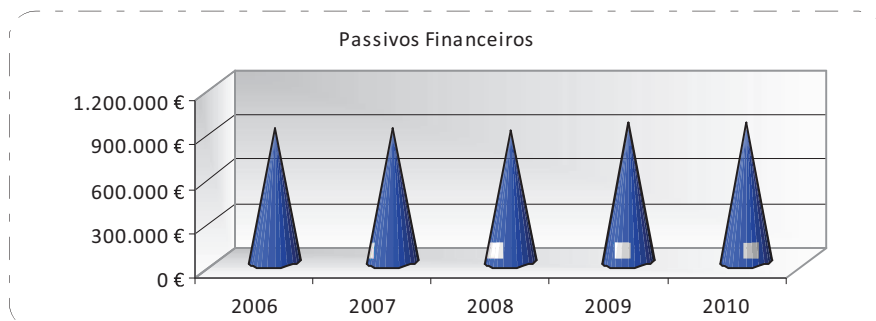
A 31 de Dezembro de 2010, todos os empréstimos cujo capital já foi integralmente utilizado estão a ser amortizados, não existindo neste momento nenhum com prazo de carência de capital.

As despesas com Passivos Financeiros representam 18% das Despesas de Capital e 5% da totalidade da despesa da Autarquia em 2010.

Refira-se que o Município da Marinha Grande sempre cumpriu com o pagamento de todas as prestações de juros e amortização dos empréstimos contratualizados não se registando quaisquer situações de incumprimento ao longo dos anos em análise.

Quadro 36: Evolução das Despesas com Passivos Financeiros entre 2006 e 2010

	2006	2007	2008	2009	2010
Passivos Financeiros	910.753 €	905.770 €	904.224 €	954.651 €	956.593 €



Considerando que a autarquia não tem recorrido à contratação de novos empréstimos, verifica-se uma estabilidade nas despesas pagas na rubrica dos passivos financeiros, entre 2006 e 2008, sendo que o ano de 2010 é o que apresenta maior valor de execução no período em análise, atenta redução das taxas de juro cujo impacto deste benefício foi significativo em 2010.

1.2.2.5 Outras Despesas de Capital

A rubrica de Outras Despesas de Capital é uma rubrica residual a qual não apresenta qualquer execução em 2010.

Quadro 37: Evolução das Outras Despesas de Capital entre 2006 e 2010

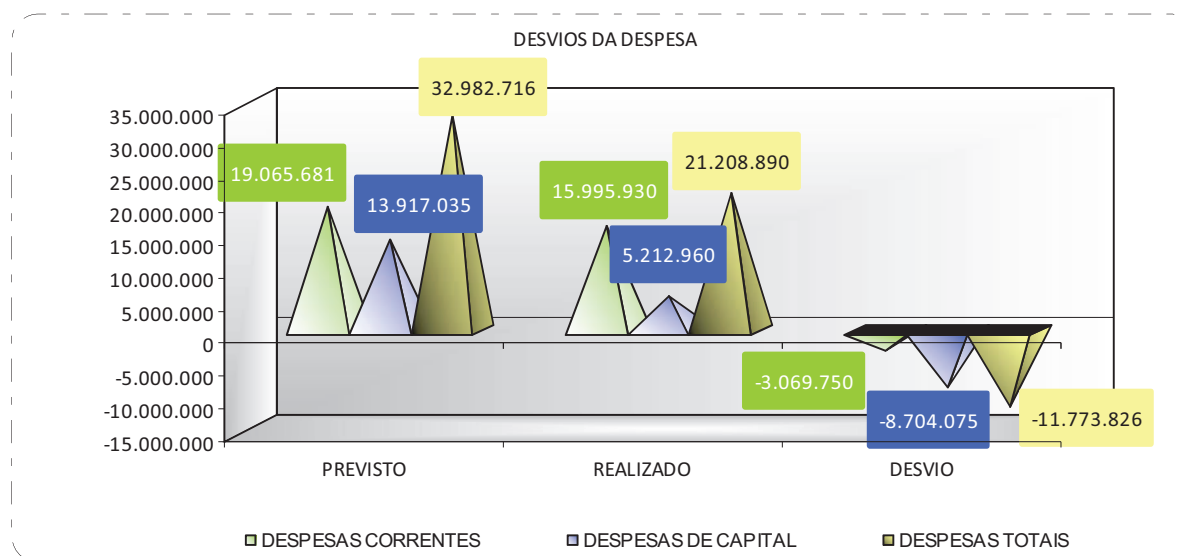
	2006	2007	2008	2009	2010
Outras Despesas de Capital	0 €	0 €	0 €	8.052 €	0 €

1.2.3. Análise de Desvios da Despesa em 2010

O quadro seguinte apresenta os desvios das despesas em 2010 quer em termos absolutos, quer em termos percentuais.

Quadro 38: Quadro dos Desvios

Designação	DESPESAS		DESVIOS	
	Previstas	Realizadas	Absoluto	%
DESPESAS CORRENTES				
01 - Despesas com o Pessoal	6.529.870	6.179.903	-349.967	-5%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	10.570.224	8.260.732	-2.309.493	-22%
03 - Juros e Outros Encargos	293.093	74.106	-218.987	-75%
04 - Transferências Correntes	1.144.897	1.055.455	-89.443	-8%
05 - Subsídios	214.179	169.149	-45.030	-21%
06 - Outras Despesas Correntes	313.417	256.585	-56.832	-18%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	19.065.681	15.995.930	-3.069.750	-16%
DESPESAS DE CAPITAL				
07 - Aquisição de Bens de Capital	12.278.207	4.013.677	-8.264.530	-67%
08 - Transferências de Capital	681.765	242.689	-439.075	-64%
09 - Activos Financeiros	0	0	0	
10 - Passivos Financeiros	957.063	956.593	-470	0%
11 - Outras Despesas de Capital	0	0	0	
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	13.917.035	5.212.960	-8.704.075	-63%
DESPESAS TOTAIS	32.982.716	21.208.890	-11.773.826	-36%



Da análise dos valores constantes do quadro podemos aferir que o desvio entre as dotações da despesa e a sua execução foi de 11.773.826 euros, o que corresponde, no ano de 2010, a um desvio negativo na execução orçamental de 36%.

O desvio entre as Despesas Correntes previstas e as realizadas foi de -16% enquanto que nas Despesas de Capital este desvio foi mais acentuado, -63%.

1.2.4. Despesa por Classificação Orgânica

Neste tipo de análise desagregam-se os meios financeiros atribuídos e dispendidos por cada um dos serviços municipais. Esta permite analisar os recursos financeiros que são utilizados para satisfazer o conjunto de necessidades públicas locais.

O quadro seguinte mostra a despesa executada por cada uma das unidades orgânicas da Câmara Municipal, ao longo de 2010, atentas as classificações económicas da despesa.

Em seguida são ainda apresentados os gráficos com as Despesa com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital por classificação orgânica, relativos ao ano de 2010.

Quadro 39: Resumo das despesas segundo a classificação orgânica/económica

Económica		Orgânica															
		O.F.	C.I.	O.A.	AM	DARH	DIF	DEEM	DIRM	DASU	DATLO	DLOP	DOPU	SIG	DIASED	DCPH	TOTAL
DESPESAS CORRENTES																	
01 - PESSOAL		1.380		1.093.117	21.205	593.558	440.178	264.396	547.726	885.869	438.120	304.494	243.315	77.494	708.881	560.172	6.179.903
02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				2.468.218	1.259	313.621	233.598	19.275	1.509.877	1.876.318	327.385		1.188	7.764	1.227.134	275.094	8.260.732
03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS	70.416			3.691													74.106
04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				474.891											501.457	79.107	1.055.455
05 - SUBSÍDIOS				169.149													169.149
06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES				218.014		37.312										1.259	256.585
TOTAL DESPESAS CORRENTES		70.416	1.380	4.427.080	22.464	944.491	673.776	283.671	2.057.603	2.762.187	765.505	304.494	244.502	85.259	2.437.472	915.632	15.995.930
DESPESAS DE CAPITAL																	
07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				380.680		32.372		528.288	2.525.640	225.861	60.168		37.263		117.124	106.280	4.013.677
08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				177.930											60.570	4.190	242.689
09 - ACTIVOS FINANCEIROS																	0
10 - PASSIVOS FINANCEIROS	956.593																956.593
11 - OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL																	0
TOTAL DESPESAS CAPITAL		956.593	0	558.610	0	32.372	0	528.288	2.525.640	225.861	60.168	0	37.263	0	177.694	110.469	5.212.960
DESPESAS TOTAIS		1.027.009	1.380	4.985.690	22.464	976.863	673.776	811.959	4.583.243	2.988.048	825.673	304.494	281.765	85.259	2.615.167	1.026.101	21.208.890

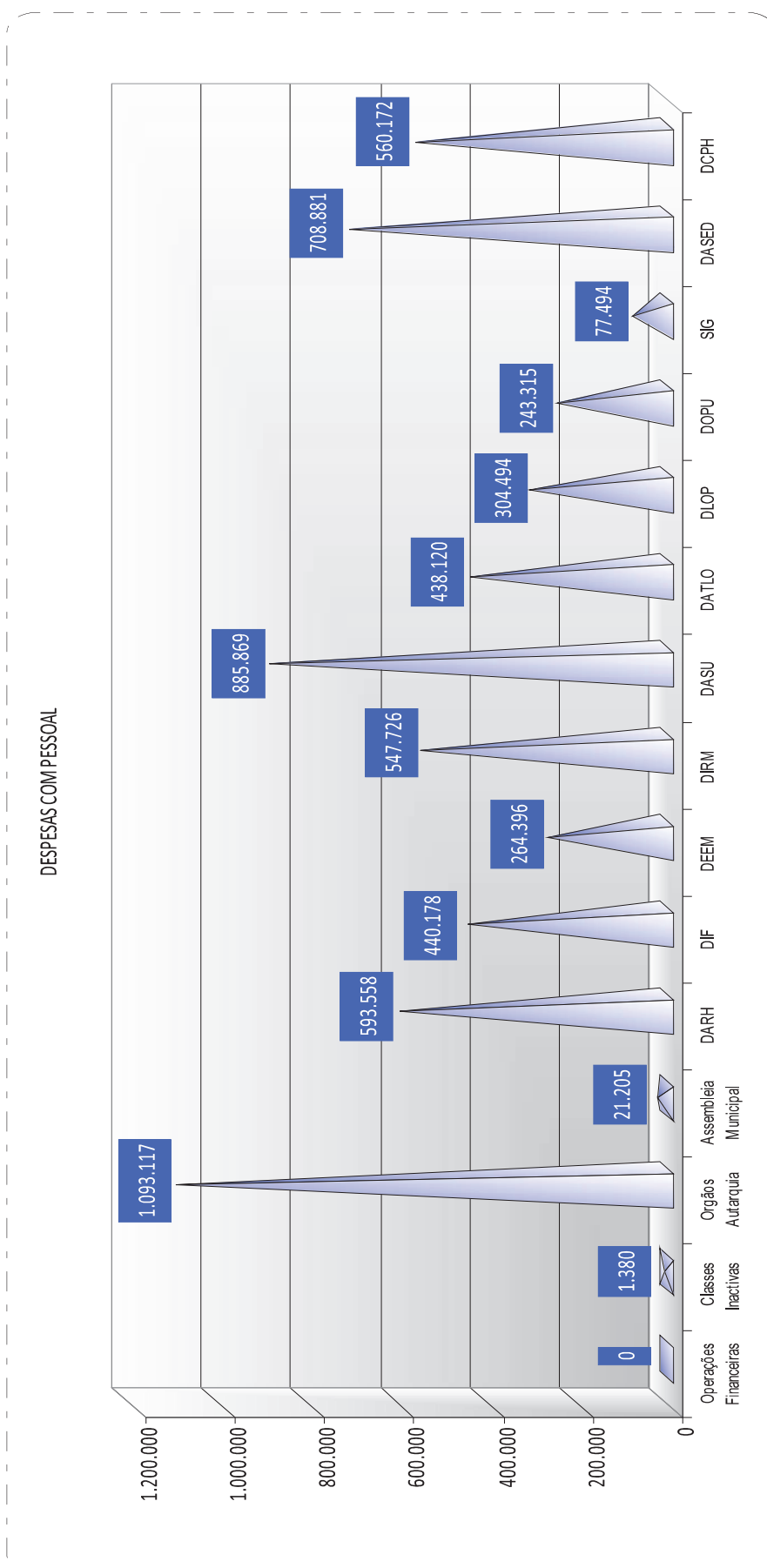
Gráfico 5: Despesas com o pessoal por orgânica

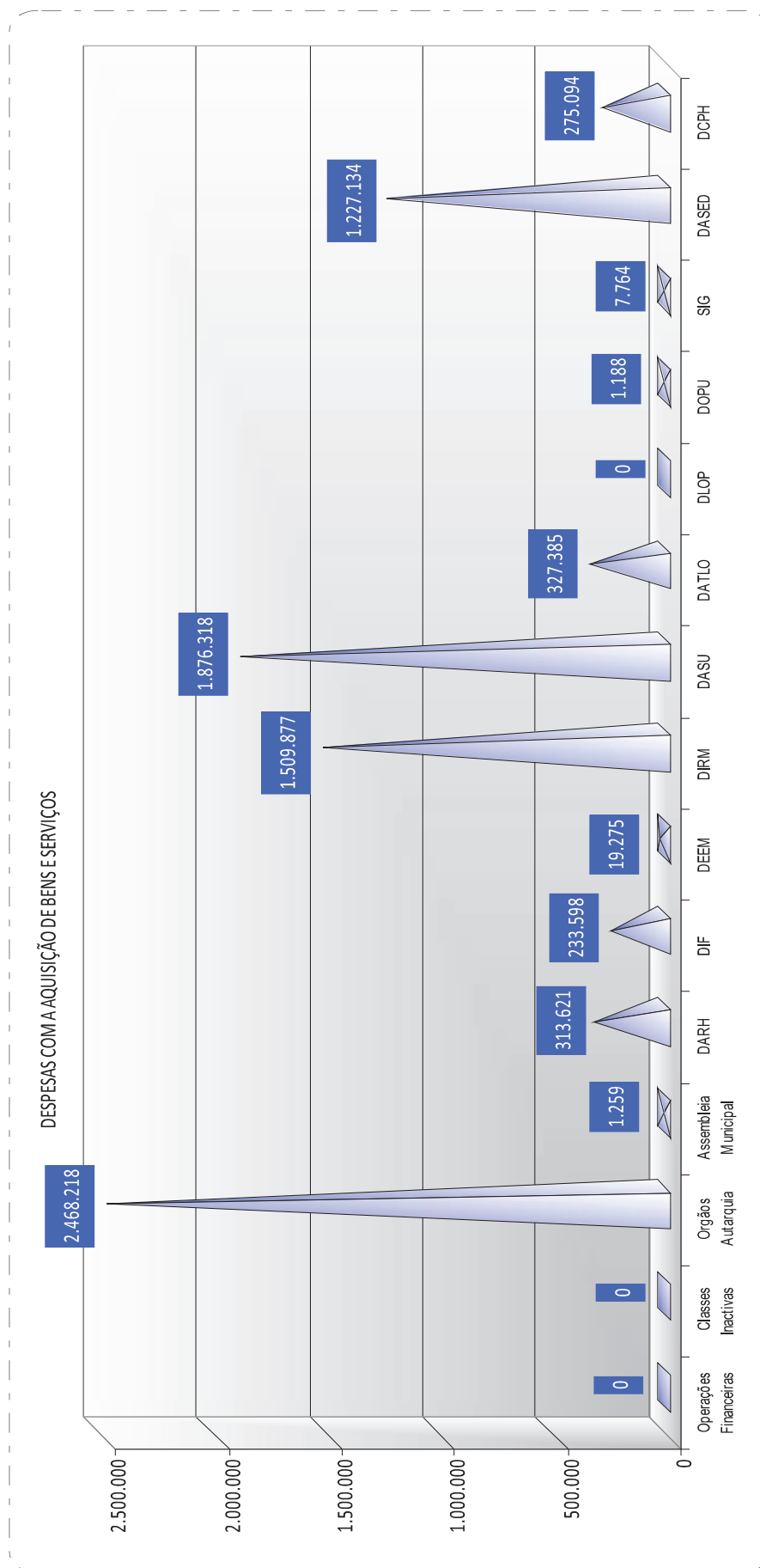
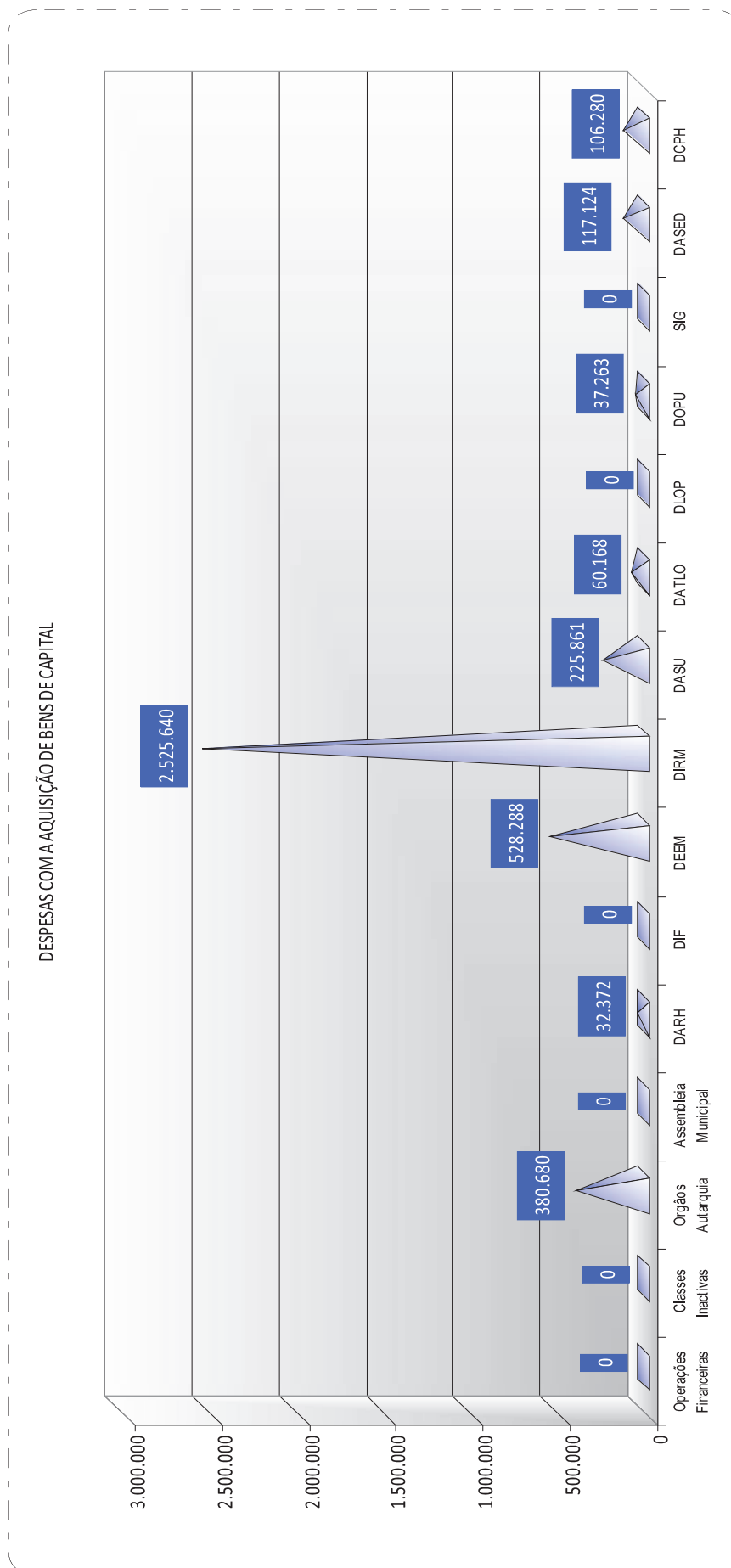
Gráfico 6: Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços por orgânica

Gráfico 7: Despesas com a Aquisição de Bens de Capital por orgânica

1.2.5. Despesa por Classificação Funcional

A análise da despesa por classificação funcional permite verificar o esforço financeiro desenvolvido pela Autarquia, nas diversas áreas de intervenção, e no cumprimento das suas atribuições, por funções.

O classificador funcional, apresentado no ponto 10.1 do POCAL, estrutura as despesas em quatro tipos de funções:

1. Funções Gerais; 2. Funções Sociais; 3. Funções Económicas e 4. Outras Funções.

Estas são posteriormente desagregadas em vários níveis, sendo o primeiro representativo do meio a atingir e o segundo, a forma de executar as funções.

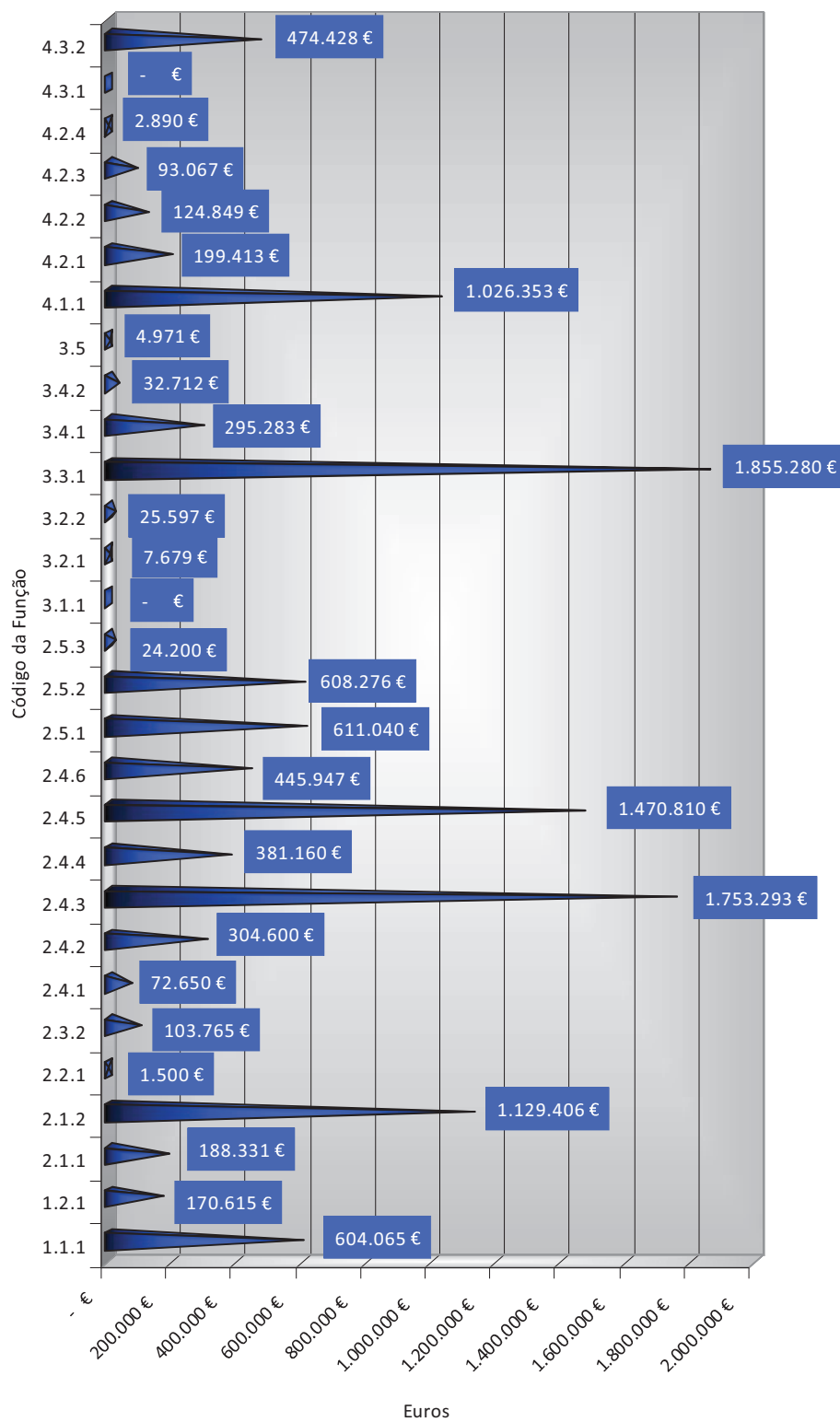
Como é possível aferir pelos valores do quadro e gráfico seguintes, as Funções Sociais são aquelas onde são dispendidos mais recursos, apresentando uma taxa de 33,45% do total das despesas do Município em 2010. De entre os meios a atingir nesta função, aquele que apresenta uma maior execução de despesa é o Saneamento onde foram dispendidos 1.753.293 euros.

As Funções Económicas registam uma execução de 2.221.531 euros (10,45%), as Outras Funções Gerais absorveram 2.005.806 euros (7,22%) e, por último, as Funções Gerais com 774.680 euros (3,65%)

Quadro 40: Despesa por Classificação Funcional

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	2009		2010	
		DESPESAS	%	DESPESAS	%
1	FUNÇÕES GERAIS				
1.1	Serviços Gerais da Administração Pública				
1.1.1	Administração Geral	513.181 €	2,29%	604.065 €	2,85%
1.2	Segurança e Ordens Públicas				
1.2.1	Protecção Civil e Luta contra Incêndios	169.035 €	0,76%	170.615 €	0,80%
Total 1		682.216 €	3,05%	774.680 €	3,65%
2	FUNÇÕES SOCIAIS				
2.1	Educação				
2.1.1	Ensino não Superior	471.246 €	2,11%	188.331 €	0,89%
2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	905.357 €	4,05%	1.129.406 €	5,33%
2.2	Saúde				
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	5.500 €	0,02%	1.500 €	0,01%
2.3	Segurança e Acções Sociais				
2.3.2	Acção Social	105.104 €	0,47%	103.765 €	0,49%
2.4	Habitação e Serviços Colectivos				
2.4.1	Habitação	128.440 €	0,57%	72.650 €	0,34%
2.4.2	Ordenamento do Território	1.239.663 €	5,54%	304.600 €	1,44%
2.4.3	Saneamento	1.737.845 €	7,77%	1.753.293 €	8,27%
2.4.4	Abastecimento de Água	276.565 €	1,24%	381.160 €	1,80%
2.4.5	Resíduos Sólidos	1.324.547 €	5,92%	1.470.810 €	6,93%
2.4.6	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	566.200 €	2,53%	445.947 €	2,10%
2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos				0,00%
2.5.1	Cultura	606.434 €	2,71%	611.040 €	2,88%
2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	687.281 €	3,07%	608.276 €	2,87%
2.5.3	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	94.450 €	0,42%	24.200 €	0,11%
Total 2		8.148.632 €	36,44%	7.094.978 €	33,45%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS				
3.1	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca				
3.1.1	Luta contra Incêndios	- €	0,00%	- €	0,00%
3.2	Indústria e Energia				
3.2.1	Parques Industriais	227.405 €	1,02%	7.679 €	0,04%
3.2.2	Iluminação Pública	118.754 €	0,53%	25.597 €	0,12%
3.3	Transportes e Comunicações				
3.3.1	Transportes Rodoviários	1.640.245 €	7,33%	1.855.280 €	8,75%
3.4	Comércio e Turismo				
3.4.1	Mercados e Feiras	79.542 €	0,36%	295.283 €	1,39%
3.4.2	Turismo	9.500 €	0,04%	32.712 €	0,15%
3.5	Outras Funções Económicas				
3.5	Outras Funções Económicas		0,00%		0,00%
3.5.1	FAME - Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	- €		4.971 €	0,02%
3.5.2	Agenda XXI Local	18.000 €	0,08%	- €	0,00%
3.5.3	Projecto Europeu Clusterplast	1.401 €	0,01%	9 €	0,00%
Total 3		2.094.847 €	9,28%	2.221.531 €	10,45%
4	OUTRAS FUNÇÕES				
4.1	Operações da Dívida Autárquica				
4.1.1	Empréstimos	1.185.714 €	5,30%	1.026.353 €	4,84%
4.2	Transferências entre Administrações				
4.2.1	Junta de Freguesia da Marinha Grande	194.485 €	0,87%	199.413 €	0,94%
4.2.2	Junta de Freguesia de Vieira de Leiria	199.575 €	0,89%	124.849 €	0,59%
4.2.3	Junta de Freguesia da Moita	60.597 €	0,27%	93.067 €	0,44%
4.2.4	Associação Municípios da Alta Estremadura	3.050 €	0,01%	2.890 €	0,01%
4.2.5	Área Metropolitana de Leiria	- €	0,00%	32.519 €	0,15%
4.2.6	Comunidade Intermunicipal Pinhal Litoral	- €	0,00%	52.287 €	0,25%
4.3	Diversas não Especificadas				
4.3.1	Activos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%
4.3.2	Contrato Programa TUMG	439.351 €	1,96%	474.428 €	2,24%
Total 4		2.082.772 €	7,35%	2.005.806 €	7,22%
TOTAL DESPESAS IMPUTADAS		13.008.468 €	58,17%	12.096.995 €	57,04%
DESPESAS NÃO IMPUTÁVEIS		9.355.505 €	41,83%	9.111.895 €	42,96%
TOTAL DESPESA		22.363.973 €	100,00%	21.208.890 €	100,00%

Despesas por Classificação Funcional



1.2.6. Análise dos Compromissos por pagar e para exercícios futuros

No que respeita aos compromissos por pagar que transitaram de 2009 para 2010 à data de 31-12-2009 estes ascendiam a 4.758.839 euros, enquanto que à data de 31-12-2010, este montante é de 3.863.836 euros.

No que respeita ao total dos compromissos assumidos no exercício de 2010 para os anos seguintes estes ascendem a 15.600.937 euros, dos quais 7.331.927 euros são compromissos assumidos para o ano de 2011, e o restante para os anos seguintes.

Comparando o total dos compromissos assumidos em 2009 para exercícios futuros (11.052.529 euros) com o total dos compromissos assumidos em 2010 para exercícios futuros (15.600.937 euros), verifica-se um aumento de 4.548.408 euros, sendo de realçar que foram contabilizados os compromissos assumidos com a empresa Pragosa Eco-Ambiente, S.A., atento o contrato de recolha de resíduos sólidos para o período estimado de 2011 a 2016 no montante de 2.510.387,40 euros, celebrado no ano de 2010.

Face ao exposto, importa referir que o somatório dos compromissos assumidos para anos seguintes com os compromissos assumidos por pagar a 31-12-2010 ascende a 19.464.773 euros e à data de 31-12-2009 este montante era de 15.811.368 euros.

Dos 7.331.927 euros de compromissos assumidos em 2010 para o ano de 2011, importa salientar os seguintes:

- Económica 01: 68.867 euros respeitam a Despesas com Pessoal, nomeadamente contratos de trabalho a termo, programas de estágios profissionais, seguros com pessoal e contrato em regime de tarefa ou avença;
- Económica 02: 2.389.115 euros respeitam à aquisição de bens e serviços, sendo que nestes a parte mais significativa destina-se à aquisição do serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos a aterro (528.903 euros); trabalhos especializados no valor de 417.393 euros, dos quais se destacam os serviços relacionados com as actividades de enriquecimento curricular para o ano lectivo 2010/2011 (315.693 euros) e os serviços de finishing, cobrança de facturas e gestão do sistema da SCGA (67.308 euros); prestação de serviços de transporte escolar para o ano de 2011 (362.134 euros); prestação de serviços de alimentação escolar (224.953 euros); aluguer de máquinas de movimentação para o ano de 2010 (248.187 euros); varredura manual das ruas do concelho (8.520 euros); combustíveis e lubrificantes (124.961 euros); recolha de efluentes domésticos (125.351 euros); serviços de vigilância e segurança de instalações municipais (127.856 euros); serviço de manutenção de parques e jardins municipais e outros (64.476 euros); comunicações (10.012 euros); matérias-primas e subsidiárias (25.062 euros); manutenção dos relvados do estádio municipal (15.897 euros); contratos de serviços de assistência técnica (22.024 euros), entre outros;
- Económica 03: 79.273 euros destinam-se ao pagamento de juros decorrentes de empréstimos bancários e contratos de locação financeira;
- Económica 04: 149.131 euros respeitam a transferências correntes para outras entidades, entre elas, as entidades desportivas e recreativas do concelho, no que respeita à época desportiva 2010/2011, transferências a famílias por conta dos subsídios de incentivo à natalidade e associações de municípios, AMLEI;

- Económica 07: 3.218.568 euros respeitam a despesas de investimento decorrentes de adjudicações de empreitadas de obras públicas;
- Económica 08: 207.502 euros respeitam a transferências de capital a efectuar para entidades desportivas e recreativas na sequência de deliberações camarárias e para a Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P., relativo ao Acordo de Parceria celebrado entre essa entidade e o Município da Marinha Grande para a realização da obra "Reabilitação do Sistema Estuarino do Rio Lis – Troço Foz – Ponte das Tercenas – Praia da Vieira".
- Económica 10: 939.632 euros respeitam a amortização de capital decorrentes dos empréstimos bancários;

Dos restantes compromissos assumidos para anos seguintes, para além de 2011, 8.269.010 euros, importa salientar os seguintes:

- Amortizações de Empréstimos Contratualizados: 4.649.464,57 euros;
- Juros de Encargos de Empréstimos: 289.569,51 euros;
- Contrato de Recolha de Resíduos Sólidos: 2.050.140,31 euros.

1.3. POUPANÇA CORRENTE

O presente ponto pretende analisar a evolução da Poupança Corrente, diferença entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente ao longo dos vários anos.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, a poupança corrente previsional corrigida tem registado um decréscimo desde 2006, apresentando em 2010 o valor mais baixo do período em análise, 20.000 euros.

Em relação à poupança corrente executada, esta apresenta uma tendência de redução desde 2007, ano em que o valor registado é o mais elevado do período em análise, 4.663.502 euros. No entanto, o ano de 2010 veio inverter essa tendência apresentando um acréscimo relativamente ao ano transacto de 2009 de cerca de 3,6%, o que representa um acréscimo em termos absolutos de 91.436 euros.

Importa salientar que, o equilíbrio corrente foi alcançado, quer ao nível da previsão, quer ao nível da execução.

Quadro 41: Evolução da Poupança Corrente

	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas Correntes Previstas Corrigidas	16.701.437 €	17.440.907 €	17.741.511 €	18.992.413 €	19.085.681 €
Despesa Correntes Previstas Corrigidas	15.719.214 €	16.490.129 €	17.710.393 €	18.817.480 €	19.065.681 €
POUPANÇA CORRENTE PREVISIONAL	982.223 €	950.778 €	31.119 €	174.933 €	20.000 €
Receita Correntes Executadas	16.213.507 €	18.404.701 €	18.769.128 €	18.154.741 €	18.647.750 €
Despesa Corrente Executadas	13.522.073 €	13.741.199 €	15.510.360 €	15.594.357 €	15.995.930 €
POUPANÇA CORRENTE EXECUTADA	2.691.434 €	4.663.502 €	3.258.768 €	2.560.384 €	2.651.820 €

1.4. INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A análise das contas da Autarquia através da apresentação de indicadores tem como objectivo essencial supervisionar a gestão autárquica. Estes permitem a verificação e acompanhamento das decisões tomadas ao longo do ano financeiro, as quais terão reflexo na execução do orçamento e nas grandes opções do plano.

Face ao exposto importa efectuar uma análise à execução orçamental, pelo que se apresentam alguns indicadores, para este efeito.

1.4.1. Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de cobertura global das receitas e despesas da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução. De um modo geral, estes indicadores pretendem avaliar a capacidade das receitas para cobrirem as despesas.

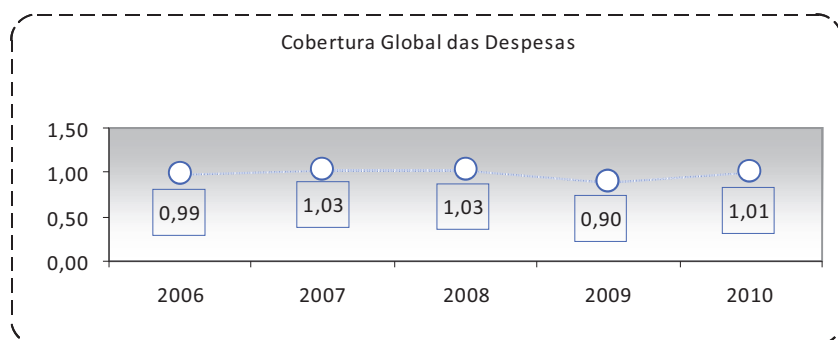
Quadro 42: Rácios de Cobertura Global das Receitas e Despesas

	RÁCIOS	2006	2007	2008	2009	2010
1	Receitas Totais	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €	21.417.389 €
	Despesas Totais	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
		0,99	1,03	1,03	0,90	1,01
2	Receita Corrente	16.213.507 €	18.404.701 €	18.769.128 €	18.154.741 €	18.647.750 €
	Despesa Corrente	13.552.073 €	13.741.199 €	15.510.360 €	15.594.357 €	15.995.930 €
		1,20	1,34	1,21	1,16	1,17
3	Receita Capital	2.414.241 €	1.984.173 €	4.555.298 €	1.904.224 €	2.757.629 €
	Despesa de Capital	5.309.518 €	6.027.074 €	7.133.148 €	6.769.616 €	5.212.960 €
		0,45	0,33	0,64	0,28	0,53
4	Receitas Próprias	12.335.174 €	13.586.706 €	13.636.179 €	12.809.549 €	13.141.095 €
	Despesa Total	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
		0,65	0,69	0,60	0,57	0,62
5	Fundos Municipais	5.668.347 €	5.728.984 €	6.010.056 €	6.310.559 €	6.375.246 €
	Despesa Total	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
		0,30	0,29	0,27	0,28	0,30

RÁCIO 1 – Cobertura Global das Despesas

Este rácio pretende medir a capacidade que as receitas totais têm para cobrirem as despesas totais.

Este indicador tem-se mantido próximo da unidade o que significa que as receitas totais cobrem quase a totalidade das despesas totais.

Gráfico 8: Cobertura Global das Despesas**RÁCIO 2 – Cobertura Global das Despesas de Correntes**

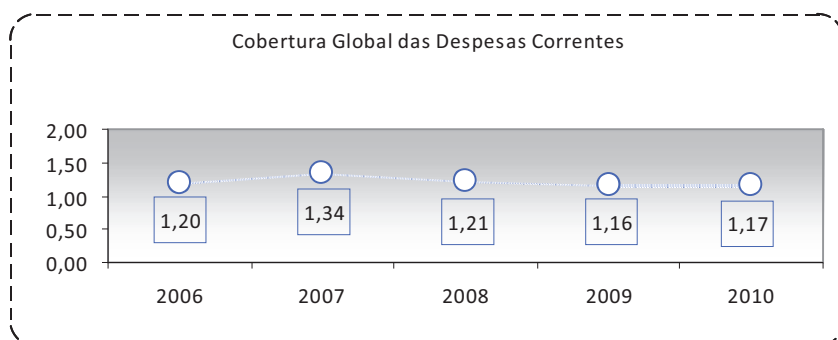
Este rácio tem como objectivo medir a capacidade que as Receitas Correntes têm para cobrir as Despesas Correntes.

Este indicador tem sofrido oscilações sendo que, no entanto, tem apresentado valores superiores à unidade.

Desta forma pode concluir-se que as Receitas Correntes têm sido suficientes para cobrir a totalidade das Despesas Correntes do município ao longo dos últimos cinco anos.

A poupança corrente efectiva do Município no ano de 2010 foi de 2.651.820 euros a qual resulta da diferença entre o total da Receita Corrente arrecadada e a Despesa Corrente paga. Esta análise permite-nos aferir que foram libertos 2.651.820 euros de Receita Corrente para financiamento de Despesas de Capital.

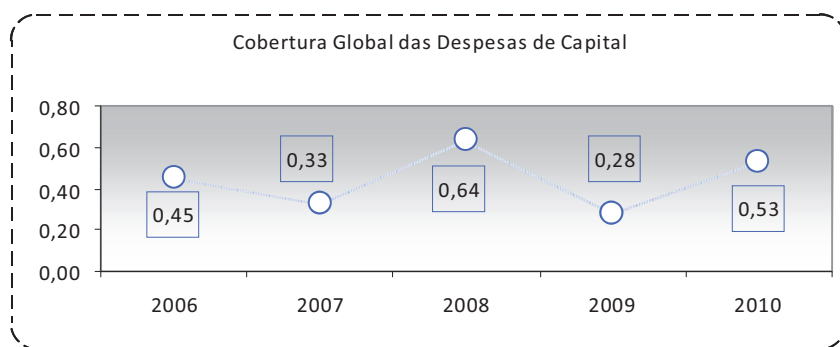
Importa ainda referir que a poupança corrente prevista, que resulta da diferença entre as previsões da Receita Corrente e as dotações da Despesa Corrente, corrigidas, era de 20.000 euros.

Gráfico 9: Cobertura Global das Despesas Correntes**RÁCIO 3 – Cobertura Global das Despesas de Capital**

Através do rácio de cobertura global das Despesas de Capital pretende-se medir a capacidade das Receitas de Capital cobrirem as Despesas de Capital.

Da análise a este indicador verifica-se que, no decorrer das últimas cinco gerências, a capacidade das Receitas de Capital cobrirem as Despesas de Capital tem vindo a diminuir, sendo que o ano de 2008 inverteu essa tendência, registrando-se um aumento comparativamente aos anos anteriores. Apesar de em 2009 se registar uma queda acentuada deste indicador, apresentando mesmo o valor mais baixo do período em análise, 28%, 2010 registou um aumento quando comparado com o ano de 2009. Isto significa que em 2010 as Receitas de Capital cobrem cerca de 53% das Despesas de Capital, quando em 2009 apenas cobriam 28%.

Gráfico 10: Cobertura Global das Despesas de Capital

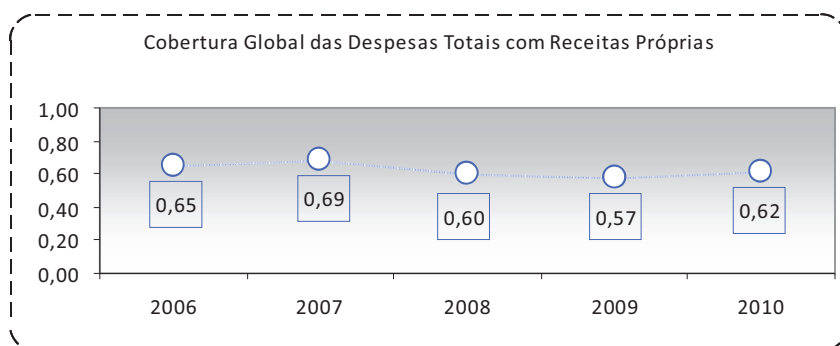


RÁCIO 4 – Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias

Este rácio pretende medir o grau de cobertura das despesas totais através das receitas próprias da Autarquia.

Tendo como base os valores apresentados, verifica-se que este rácio apresentou uma tendência de descida desde 2007 e até ao ano de 2009, sendo esse o ano que apresenta o valor mais baixo no período em análise, o que significa que a capacidade das receitas próprias cobrirem as despesas totais diminuiu gradualmente ao longo do tempo. O ano de 2010 regista um ligeiro crescimento, indicando que as receitas próprias cobrem cerca de 62% das despesas totais, quando em 2009 cobriam apenas 57%.

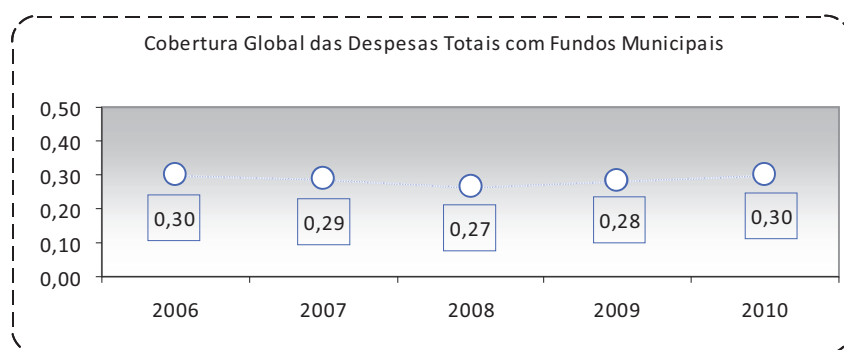
Gráfico 11: Cobertura Global das Despesas Totais pelas Receitas Próprias



RÁCIO 5 – Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais

Com o cálculo deste rácio pretende-se medir o grau de cobertura das despesas totais através dos fundos municipais.

Pela análise dos valores apresentados, verifica-se que este rácio apresentou uma tendência de descida até 2008, sendo que 2009 sofreu um ligeiro aumento, o qual foi confirmado em 2010, mantendo-se, contudo, relativamente ao mesmo nível.

Gráfico 12: Cobertura Global das Despesas Totais pelos Fundos Municipais**1.4.2. Rácios de Estrutura da Receita**

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de estrutura da receita da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução.

Quadro 43: Rácios de Estrutura da Receita

RÁCIOS		2006	2007	2008	2009	2010
1	Receitas Próprias	12.335.174 €	13.586.706 €	13.636.179 €	12.809.549 €	13.141.095 €
	Receita Total	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €	21.417.389 €
		0,66	0,67	0,58	0,64	0,61
2	Receitas cobradas localmente	6.292.845 €	6.242.025 €	5.770.605 €	6.581.931 €	6.707.900 €
	Receita Total	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €	21.417.389 €
		0,34	0,31	0,25	0,33	0,31
3	Passivos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €
	Receita Total	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €	21.417.389 €
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Venda Bens e Serviços Correntes	5.568.965 €	5.613.976 €	5.283.281 €	5.926.414 €	6.196.193 €
	Venda Bens e Serv. Investimento	58.706 €	39.692 €	26.753 €	12.076 €	- €
	Receita Total	18.643.282 €	20.430.402 €	23.339.396 €	20.115.070 €	21.417.389 €
		0,30	0,28	0,23	0,30	0,29

RÁCIO 1 – Receitas Próprias

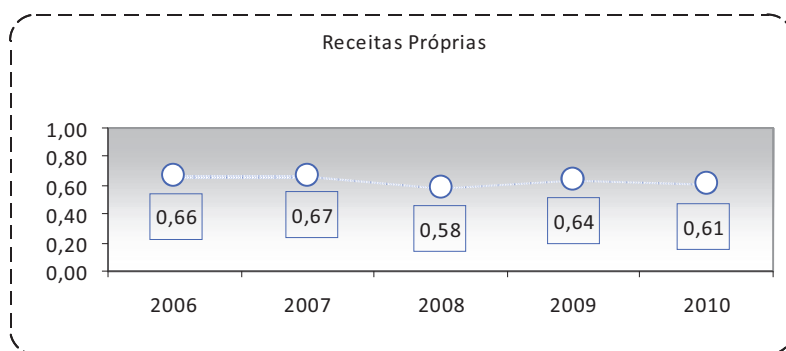
Este rácio mede o peso das receitas próprias do Município no total das receitas arrecadadas.

Da análise dos valores verifica-se que este rácio apresenta em 2010 uma inversão na tendência de subida verificada em 2009. O numerador (receitas próprias), bem como o denominador (receitas totais) apresentaram um aumento em 2010.

O acréscimo registado nas receitas totais é superior ao acréscimo das receitas próprias, o que significa que em 2010 o peso das receitas próprias face às receitas totais diminuiu.

Assim, em 2010, 61% das receitas totais da Autarquia respeitam a receitas próprias, enquanto que em 2009 esse valor era de 64%.

Gráfico 13: Receitas Próprias

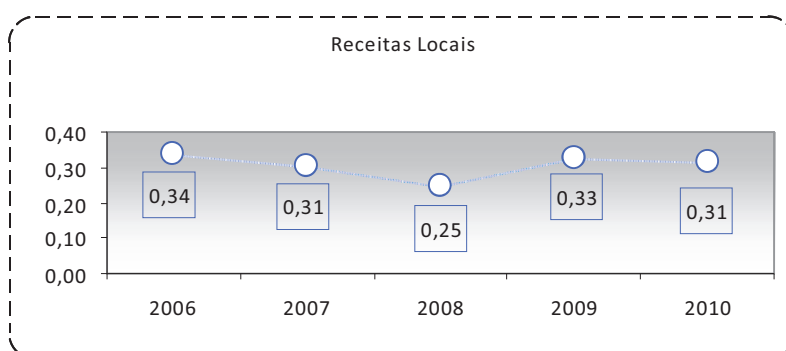


RÁCIO 2 – Receitas Locais

Este rácio faz o apuramento do peso das receitas cobradas localmente pela Autarquia nas receitas totais.

Face aos valores apresentados pode concluir-se que o valor das receitas locais apresentou uma tendência de descida até ao ano de 2008, sendo que o ano de 2009 foi o ano de inversão dessa tendência. No entanto, em 2010, assiste-se novamente a descida, sendo que neste ano as receitas cobradas localmente representam 31% das receitas totais, quando em 2009 representavam 33%, valor muito próximo do valor mais alto no período em análise, ano de 2006 com 34%.

Gráfico 14: Receitas Locais

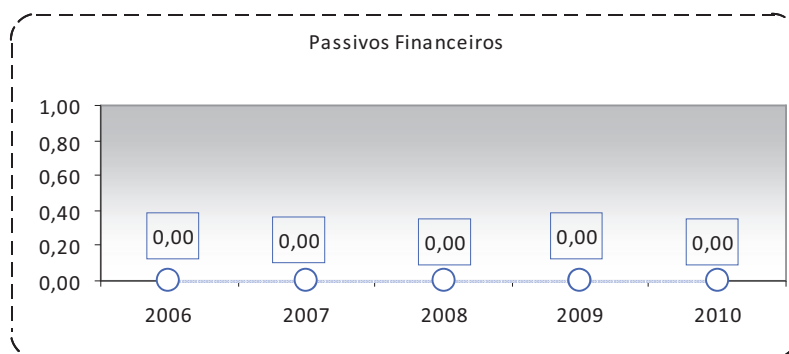


RÁCIO 3 – Passivos Financeiros

Este rácio pretende medir a importância dos empréstimos contratualizados na receita total da Autarquia.

Este rácio tem vindo a apresentar valores nulos desde 2006. Face ao exposto, pode concluir-se que o peso da contratação de empréstimos na receita total é nulo, atendendo ao facto de que nos cinco últimos anos não foi arrecadada qualquer receita decorrente da contratação ou da utilização de empréstimos.

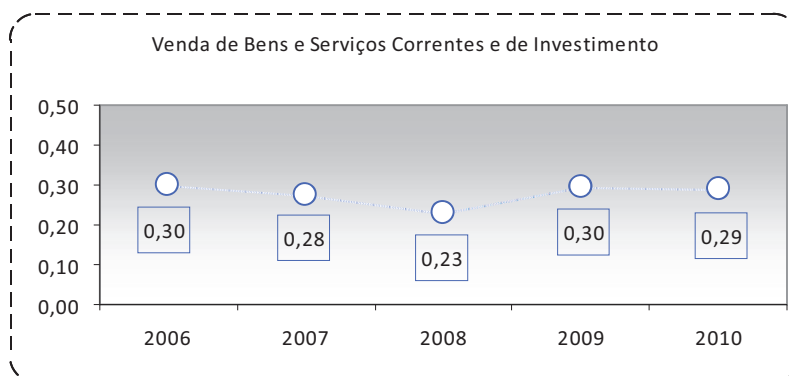
Gráfico 15: Passivos Financeiros

**RÁCIO 4 – Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento**

Este rácio pretende medir o peso da receita proveniente da Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento na Receita Total.

Pode concluir-se que as vendas de bens e serviços correntes e de investimento representam cerca de 29% das receitas da Autarquia. Comparativamente com os anos transactos, verifica-se que 2010 veio confirmar a tendência de descida deste indicador verificada entre 2006 e 2008, sendo que no período em análise, o único ano que regista uma subida é o ano de 2009, o qual apresenta o valor mais elevado no período em análise em conjunto com o ano de 2006.

Gráfico 16: Venda de Bens e de Serviços Correntes e de Investimento



1.4.3. Rácios de Estrutura da Despesa

No quadro seguinte estão expressos alguns dos indicadores de estrutura da despesa da Autarquia nos últimos cinco anos de modo a ser possível avaliar a sua evolução. De um modo geral, estes indicadores pretendem medir o peso das despesas face a determinadas componentes.

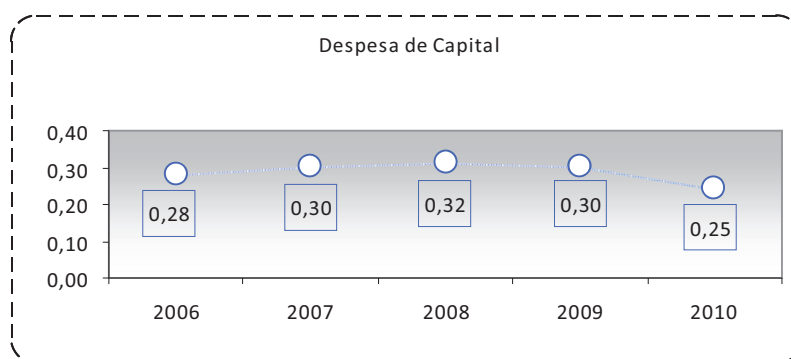
Quadro 44: Rácios de Estrutura da Despesa

	RÁCIOS	2006	2007	2008	2009	2010
1	Despesa de Capital	5.309.518 €	6.027.074 €	7.133.148 €	6.769.616 €	5.212.960 €
	Despesa Total	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
		0,28	0,30	0,32	0,30	0,25
2	Pessoal	5.474.169 €	5.459.998 €	5.600.780 €	6.002.756 €	6.179.903 €
	Despesa Total	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
		0,29	0,28	0,25	0,27	0,29
3	Aquis. Bens e Serviços Correntes	6.128.213 €	6.539.150 €	7.710.954 €	7.563.032 €	8.260.732 €
	Despesa Total	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
		0,32	0,33	0,34	0,34	0,39
4	Serviço da dívida	1.188.936 €	1.270.405 €	1.299.972 €	1.245.296 €	1.030.700 €
	Despesa Total	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
		0,06	0,06	0,06	0,06	0,05

RÁCIO 1 – Despesa de Capital

Este rácio mede o peso da Despesa de Capital na Despesa Total.

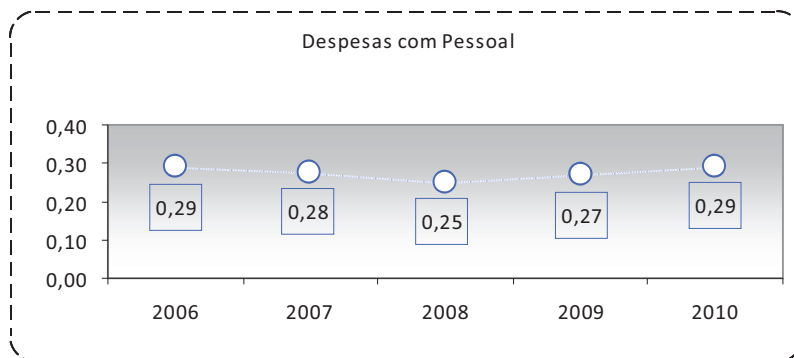
Da análise aos valores apresentados verifica-se que a Despesa de Capital em 2010 confirmou a tendência de decréscimo registada desde 2008, o que significa que a importância destas despesas na despesa total diminuiu no ano de 2010, representando 25%, valor mais baixo no período em análise.

Gráfico 17: Despesa de Capital**RÁCIO 2 – Despesas com Pessoal**

Este rácio dá-nos informação relativa ao peso das Despesas com Pessoal na despesa total do Município.

De acordo com os valores constantes do gráfico seguinte, as Despesas com Pessoal em 2010 representam 29% da despesa total da Autarquia, verificando-se, assim, um aumento relativamente ao ano transacto, no qual este tipo de despesa representavam 27% das despesas totais.

Gráfico 18: Despesas com Pessoal

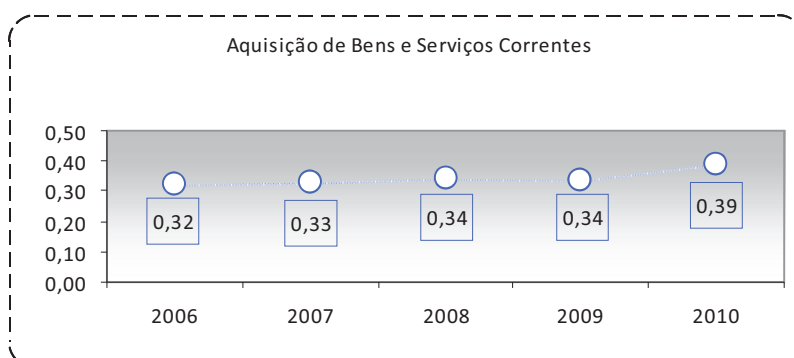


RÁCIO 3 – Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Com este rácio pretende-se medir o peso da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços decorrentes da actividade da Autarquia na despesa total.

Face aos valores apresentados verifica-se que a Aquisição de Bens e Serviços Correntes tem vindo a ganhar maior peso na despesa total da Autarquia desde 2006, representando em 2010, 39% da despesa do Município, valor mais alto no período em análise.

Gráfico 19: Aquisição de Bens e Serviços Correntes

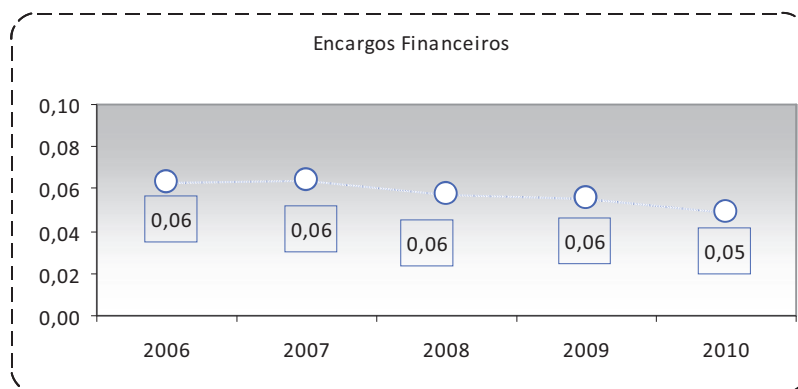


RÁCIO 4 – Encargos Financeiros

Este rácio dá-nos informação relativa ao peso da despesa com os custos financeiros, nomeadamente, inerentes à contratação e utilização de empréstimos e contratos de locação financeira, na despesa total.

Da análise do rácio conclui-se que as despesas inerentes ao serviço da dívida têm mantido um peso semelhante ao longo dos últimos cinco anos, assistindo-se contudo a uma ligeira redução em 2010, representando cerca de 5% desse total.

Gráfico 20: Encargos Financeiros



1.4.4. Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente

No quadro seguinte estão expressos os indicadores que permitem estabelecer uma relação dos Fundos Municipais Correntes com as Componentes da Despesa Corrente.

Quadro 45: Rácios para avaliar a relação dos Fundos Municipais Correntes com Componentes da Despesa Corrente

RÁCIOS		2006	2007	2008	2009	2010
1	Pessoal	5.474.169 €	5.459.998 €	5.600.780 €	6.002.756 €	6.179.903 €
	Fundos Municipais Correntes	3.401.008 €	4.123.795 €	4.305.759 €	4.533.887 €	4.578.057 €
		1,61	1,32	1,30	1,32	1,35
2	Aquisição de Bens e Serviços	6.128.213 €	6.539.150 €	7.710.954 €	7.563.032 €	8.260.732 €
	Fundos Municipais Correntes	3.401.008 €	4.123.795 €	4.305.759 €	4.533.887 €	4.578.057 €
		1,80	1,59	1,79	1,67	1,80

RÁCIO 1 – Despesas com Pessoal face aos Fundos Municipais Correntes

Este rácio mede a relação do acréscimo dos Fundos Municipais correntes com o acréscimo da Despesa com o Pessoal.

Pelos valores apresentados, este rácio tem-se mantido praticamente inalterável desde 2007, ano em que se assistiu a um decréscimo acentuado deste indicador, o que significa que o aumento verificado nos Fundos Municipais foi superior ao aumento verificado nas Despesas com Pessoal. Em 2010 registou-se um ligeiro acréscimo do indicador, o que significa que o aumento das despesas com pessoal, 177.147 euros, foi superior ao aumento da verba dos Fundos Municipais Correntes, 44.170 euros.

RÁCIO 2 – Aquisição de Bens e Serviços face aos Fundos Municipais Correntes

Este rácio mede a relação do acréscimo dos Fundos Municipais Correntes com o acréscimo da despesa com Aquisição de Bens e Serviços necessários à actividade da Autarquia.

Quando comparado com os anos anteriores verifica-se que este sofre diversas oscilações ao longo dos anos, sendo que em 2010 houve um aumento do seu valor, dado que houve um aumento da despesa com Aquisição de Bens e Serviços (697.700 euros) superior ao aumento nas receitas decorrentes dos Fundos Municipais Correntes (44.170 euros).

1.4.5. Rácios para avaliar o Prazo Médio de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamento pretende medir o tempo médio que a Autarquia demora para pagar as dívidas a terceiros.

Quando este indicador apresenta um valor baixo, significa que o financiamento que os terceiros fazem à exploração também é reduzido. No entanto, também pode demonstrar que a entidade não tem capacidade de negociação com os seus fornecedores. Um valor muito alto, por outro lado, pode significar que a entidade apresenta algumas dificuldades para satisfazer as suas obrigações.

Ao analisar-se os valores do Prazo Médio de Pagamento dos últimos cinco anos, verifica-se que este não tem sofrido oscilações significativas, embora se saliente a inversão de tendência de subida registada até 2008, a qual já vinha desde o ano de 2006. O ano de 2010 veio confirmar a tendência de diminuição deste indicador

Quadro 46: Prazo Médio de Pagamento

	2006	2007	2008	2009	2010
Compromissos assumidos no ano	21.709.393 €	23.891.289 €	27.772.400 €	27.122.812 €	25.072.726 €
Despesa Paga	18.861.591 €	19.768.273 €	22.643.507 €	22.363.973 €	21.208.890 €
	1,15	1,21	1,23	1,21	1,18

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



ANÁLISE PATRIMONIAL

2. ANÁLISE PATRIMONIAL

Com este capítulo pretende-se fazer uma análise mais detalhada aos custos e proveitos do ano de 2010.

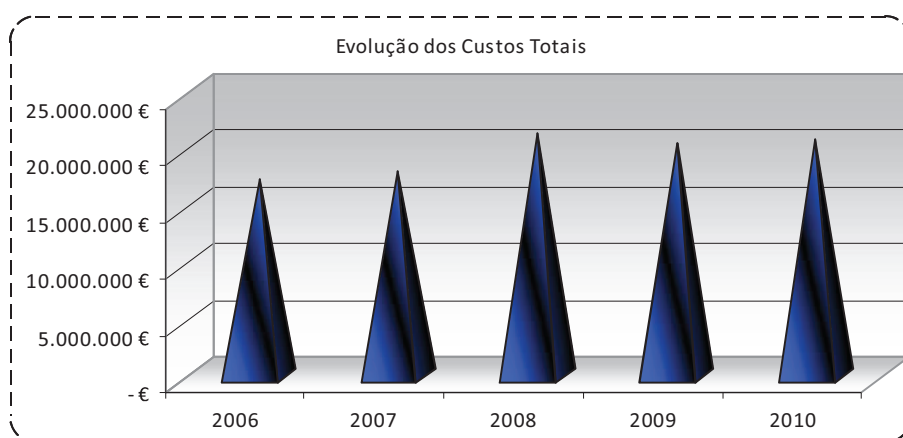
2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE CUSTOS

Nas contas de custos, Classe 6 – Custos e Perdas, registam-se todos os custos que a entidade incorre ao longo do ano financeiro, na sequência da sua actividade.

De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, os custos totais da Autarquia apresentavam uma tendência de crescimento gradual desde 2006, sendo que, em 2009 houve uma inversão dessa tendência confirmada pelos valores de 2010 em que se assiste a uma diminuição dos custos totais de aproximadamente 2%.

Quadro 47: Evolução dos custos totais

	2006	2007	2008	2009	2010
Custos Totais	17.198.233 €	17.973.470 €	21.188.319 €	20.315.565 €	20.740.058 €



A classe 6 é composta por nove grandes grupos, os quais tipificam o tipo de custos incorridos na gestão autárquica, pelo que importa verificar as principais alterações em cada um dos grupos de modo a explicitar a diminuição verificada de 2009 para 2010.

No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução de cada um dos grupos da classe 6 ao longo dos últimos cinco anos.

Como se pode verificar as contas 61, 63, 64, 65, 66 e 69 seguiram a evolução de diminuição dos custos globais contrariamente às contas 62,67 e 68.

Quadro 48: Evolução dos custos globais nos últimos cinco anos

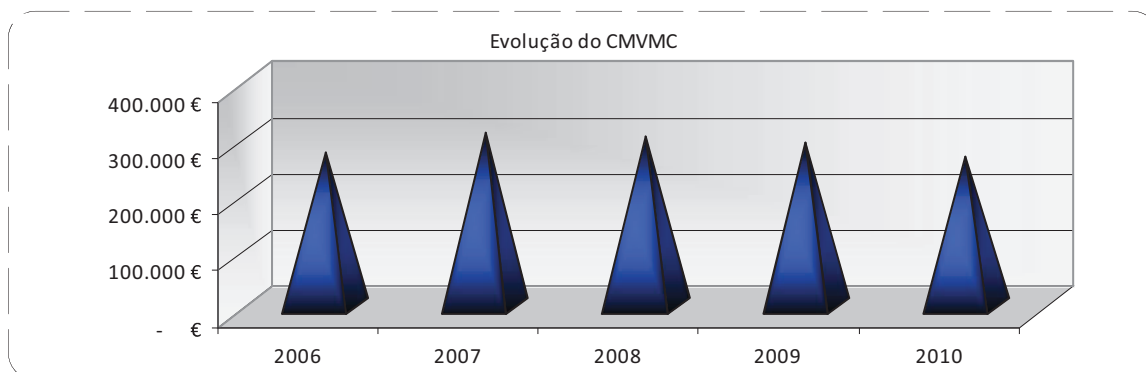
		2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	VARIÇÃO	
										ABSOLUTA	%
61	C.M.V.M.C.	275.495 €	312.026 €	13,26%	301.975 €	-3,22%	292.657 €	-3,09%	268.027 €	- 24.631 €	-8,42%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	5.439.546 €	6.080.489 €	11,78%	7.236.966 €	19,02%	7.654.949 €	5,78%	8.577.043 €	922.094 €	12,05%
63	Transferências e Subsídios Correntes	1.164.809 €	1.129.538 €	-3,03%	1.316.095 €	16,52%	1.454.474 €	10,51%	1.223.352 €	- 231.122 €	-15,89%
64	Custos com o Pessoal	5.218.163 €	5.350.889 €	2,54%	5.685.428 €	6,25%	5.951.502 €	4,68%	5.891.689 €	- 59.812 €	-1,00%
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	54.452 €	78.842 €	44,79%	82.001 €	4,01%	69.575 €	-15,15%	63.717 €	- 5.858 €	-8,42%
66	Amortizações do Exercício	3.598.655 €	3.564.949 €	-0,94%	3.550.022 €	-0,42%	3.651.897 €	2,87%	3.646.473 €	- 5.424 €	-0,15%
67	Provisões do Exercício	94.858 €	52.939 €	-44,19%	1.408.528 €	2560,68%	38.333 €	-97,28%	341.803 €	303.471 €	791,68%
68	Custos e Perdas Financeiros	334.399 €	426.052 €	27,41%	479.317 €	12,50%	243.097 €	-49,28%	313.867 €	70.770 €	29,11%
69	Custos e Perdas Extraordinários	1.017.855 €	977.746 €	-3,94%	1.127.988 €	15,37%	959.081 €	-14,97%	414.086 €	- 544.995 €	-56,82%
		17.198.233 €	17.973.470 €		21.188.319 €		20.315.565 €		20.740.058 €	424.493 €	

2.1.1. Conta 61 – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)

A conta 61 regista o custo tido com as mercadorias vendidas e matérias consumidas no processo produtivo do Município inerente à prossecução das suas atribuições.

Quadro 49: Evolução dos CMVMC

	2006	2007	2008	2009	2010
61.2 - Mercadorias	7.529 €	17.155 €	17.206 €	15.646 €	13.611 €
61.6 - Matérias - Primas, Subs. e Consumo	267.966 €	294.871 €	284.768 €	277.011 €	254.415 €
CMVMC	275.495 €	312.026 €	301.975 €	292.657 €	268.027 €



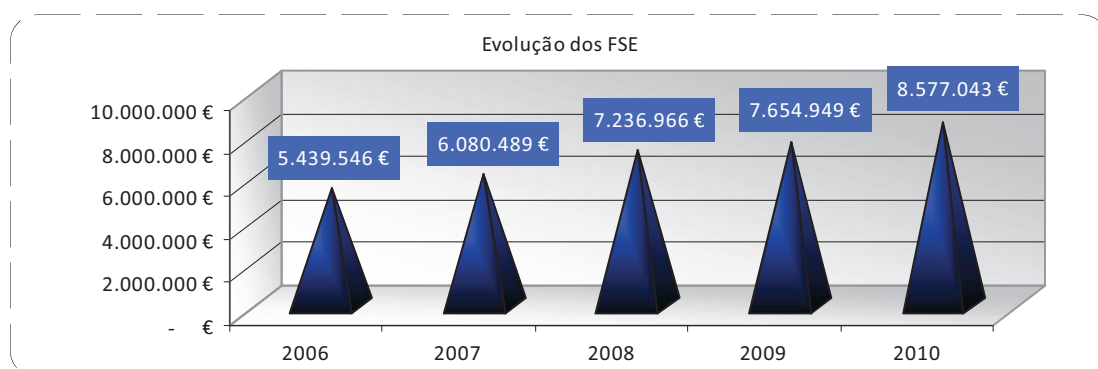
Pela análise do gráfico verifica-se que o CMVMC registou em 2010 um decréscimo face ao ano anterior de 24.631 euros, confirmando a tendência registada desde 2007. Este decréscimo representa uma variação negativa de 8%.

2.1.2. Conta 62 – Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Na conta 62 registam-se todas as despesas realizadas com a aquisição de bens e serviços de natureza corrente, bem como os serviços prestados por terceiros, essenciais ao normal funcionamento da Autarquia.

A análise dos valores apresentados permite aferir que se tem assistido a um aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos desde 2006, sendo que de 2009 para 2010 este aumento foi de cerca de 12%.

Quadro 50: Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos

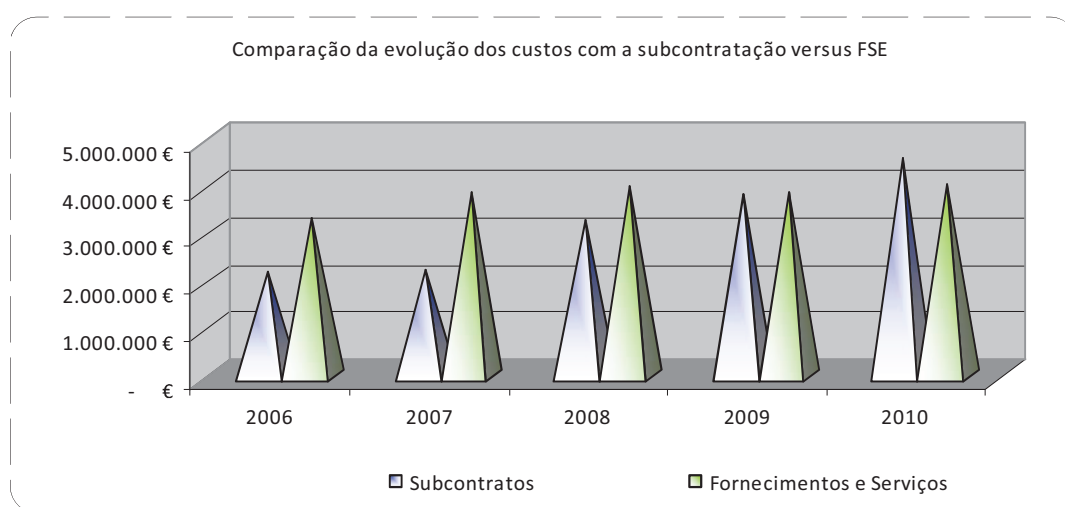


Nos custos totais com Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se que, a rubrica dos Subcontratos registou um acréscimo face ao ano anterior de cerca de 19% e o mesmo se verifica com a rubrica dos Fornecimentos e Serviços, que apresentou um acréscimo face ao ano anterior de cerca de 5%.

Os Fornecimentos e Serviços representam 41% dos custos totais do Município da Marinha Grande.

Quadro 51: Comparação da evolução dos custos com a subcontratação versus FSE

	2006	2007	2008	2009	2010
Subcontratos	2.159.190 €	2.219.792 €	3.259.382 €	3.809.339 €	4.548.799 €
Fornecimentos e Serviços	3.280.357 €	3.860.697 €	3.977.584 €	3.845.610 €	4.028.244 €
FSE	5.439.546 €	6.080.489 €	7.236.966 €	7.654.949 €	8.577.043 €



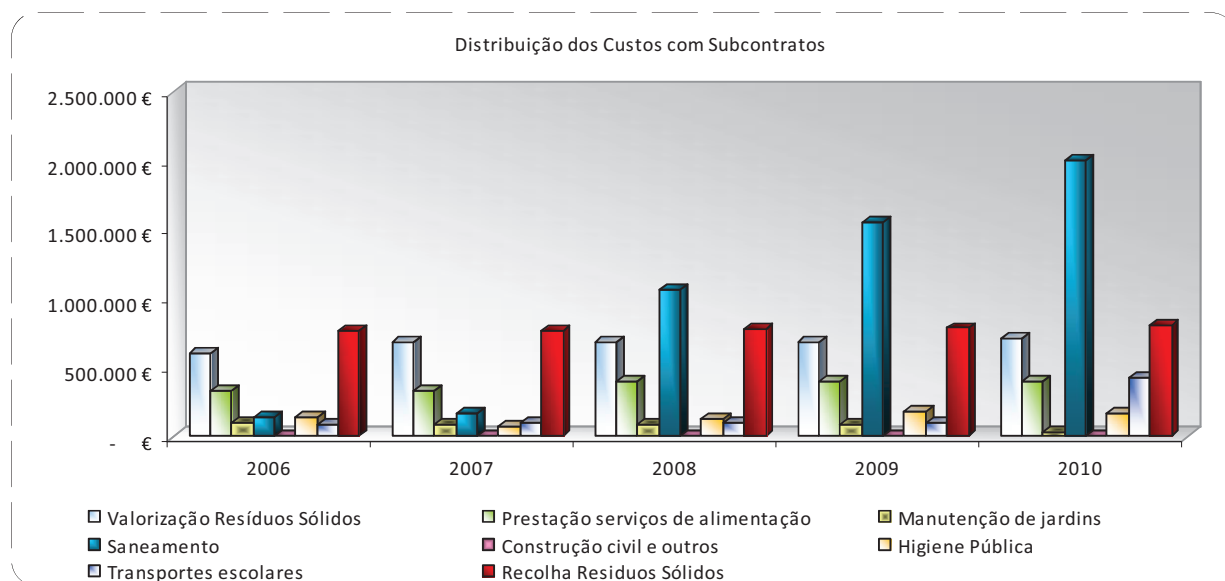
A análise ao gráfico permite-nos aferir que no ano de 2010 se registou um aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, o que em termos absolutos representa um aumento de 182.634 euros.

SUBCONTRATOS

Fazendo uma análise mais pormenorizada aos custos com os subcontratos verifica-se que, em conjunto, os custos com a Recolha e a Valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos e o Saneamento representam cerca de 77% dos custos totais com subcontratos em 2010. No ano transacto esse valor era de 80%.

Quadro 52: Distribuição dos Custos com Subcontratos

	2006	2007	2008	2009	2010
Recolha Resíduos Sólidos	771.211 €	767.633 €	783.670 €	787.162 €	807.745 €
Valorização Resíduos Sólidos	600.288 €	681.406 €	691.134 €	688.585 €	712.445 €
Prestação serviços de alimentação	330.544 €	335.943 €	393.358 €	400.179 €	404.408 €
Manutenção de jardins	94.743 €	89.124 €	88.755 €	85.899 €	36.598 €
Saneamento	143.349 €	169.776 €	1.064.805 €	1.555.857 €	2.002.076 €
Construção civil e outros	- €	103 €	- €	4.260 €	740 €
Higiene Pública	137.750 €	78.225 €	132.521 €	184.417 €	162.993 €
Transportes escolares	81.305 €	97.582 €	105.138 €	102.980 €	421.795 €
Total	2.159.190 €	2.219.792 €	3.259.382 €	3.809.339 €	4.548.799 €



O aumento dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, registado de 2009 para 2010, na componente de Subcontratos, continua a estar directamente relacionado com a cedência de exploração de várias infra-estruturas de saneamento situadas no concelho da Marinha Grande, nomeadamente, a Estação Elevatória da Praia da Vieira, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vieira de Leiria, a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Zona Industrial da Marinha Grande, as Estações Elevatórias de S. Pedro de Moel e a Estação de Tratamento de Águas Residuais de S. Pedro de Moel à empresa intermunicipal SIMLIS- Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2008, em que esta empresa passou a efectuar a recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho da Marinha Grande, atento contrato celebrado com o Município em 24 de Janeiro de 2000, no qual foram estipuladas as condições em que o serviço seria prestado.

No ano de 2010, o custo com o transporte e tratamento de efluentes efectuado pela SIMLIS, S.A. foi de 1.891.526,83 euros, valor este superior em 32% ao registado em 2009, 1.434.160,61 euros, e em 97% face ao registado em 2008 e 960.324,59 euros.

Até ao ano de 2007 a gestão da prestação destes serviços à população era efectuada pelo próprio Município.

Para além disso, atenta orientação estabelecida pelos auditores às contas do município até ao ano de 2009, inclusive, foi efectuada uma alteração da política contabilística do contrato de Transportes Escolares estabelecido com a empresa municipal para o ano de 2010, o qual passou a ser classificado do ponto de vista da contabilidade patrimonial na conta 62.1- Subcontratos. Esta alteração da política contabilística consubstancia uma alteração/acréscimo de custos na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2. no montante de 320.720 euros.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

Após análise às principais rubricas dos custos com fornecimentos e serviços, conclui-se que em 2010, 49% deste custo total se reparte por duas rubricas: trabalhos especializados e electricidade. Em 2009 esse valor foi idêntico, 49% o que significa que se manteve o peso relativo destas duas rubricas no total destes custos.

Quadro 53: Distribuição dos Custos com Fornecimentos e Serviços

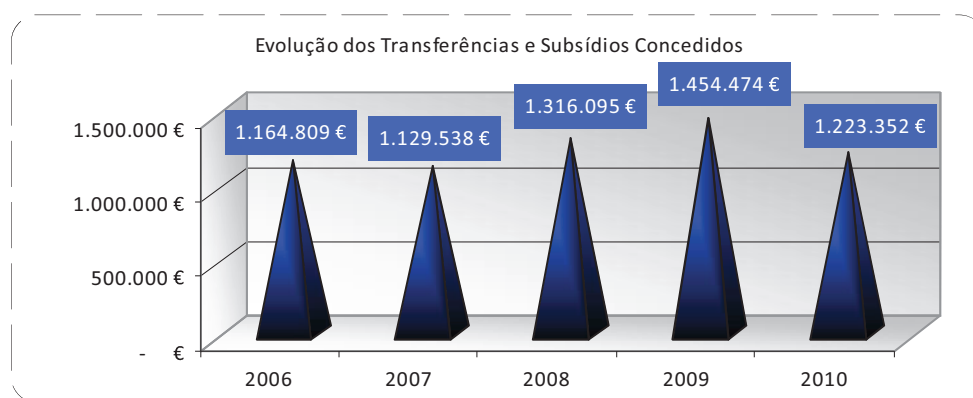
	2006	2007	2008	2009	2010	%
Electricidade	894.195 €	957.224 €	1.027.995 €	1.041.664 €	1.075.481 €	26,70%
Combustíveis	49.598 €	45.610 €	55.104 €	67.019 €	81.299 €	2,02%
Outros Fluidos	72.945 €	93.853 €	94.126 €	90.118 €	90.526 €	2,25%
Ferramentas e Utensílios	2.233 €	4.550 €	3.806 €	3.127 €	1.722 €	0,04%
Livros e Documentação Técnica	2.055 €	1.394 €	1.098 €	1.445 €	306 €	0,01%
Material de Escritório	14.165 €	18.852 €	20.511 €	23.358 €	18.027 €	0,45%
Artigos para Oferta	39.396 €	30.454 €	45.593 €	26.434 €	19.586 €	0,49%
Rendas e Alugueres	371.321 €	472.635 €	421.852 €	325.054 €	320.429 €	7,95%
Despesas de Representação	6.806 €	10.674 €	15.689 €	5.091 €	3.884 €	0,10%
Comunicação	156.985 €	168.885 €	188.669 €	193.657 €	178.844 €	4,44%
Seguros	90.343 €	87.125 €	88.071 €	97.688 €	103.592 €	2,57%
Deslocações e Estadas	2.430 €	1.120 €	2.463 €	2.613 €	1.066 €	0,03%
Honorários	86.812 €	68.213 €	45.724 €	34.296 €	17.242 €	0,43%
Contencioso e Notariado	2.790 €	50.204 €	49.200 €	51.258 €	49.212 €	1,22%
Conservação e Reparação	402.000 €	485.670 €	372.157 €	414.843 €	441.550 €	10,96%
Publicidade	56.762 €	60.682 €	71.241 €	84.587 €	55.548 €	1,38%
Limpeza, Higiene e Conforto	6.845 €	12.249 €	11.297 €	21.179 €	12.686 €	0,31%
Vigilância e Segurança	103.631 €	111.920 €	154.741 €	147.992 €	152.887 €	3,80%
Trabalhos Especializados	636.991 €	837.061 €	937.084 €	834.326 €	897.634 €	22,28%
Encargos e Cobranças	151.059 €	191.161 €	209.690 €	201.609 €	204.310 €	5,07%
Outros Fornecimentos e Serviços	130.996 €	151.161 €	161.475 €	178.250 €	302.414 €	7,51%
Total	3.280.357 €	3.860.697 €	3.977.584 €	3.845.610 €	4.028.244 €	100%

2.1.3. Conta 63 – Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais

A conta 63 regista as transferências correntes, subsídios e prestações de natureza social concedidas às unidades institucionais e a famílias.

Face aos valores apresentados podemos verificar que de 2009 para 2010 se assistiu a uma redução dos custos com transferências e subsídios concedidos, a qual foi de 16%.

Gráfico 21: Evolução das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

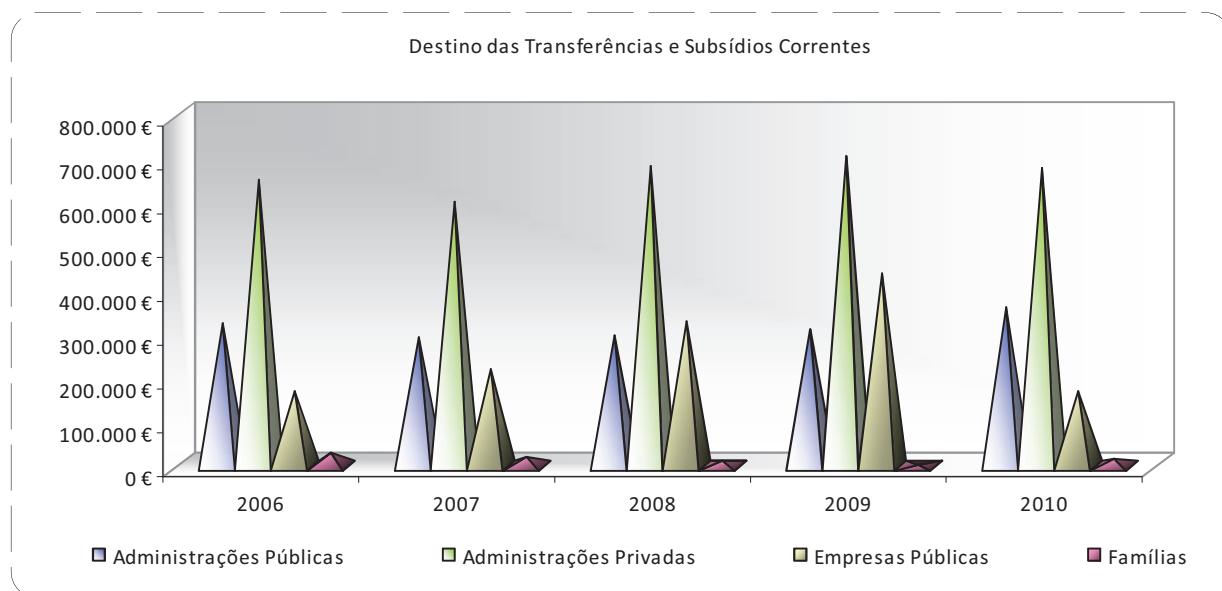


Através da análise do quadro infra, verifica-se que a diminuição dos custos globais com transferências e subsídios correntes se ficou a dever essencialmente ao decréscimo das transferências para a empresa pública municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M., redução esse de cerca de 61% face ao ano anterior, e à diminuição das transferências para as Administrações Privadas em cerca de 4%.

A redução das transferências para a empresa municipal devem-se principalmente à alteração da política contabilística do contrato dos Transportes Escolares no ano de 2010, o qual passou a ser classificado do ponto de vista da contabilidade orçamental na classificação económica da despesa 020225 e na classificação patrimonial 62.1- Subcontratos, atenta orientação estabelecida pelos auditores às contas do município até ao ano de 2009, inclusive. Esta alteração da política contabilística consubstancia uma alteração/acrécimo na classificação patrimonial 62.1 em detrimento da classificação 63.2.

Quadro 54: Destino das Transferências Correntes

	2006	2007	2008	2009	2010
Administrações Públicas	322.339 €	291.377 €	295.530 €	310.865 €	360.431 €
Administrações Privadas	648.985 €	600.891 €	680.322 €	705.838 €	677.272 €
Famílias	26.362 €	17.175 €	11.325 €	750 €	16.500 €
Empresas Públicas	167.123 €	220.096 €	328.918 €	437.022 €	169.149 €
Total	1.164.809 €	1.129.538 €	1.316.095 €	1.454.474 €	1.223.352 €



Os custos com transferências para administrações públicas, reflectem os custos incorridos no exercício de 2010 com as transferências correntes efectuadas para as Juntas de Freguesia do Concelho da Marinha Grande, agrupamentos de escolas e associações de municípios.

Os custos reflectidos na conta das administrações privadas, reflectem os custos do exercício de 2010 com transferências a instituições desportivas, recreativas e culturais.

Os custos registados na rubrica Famílias dizem respeito às transferências efectuadas para particulares, onde se destaca o prémio atribuído no âmbito da Bienal Internacional de Artes Plásticas e Design Industrial (15.000 euros), bem como as transferências efectuadas no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade.

2.1.4. Conta 64 – Custos com Pessoal

Na conta 64 registam-se todos os encargos tidos com o pessoal ao serviço da Autarquia, remunerações e outros, como por exemplo, as senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal.

De acordo com os valores apresentados, verifica-se que, de 2009 para 2010, se assistiu a uma descida dos Custos com Pessoal, registando-se um decréscimo de 1% face ao ano anterior.

Gráfico 22: Evolução dos Custos com o Pessoal

Fazendo uma análise à distribuição dos Custos com Pessoal, conforme consta do quadro seguinte, verifica-se que a maior fatia dos Custos com Pessoal diz respeito às remunerações, representando cerca de 85% dos custos totais.

Quadro 55: Distribuição dos Custos com o Pessoal

	2006	2007	2008	2009	2010
Remunerações	4.469.891 €	4.522.841 €	4.839.432 €	5.066.408 €	5.008.815 €
Pensões	611 €	1.372 €	1.376 €	25.720 €	9.080 €
Encargos com remunerações	519.404 €	585.666 €	630.880 €	674.342 €	647.883 €
Seguros	35.287 €	46.925 €	38.927 €	44.781 €	56.024 €
Outros	192.969 €	194.084 €	174.813 €	140.251 €	169.888 €
Total	5.218.163 €	5.350.889 €	5.685.428 €	5.951.502 €	5.891.689 €

As componentes incluídas na rubrica das remunerações são as constantes do quadro seguinte:

Quadro 56: Componentes da rubrica Remunerações

	2006	2007	2008	2009	2010
Rem. Membros Autárquicos	136.122 €	170.358 €	219.071 €	178.489 €	115.571 €
Remunerações de Pessoal	3.731.432 €	3.746.557 €	4.010.415 €	4.341.771 €	4.297.098 €
Suplemento de Remunerações	555.163 €	561.671 €	552.141 €	489.771 €	516.357 €
Prestações Sociais Directas	47.174 €	44.255 €	57.806 €	56.378 €	79.789 €
Total	4.469.891 €	4.522.841 €	4.839.432 €	5.066.408 €	5.008.815 €

Da análise aos valores apresentados verifica-se que as rubricas de Remunerações dos Membros Autárquicos e Remunerações do Pessoal apresentam um decréscimo de cerca de 35% e 1%, respectivamente. As rubricas relativas a Suplemento de Remunerações e Prestações Sociais Directas apresentam um acréscimo de 5% e 42%, respectivamente.

Importa referir que a conta 64 -! custos com o pessoal, reflecte não apenas os custos com pessoal pagos no exercício económico de 2010 mas também os Acréscimos de Custos com Pessoal relativos a férias, subsídio de

férias e respectivos encargos, pelo que nesta conta foram registados os custos a reconhecer no próprio exercício, para os quais ainda não existe documentação vinculativa e cuja despesa só irá incorrer em exercícios seguintes.

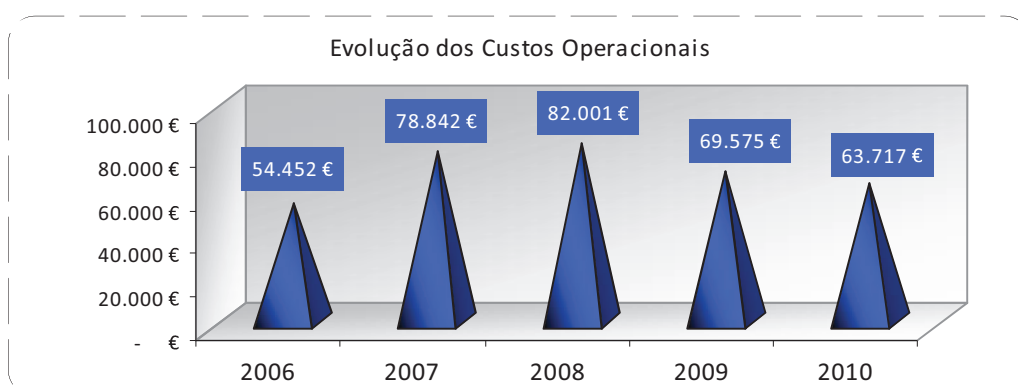
Assim, assinala-se que os acréscimos de custos com remunerações a liquidar em 2011 e que respeitam a 2010 (férias, subsídios de férias e respectivos encargos) ascendem ao montante de 707.335,42 euros.

2.1.5. Conta 65 – Custos Operacionais

A conta 65 é uma conta residual onde a Autarquia regista outros custos tidos com a actividade principal.

O gráfico seguinte mostra que os Custos Operacionais registaram uma diminuição face a idêntico período de 2009, de cerca de 8%.

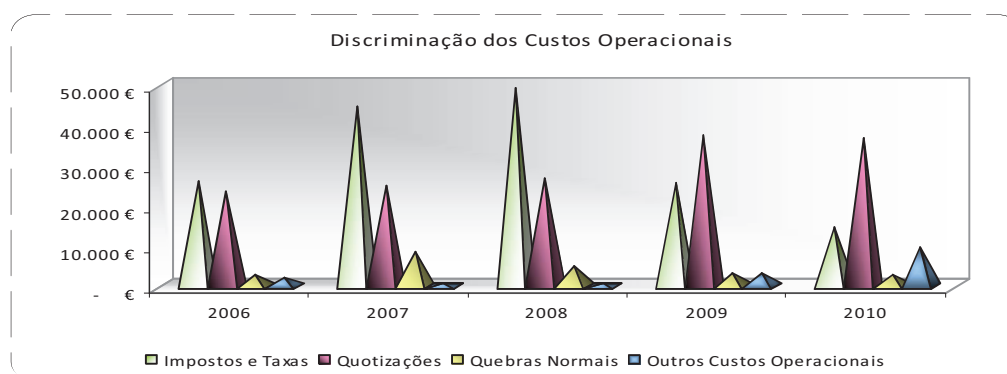
Gráfico 23: Evolução dos Custos Operacionais



Considerando a diminuição registada, importa verificar qual a rubrica que mais contribuiu para isso.

Quadro 57: Discriminação dos Custos Operacionais

	2006	2007	2008	2009	2010
Impostos e Taxas	25.998 €	44.597 €	49.414 €	25.677 €	14.491 €
Quotizações	23.720 €	25.057 €	26.860 €	37.585 €	36.945 €
Quebras Normais	2.771 €	8.429 €	5.108 €	3.240 €	2.840 €
Outros Custos Operacionais	1.963 €	758 €	619 €	3.073 €	9.441 €
	54.452 €	78.842 €	82.001 €	69.575 €	63.717 €



Da análise do quadro/gráfico anterior pode verificar-se que a diminuição dos Custos Operacionais ficou a dever-se essencialmente à diminuição verificada na rubrica de Impostos e Taxas. Por outro lado, assistiu-se a um aumento significativo nos custos da rubrica de Outros Custos Operacionais, 207%.

A diminuição de custos operacionais com impostos e taxas está directamente relacionada com a diminuição da aplicação de disponibilidades de tesouraria em depósitos a prazo, o que permitiu que os custos com a retenção de IRC fossem inferiores aos registados em anos anteriores

No que respeita ao aumento da rubrica Outros Custos Operacionais, este ficou a dever-se ao aumento tido durante o ano com pagamento de Imposto de Selo relativo à atribuição do Prémio da Bienal Internacional de Artes Plásticas e Design Industrial da Marinha Grande/2010, “Prémio Pintor Fernando de Azevedo”.

2.1.6. Conta 66 – Amortizações do Exercício

A conta Amortizações do Exercício regista a depreciação do imobilizado corpóreo e incorpóreo no ano de 2010.

De acordo com a análise do gráfico seguinte, verifica-se que em 2010 se regista um ligeiro decréscimo face a igual período de 2009.

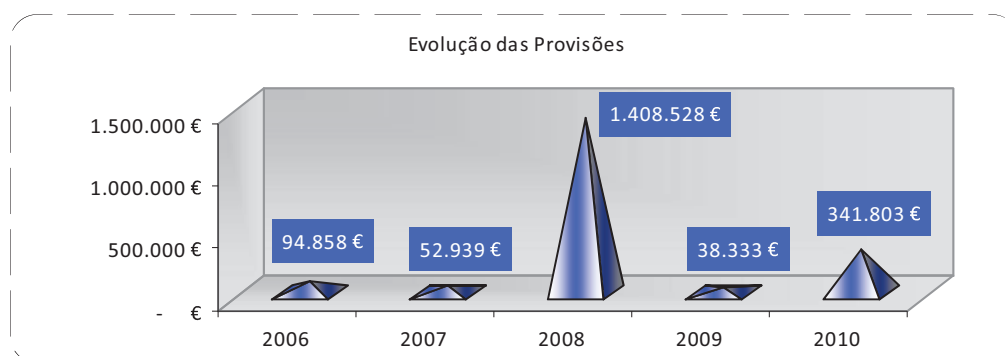
Gráfico 24: Evolução dos Custos com Amortizações do Exercício



2.1.7. Conta 67 – Provisões do Exercício

A conta 67 permite o registo de forma global, no final do período contabilístico, da variação positiva da estimativa dos riscos em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos consecutivos que tiver características de custo operacional.

Como mostra o gráfico seguinte, os custos com provisões registaram um acréscimo de 2009 para 2010 de cerca de 792%, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 303.471 euros.

Gráfico 25: Evolução das Provisões

Considerando o aumento registado de 2009 para 2010, importa analisar a rubrica que mais contribuiu para esse aumento.

Quadro 58: Discriminação das Provisões

	2006	2007	2008	2009	2010
Provisões para Cobranças Duvidosas	94.858 €	52.939 €	21.643 €	27.862 €	171.114 €
Provisões para Riscos e Encargos	- €	- €	1.386.885 €	10.471 €	157.485 €
Provisões para Depreciação de Existências	- €	- €	- €	- €	13.205 €
	94.858 €	52.939 €	1.408.528 €	38.333 €	341.803 €

Considerando o quadro anterior verifica-se que o aumento ficou a dever-se à constituição de Provisões em todas as componentes desta conta, atentos os atrasos verificados na cobrança de dívidas de terceiros e a existência de bens obsoletos em armazém que carecem de constituição de provisão.

Na componente de Provisões para Riscos e Encargos em 2010, foi efectuado o reforço da provisão anteriormente constituída no âmbito do contrato promessa de compra e venda celebrado entre o Município da Marinha Grande e o I.N.H. - Instituto Nacional da Habitação, actualmente denominado I.H.R.U. - Instituto da Habitação e Reabilitação urbana, atentos valores em vigor à data de 31-12-2010, de acordo com circularização efectuada à entidade.

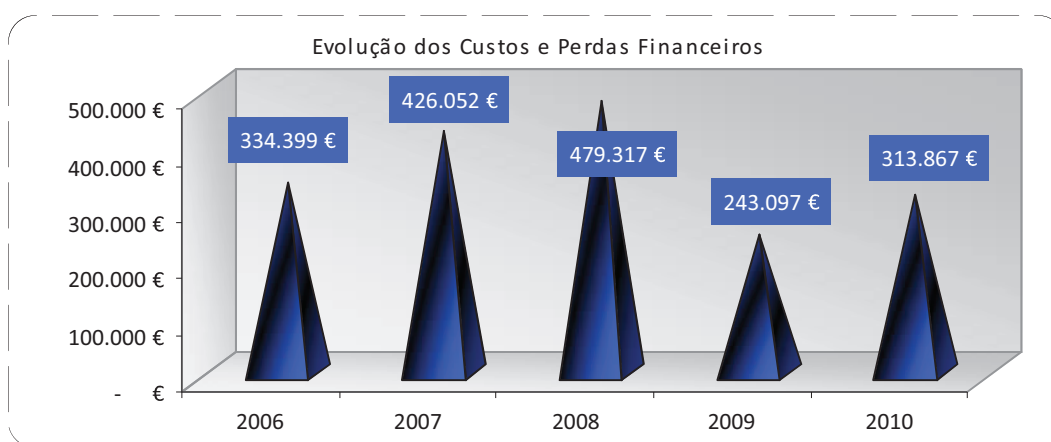
Com este registo contabilístico pretendeu-se relevar no passivo o montante que o Município da Marinha Grande terá de pagar ao I.H.R.U. na data da celebração da Escritura Pública de Compra e Venda

2.1.8. Conta 68 – Custos e Perdas Financeiros

A conta 68 da Demonstração de Resultados permite efectuar o registo dos custos do exercício com a utilização de capital alheio.

Relativamente a 2009, os Custos e Perdas Financeiros aumentaram cerca de 29% face ano anterior, como se verifica no gráfico seguinte.

Gráfico 26: Evolução dos Custos e Perdas Financeiros



A análise do quadro seguinte permite-nos concluir que o aumento dos custos e perdas financeiros se ficou a dever ao acréscimo dos custos com juros suportados (cerca de 30%), dado a contabilização dos juros no âmbito do Contrato Promessa celebrado com o IHRU, atento o atraso na celebração da escritura de aquisição de 52 fogos no Camarnal.

Quadro 59: Distribuição dos Custos Financeiros

	2006	2007	2008	2009	2010
Juros suportados	327.235 €	419.120 €	471.540 €	235.197 €	306.098 €
Amort. Investimentos em Imóveis	4.944 €	4.963 €	4.963 €	4.963 €	4.966 €
Outros Custos Perdas Financeiros	2.221 €	1.969 €	2.813 €	2.937 €	2.803 €
Total	334.399 €	426.052 €	479.317 €	243.097 €	313.867 €

Fazendo uma análise mais pormenorizada à componente de juros suportados, pode verificar-se que as rubricas com maior diminuição, de 2009 para 2010, foram os Juros de Empreitadas (-96%) e Juros de Empréstimos Bancários (-60%). As rubricas que apresentam um crescimento significativo são as relativas a Juros de Pessoal (161%) e Outros Juros (1.738%).

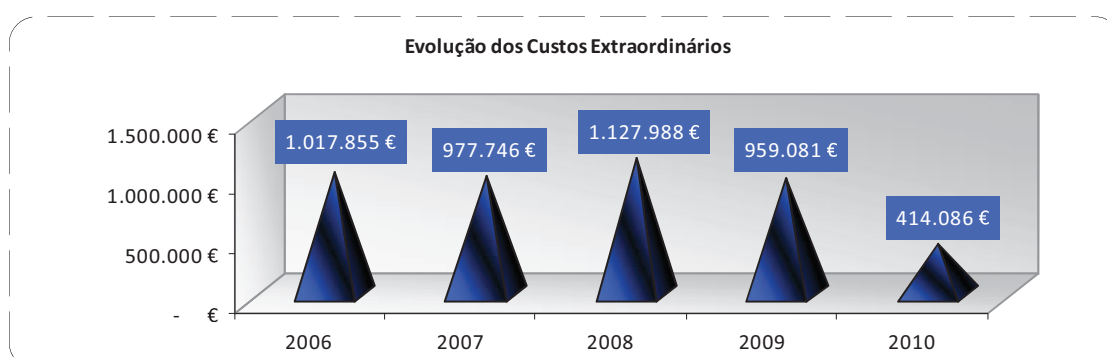
Quadro 60: Distribuição dos Juros Suportados

	2006	2007	2008	2009	2010
Juros Empreitadas	1.667 €	- €	- €	43.513 €	1.853 €
Juros Compensatórios - Pessoal	32.974 €	1.434 €	- €	8.289 €	21.594 €
Juros Suportados - Estado	- €	20 €	- €	- €	- €
Emp. Bancários	292.003 €	369.861 €	380.540 €	170.439 €	68.336 €
Locação Financeira	506 €	421 €	641 €	780 €	656 €
Fornecimento de Bens e Serviços	73 €	5.351 €	2.010 €	595 €	814 €
Outros	12 €	42.033 €	88.350 €	11.581 €	212.846 €
Total	327.235 €	419.120 €	471.540 €	235.197 €	306.098 €

2.1.9. Conta 69 – Custos e Perdas Extraordinários

Na conta 69, registam-se os valores considerados extraordinários à actividade normal da entidade.

Da análise do gráfico podemos concluir que em 2010 se assiste a uma diminuição da rubrica de Custos Extraordinários em cerca de 57%.

Gráfico 27: Evolução dos Custos Extraordinários

Todas as rubricas desta conta contribuíram para esta diminuição e estão representadas no quadro seguinte:

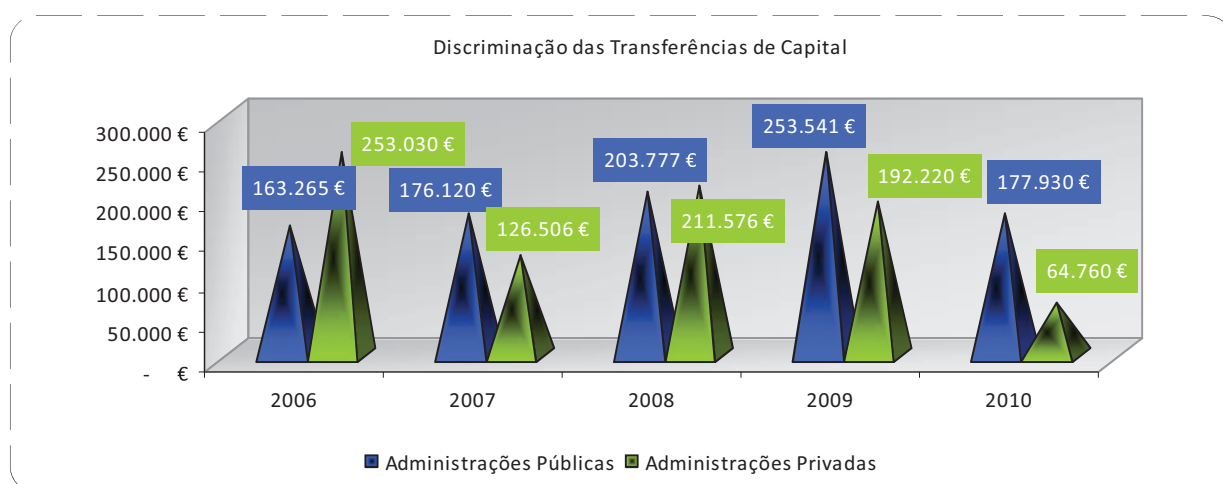
Quadro 61: Distribuição dos Custos Extraordinários

	2006	2007	2008	2009	2010
Transferências de Capital	416.295 €	302.626 €	415.353 €	445.760 €	242.689 €
Dívidas Incobráveis	5.119 €	2.261 €	45 €	136.715 €	6.229 €
Perdas em Existências	1 €	2 €	67 €	26 €	15 €
Perdas em Imobilizações	73.083 €	65.677 €	13.400 €	34.416 €	2.790 €
Multas e Penalidades	- €	325 €	200 €	120 €	- €
Aumentos de Amort. e Provisões	- €	- €	500.000 €	- €	- €
Correcções relativas a anos anteriores	511.115 €	604.053 €	172.213 €	327.442 €	154.858 €
Outros Custos e Perdas Extraordinários	12.243 €	2.802 €	26.710 €	14.603 €	7.505 €
Total	1.017.855 €	977.746 €	1.127.988 €	959.081 €	414.086 €

Da análise do quadro poder-se-á concluir que a quase totalidade dos custos em 2010 se deve a duas rubricas: às transferências de capital e às correcções relativas a anos anteriores, representando, em conjunto, cerca de 96% dos custos extraordinários. Relativamente às transferências de capital, estas representam 59% dos custos extraordinários.

Considerando o peso que a rubrica das transferências de capital assume no total dos Custos Extraordinários, importa analisar o destino das mesmas, sendo que, conforme se verifica no gráfico seguinte, 73% do seu valor destina-se à Administração Pública, onde estão incluídas as freguesias do concelho da Marinha Grande e a Associação de Municípios da Região de Leiria, e 27% destina-se à Administração Privada, onde estão incluídos todas as associações, clubes e colectividades do concelho da Marinha Grande.

Gráfico 28: Distribuição das Transferências de Capital



2.2. ANÁLISE ÀS CONTAS DE PROVEITOS

Na classe 7 são registados os proveitos e ganhos que a Autarquia obtém com a prossecução das suas atribuições.

De acordo com os valores apresentados no quadro seguinte, os proveitos totais da Autarquia vinham a aumentar gradualmente desde 2006, sendo que o ano de 2008 é o que apresenta o valor mais elevado do período em análise. No ano de 2009 verifica-se uma inversão desta tendência de crescimento ao registar-se um decréscimo de cerca de 5%, no entanto, 2010 volta a apresentar um aumento de cerca de 4%, o que em termos absolutos representa 557.056 euros.

Quadro 62: Evolução dos Proveitos

	2006	2007	2008	2009	2010
Proveitos	19.892.947 €	20.947.172 €	21.782.749 €	20.661.535 €	21.218.591 €

A classe 7 é composta por sete grandes grupos, os quais tipificam o tipo de proveitos, pelo que importa verificar as principais alterações em cada um dos grupos de modo a explicitar o aumento verificado de 2009 para 2010.

No quadro seguinte, pode analisar-se a evolução de cada um dos grupos da classe 7 ao longo dos últimos cinco anos. As rubricas que seguiram a evolução de aumento dos proveitos, registando uma evolução positiva de 2009 para 2010, são a rubrica de Venda de Bens e Prestações de Serviços, Impostos e Taxas, Transferências e Subsídios Obtidos, Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.

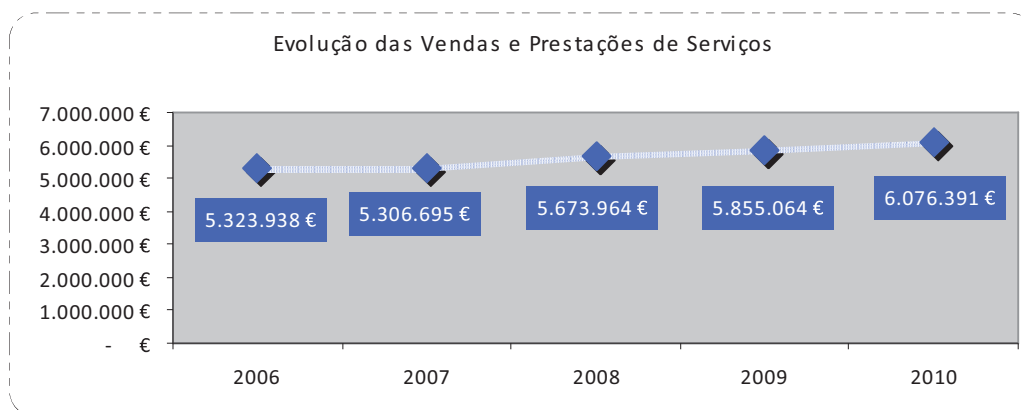
Quadro 63: Evolução global dos proveitos

	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	VARIAÇÃO	
									ABSOLUTA	%
71 - Vendas Bens e Prestações de Serviços	5.323.938 €	5.306.695 €	-0,32%	5.673.964 €	6,92%	5.855.064 €	3,19%	6.076.391 €	221.326 €	3,78%
72 - Impostos e Taxas	6.088.922 €	7.397.754 €	21,50%	7.657.749 €	3,51%	6.163.860 €	-19,51%	6.442.607 €	278.747 €	4,52%
74 - Transferências e Subsídios Obtidos	6.239.016 €	6.471.916 €	3,73%	6.797.157 €	5,03%	7.080.002 €	4,16%	7.214.541 €	134.539 €	1,90%
75 - Trabalhos para a Própria Entidade	13.870 €	13.693 €	-1,28%	21.926 €	60,13%	22.723 €	3,64%	18.605 €	-4.118 €	-18,12%
76 - Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	30.210 €	12.459 €	-58,76%	37.314 €	199,49%	4.909 €	-86,85%	12.568 €	7.660 €	156,05%
78 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	163.516 €	229.389 €	40,29%	239.080 €	4,22%	145.573 €	-39,11%	85.199 €	-60.374 €	-41,47%
79 - Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.033.476 €	1.515.267 €	-25,48%	1.355.560 €	-10,54%	1.389.404 €	2,50%	1.368.680 €	-20.724 €	-1,49%
Total	19.892.947 €	20.947.172 €		21.782.749 €		20.661.535 €		21.218.591 €	557.056 €	

2.2.1. Conta 71 – Vendas e Prestações de Serviços

A conta 71 permite contabilizar os proveitos decorrentes da Venda de Bens e Prestações de Serviços, valor que não inclui a taxa de IVA, nem qualquer outro imposto a que estejam sujeitas.

Gráfico 29: Evolução das Vendas e Prestações de Serviços



Conforme se verifica no quadro seguinte, o acréscimo de cerca de 4% dos proveitos provenientes das Vendas e das Prestações de Serviços ficou a dever-se essencialmente ao aumento da rubrica Prestações de Serviços com cerca de 8%.

Quadro 64: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens e Prestações de Serviços

	2006	2007	2008	2009	2010
Vendas	1.259.890 €	1.226.874 €	1.428.294 €	1.589.989 €	1.470.057 €
Prestações de Serviços	4.064.048 €	4.079.821 €	4.245.670 €	4.265.075 €	4.606.333 €
	5.323.938 €	5.306.695 €	5.673.964 €	5.855.064 €	6.076.391 €

VENDAS

No que se refere à distribuição das Vendas, pode verificar-se que a quase totalidade destas, respeitava à Venda de Produtos Acabados e Intermédios, 99%, como é o caso da água. De referir, no entanto, que em 2010 os proveitos resultantes de Produtos Acabados e Intermédios diminuíram cerca de 7% e os proveitos da venda de Mercadorias sofreram um decréscimo de cerca de 12%, face ao ano anterior.

Quadro 65: Distribuição dos Proveitos de Vendas de Bens

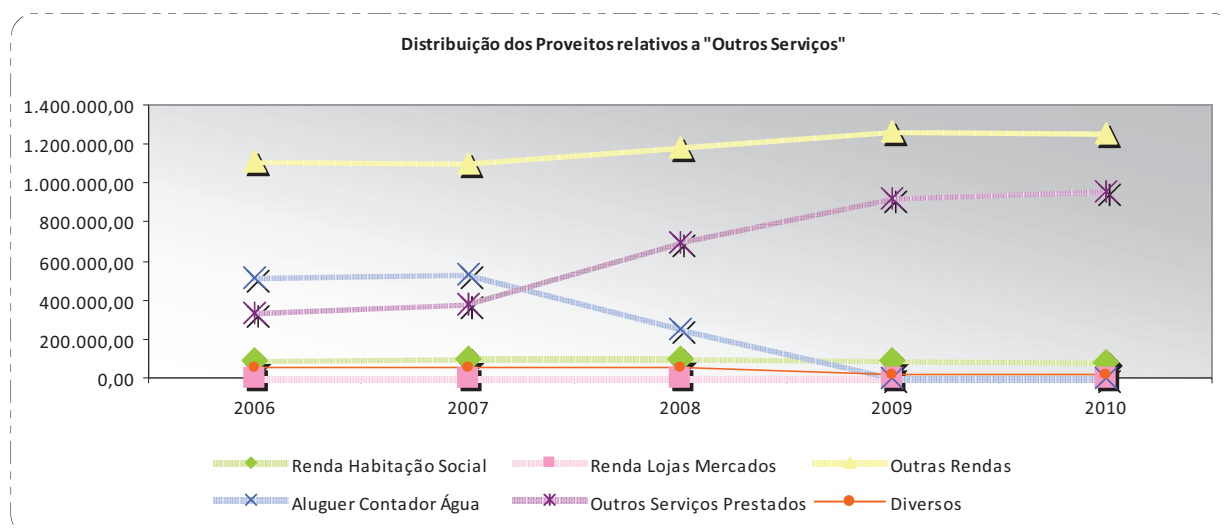
	2006	2007	2008	2009	2010
Mercadorias	18.333 €	23.149 €	22.459 €	19.328 €	17.063 €
Produtos Acabados e Intermédios	1.241.557 €	1.203.725 €	1.405.835 €	1.570.661 €	1.452.994 €
	1.259.890 €	1.226.874 €	1.428.294 €	1.589.989 €	1.470.057 €

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os proveitos decorrentes das Prestações de Serviços são os que constam do quadro seguinte, do qual se pode aferir que a quase totalidade dos proveitos relacionados com a prestação de serviços respeitam a 3 rubricas: Saneamento, Resíduos Sólidos e Outros Serviços (89% do total).

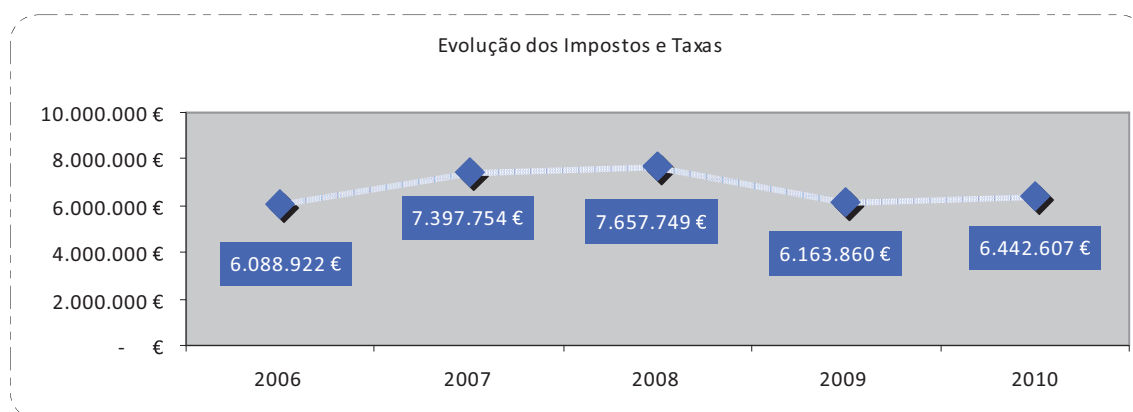
Quadro 66: Distribuição dos Proveitos de Prestação de Serviços

	2006	2007	2008	2009	2010
Saneamento	935.712 €	972.605 €	980.451 €	986.443 €	945.403 €
Resíduos Sólidos	789.955 €	788.418 €	835.189 €	828.187 €	857.470 €
Transportes Colectivos Pessoas e Mercadorias	9.099 €	17.444 €	16.521 €	12.644 €	12.540 €
Trabalhos por conta de particulares	96.720 €	1.488 €	4.938 €	2.994 €	122.189 €
Cemitérios	31.817 €	6.138 €	6.682 €	17.380 €	184.557 €
Mercados e Feiras	30.901 €	29.188 €	26.564 €	27.245 €	72.086 €
Inst. Desportivas e Recreativas	55.764 €	45.131 €	54.651 €	55.295 €	47.769 €
Parques de Campismo	- €	42.510 €	44.532 €	41.766 €	53.635 €
Outros Serviços	2.114.081 €	2.176.900 €	2.276.143 €	2.293.122 €	2.310.684 €
	4.064.048 €	4.079.821 €	4.245.670 €	4.265.075 €	4.606.333 €

Gráfico 30: Distribuição dos Proveitos relativos a “Outros Serviços”

2.2.2. Conta 72 – Impostos e Taxas

No que respeita à conta 72, pode verifica-se que, de 2009 para 2010, se assistiu a um aumento dos proveitos relativos a impostos e taxas, cifrando-se essa subida em cerca de 5% face ao ano anterior, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 278.747 euros.

Gráfico 31: Evolução dos Impostos e Taxas

2.2.3. Conta 73 – Proveitos Suplementares

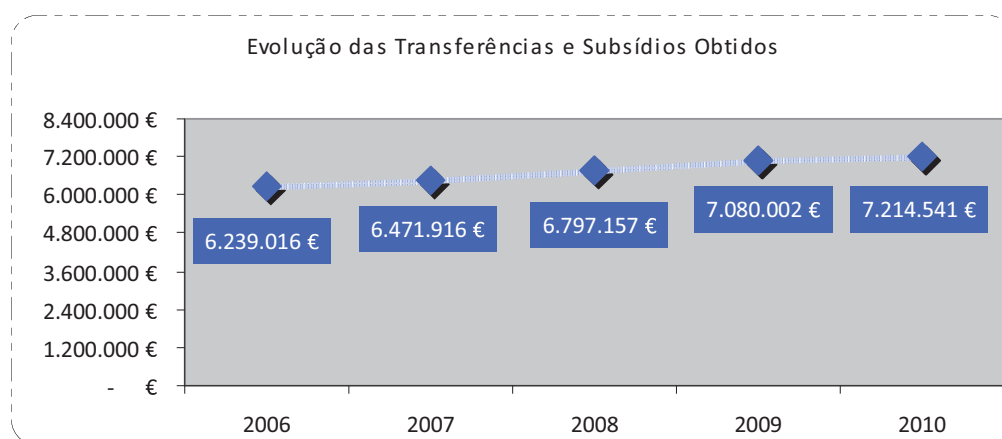
A conta 73 pretende registar os proveitos obtidos com o valor acrescentado das actividades que não sejam próprias dos objectivos da Autarquia.

No caso específico do Município da Marinha Grande, e no que concerne ao ano de 2010, tal como também verificado nos anos transactos, esta conta não apresentou qualquer movimento.

2.2.4. Conta 74 – Transferências e Subsídios Obtidos

Na conta 74 registam-se as transferências efectuadas e arrecadadas nos cofres da Tesouraria, atento o disposto na Lei das Finanças Locais e na Lei do Orçamento de Estado, em cada exercício económico.

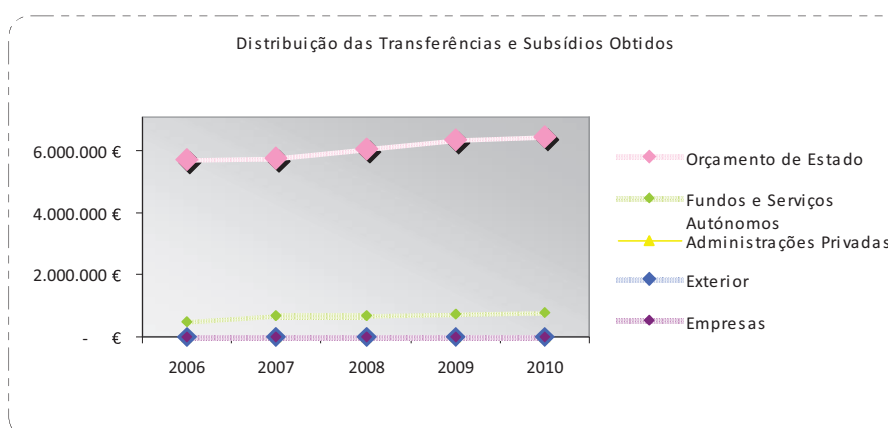
A conta 74 regista em 2010, um crescimento de cerca de 2%, crescimento este, inferior ao verificado no ano transacto, o qual foi de cerca de 4%.

Gráfico 32: Evolução das Transferências e Subsídios Obtidos

De acordo com o quadro seguinte, a quase totalidade das transferências e subsídios obtidos referem-se a transferências provenientes do Orçamento de Estado (cerca de 90%).

Quadro 67: Distribuição das Transferências e Subsídios Obtidos

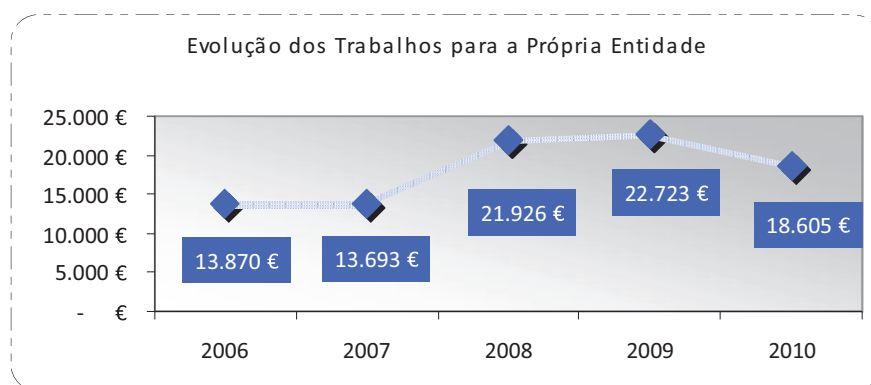
	2006	2007	2008	2009	2010
Orçamento de Estado	5.712.347 €	5.775.939 €	6.083.230 €	6.359.388 €	6.449.075 €
Fundos e Serviços Autónomos	500.881 €	682.662 €	703.926 €	720.614 €	765.466 €
Administrações Privadas	- €	- €	- €	- €	- €
Exterior	15.788 €	13.315 €	- €	- €	- €
Empresas	10.000 €	- €	10.000 €	- €	- €
	6.239.016 €	6.471.916 €	6.797.157 €	7.080.002 €	7.214.541 €



2.2.5. Conta 75 – Trabalhos para a própria Entidade

A conta 75 regista os trabalhos que a entidade realiza para si própria, trabalhos esses que dependem da administração directa da Autarquia e são realizados através da aplicação de meios próprios e adquiridos para esse efeito e que se destinam ao imobilizado.

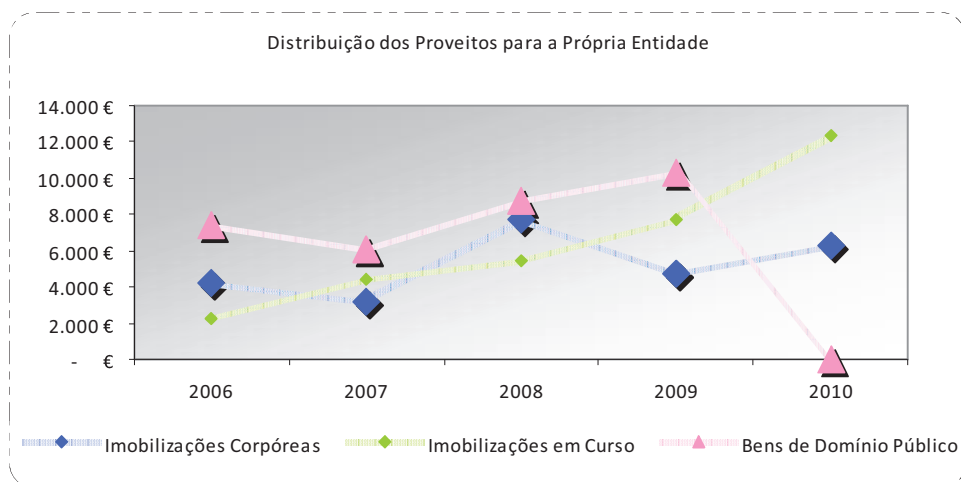
Gráfico 33: Evolução dos Trabalhos para a Própria Entidade



Face aos valores apresentados conclui-se que os proveitos relativos a trabalhos para a própria entidade diminuiram cerca de 18% face ao ano anterior.

Quadro 68: Distribuição dos Trabalhos para a própria entidade

	2006	2007	2008	2009	2010
Imobilizações Corpóreas	4.193 €	3.193 €	7.691 €	4.760 €	6.277 €
Imobilizações em Curso	2.294 €	4.381 €	5.484 €	7.720 €	12.328 €
Bens de Domínio Público	7.383 €	6.119 €	8.751 €	10.243 €	- €
	13.870 €	13.693 €	21.926 €	22.723 €	18.605 €

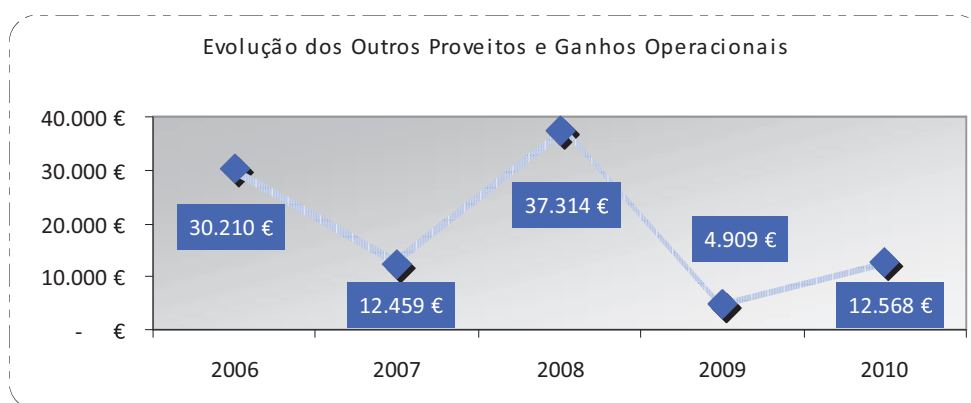


2.2.6. Conta 76 – Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

Na conta 76 devem registar-se os proveitos de todas as actividades que não sejam próprias dos objectivos principais da Autarquia.

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, o valor da conta 76 apresenta um acréscimo em 2010 de cerca de 156%.

Gráfico 34: Evolução dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais



Da análise do quadro seguinte, verifica-se que a maior fatia dos proveitos operacionais resultam da rubrica Custas de Processos de Contra-Ordenação, a qual representa cerca de 69% do total de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais no ano de 2010.

Quadro 69: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

	2006	2007	2008	2009	2010
Custas Processos Contra-Ordenação	2.346 €	2.055 €	1.363 €	2.706 €	8.732 €
Custas Processos Execução Fiscal	890 €	2.082 €	437 €	267 €	22 €
Anulação - Custas de Processos de contra-ordenações	- €	- €	- €	- €	224 €
Sobras	3.419 €	7.046 €	3.079 €	1.510 €	3.613 €
Outros	23.555 €	1.276 €	32.434 €	425 €	425 €
Total	30.210 €	12.459 €	37.314 €	4.909 €	12.568 €

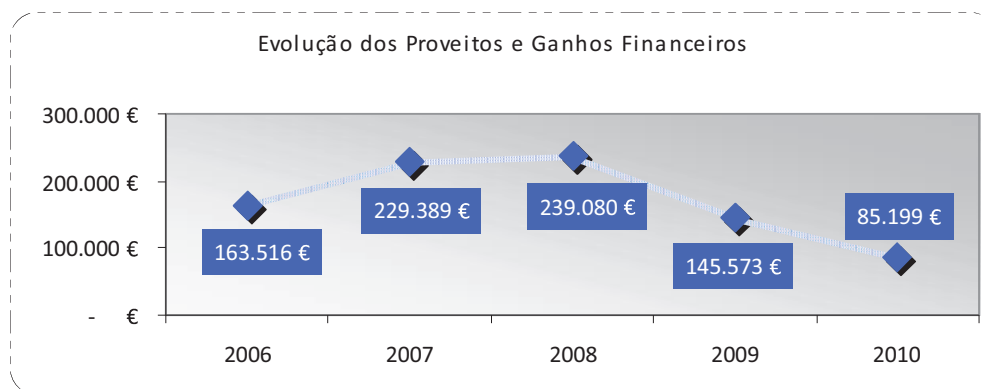
2.2.7. Conta 78 – Proveitos e Ganhos Financeiros

A conta 78 deve reflectir os Proveitos e Ganhos Financeiros das Autarquias, conta esta que deve estar desagregada de acordo com a sua origem.

De acordo com o gráfico seguinte pode verificar-se que os Proveitos e Ganhos Financeiros inverteram a tendência de subida que se vinha a registar desde 2006, tendo em 2008 sido registado o valor mais alto do período em

análise. O ano de 2009 foi o ano da inversão da tendência, e 2010 confirmou-a ao apresentar um decréscimo de cerca de 41%, o que em termos absolutos representa um decréscimo de 60.374 euros.

Gráfico 35: Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros



Relativamente à distribuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros, pode verificar-se, através do quadro seguinte, que os juros obtidos deixaram de representar a maior fatia dos proveitos financeiros em 2010, representando cerca de 11% e registando um decréscimo acentuado em 2010 face a 2009, 85%. No ano transacto, esta rubrica representava 63% do total dos Proveitos e Ganhos Financeiros.

Quanto aos rendimentos de imóveis, estes apresentam um decréscimo de 1%, sendo que o seu peso aumentou significativamente, representando em 2010 cerca de 67%, quando em 2009 esse valor era de 40%.

Os rendimentos resultantes de participações de capital sofreram um decréscimo de cerca de 42%, em relação ao ano de 2009. De referir que nesta rubrica é registada a distribuição de dividendos que a empresa Valorlis, S.A. efectua ao Município da Marinha Grande.

Por sua vez, a rubrica "Outros" também registou um decréscimo de cerca de 25% face ao ano anterior.

Quadro 70: Distribuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros

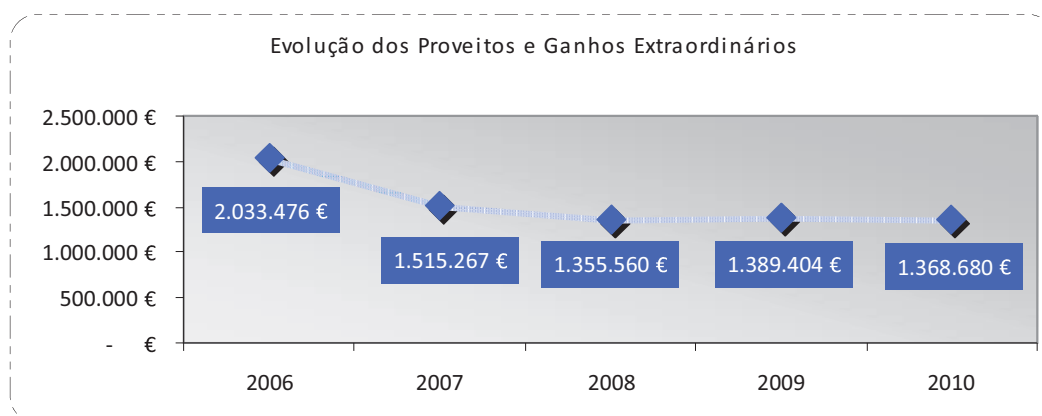
	2006	2007	2008	2009	2010
Juros Obtidos	90.193 €	157.043 €	164.609 €	60.456 €	9.165 €
Rendimentos de Imóveis	59.038 €	56.507 €	57.552 €	57.726 €	57.120 €
Rendimentos e Participações de Capital	6.232 €	6.597 €	9.802 €	9.487 €	5.490 €
Descontos de Pronto Pagamento	- €	- €	- €	11 €	- €
Outros	8.053 €	9.242 €	7.117 €	17.893 €	13.424 €
	163.516 €	229.389 €	239.080 €	145.573 €	85.199 €

2.2.8. Conta 79 – Proveitos e Ganhos Extraordinários

A conta 79 regista os valores considerados extraordinários à actividade normal da entidade, em termos de proveitos, sendo que a diferença entre elas permite apurar os resultados extraordinários.

Face aos valores apresentados, verifica-se que no ano de 2010 se assiste a uma diminuição da rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinários face ao ano anterior em cerca de 1%

Gráfico 36: Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários



Relativamente à distribuição dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, pode verificar-se, através do quadro seguinte, que os Outros Proveitos Extraordinários representam a maior fatia dos proveitos extraordinários, cerca de 73%, tendo registado em 2010 um decréscimo de cerca de 1% face ao ano anterior.

As rubricas que registaram um maior decréscimo face a 2009 foram as rubricas de Ganhos em Imobilizações (-85%), Ganhos em Imobilizações (-76%) e Correções Relativas a anos anteriores (-35%).

Quadro 71: Distribuição dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários

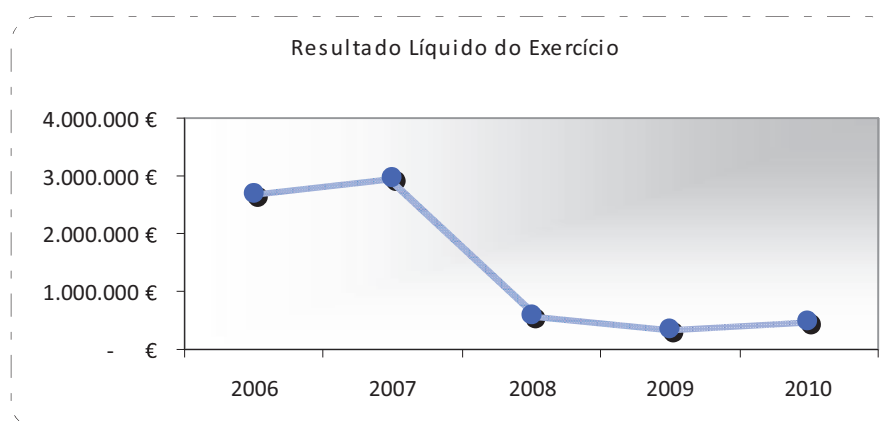
	2006	2007	2008	2009	2010
Ganhos em existências	7.616 €	8 €	367 €	582 €	88 €
Ganhos em imobilizações	107.780 €	4.470 €	114.790 €	68.263 €	16.370 €
Benefícios de Penalidades Contratuais	52.360 €	122.633 €	53.444 €	73.529 €	185.213 €
Reduções de Amortizações e Provisões	7.228 €	6.785 €	5.370 €	3.544 €	14.236 €
Correções relativas a anos anteriores	453.913 €	308.548 €	116.618 €	242.987 €	159.048 €
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.404.579 €	1.072.824 €	1.064.971 €	1.000.498 €	993.724 €
	2.033.476 €	1.515.267 €	1.355.560 €	1.389.404 €	1.368.680 €

2.3. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O quadro seguinte mostra a evolução do Resultado Líquido do Exercício desde 2006.

Quadro 72: Evolução do Resultado Líquido do Exercício

	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Líquido do Exercício	2.694.715 €	2.973.702 €	594.430 €	345.970 €	478.533 €



No ano de 2010, verifica-se um decréscimo nos Resultados Operacionais, nos Resultados Financeiros e nos Resultados Correntes. No entanto, o aumento dos custos foi inferior ao aumento registado nos Proveitos, motivo pelo qual o resultado líquido do exercício apresenta um acréscimo de cerca de 38%, comparativamente ao apurado no ano transacto.

2.4. ANÁLISE DAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

De acordo com os dados constantes do quadro abaixo, pode verificar-se um decréscimo nas dívidas de terceiros de curto prazo em 2010 face ao ano anterior, correspondente a 725.221 euros (-32%). Desta forma, em 2010 as dívidas de terceiros representam 1% do total do activo líquido.

Quadro 73: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

	2006	2007	2008	2009	2010
Dívidas de terceiros curto prazo	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €	1.525.184 €
	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €	1.525.184 €

De 2009 para 2010 regista-se um decréscimo das dívidas de terceiros de curto prazo atenta, essencialmente, a diminuição registada na conta de Devedores de transferências para as autarquias locais, e que decorre do facto de ter caducado o contrato programa celebrado entre a CMMG e a DGOTDU no âmbito do POLIS. Importa referir que esta verba foi inscrita novamente pela DGOTDU em sede de Orçamento de Estado de 2011, tendo em vista a celebração de nova adenda ao contrato neste mesmo ano.

Quadro 74: Dívidas de Terceiros de Curto Prazo – Detalhado

	2006	2007	2008	2009	2010
Clientes c/c	20.121 €	5.815 €	2.216 €	2.260 €	2.242 €
Contribuintes c/c	9.361 €	77.528 €	22.338 €	37.389 €	53.808 €
Utentes c/c	630.276 €	464.490 €	949.166 €	425.244 €	272.647 €
Clientes Contribuintes Utentes - Cob. Duvidosa	477.717 €	521.407 €	566.862 €	374.682 €	484.430 €
Adiantamentos a Fornecedores	- €	- €	75.000 €	- €	- €
Estado e Outros Entes Públicos	2.788 €	- €	- €	- €	- €
Outros Devedores	4.945.205 €	4.959.556 €	1.472.770 €	1.410.830 €	712.058 €
	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €	1.525.184 €

2.5. ANÁLISE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo representam cerca de 17% do Passivo no ano de 2010, o que representa um decréscimo do seu peso quando comparado com os anos transactos: em 2009 representavam 20% do Passivo, e em 2008 representavam 22%.

As dívidas a terceiros de curto prazo representam em 2010 cerca de 10% do Passivo, o que significa que o seu peso no Passivo se manteve semelhante quando comparado com o ano transacto. Em 2009 estas dívidas representavam também 10% do Passivo, e em 2008 representavam 6% do mesmo.

2.5.1. Médio e Longo Prazo

Através da análise das dívidas a terceiros de médio e longo prazo pode verificar-se um decréscimo destas em 2010 face ao ano transacto, no montante de 1.012.425 euros (- 15%).

Considerando que em 2010 cerca de 98% da dívida de médio e longo prazo se refere a empréstimos bancários, e em 2009 esse peso era de 97%, pode concluir-se que a diminuição verificada se ficou a dever essencialmente à amortização de capital de empréstimos contratualizados.

Quadro 75: Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

	2006	2007	2008	2009	2010
Instituições de Crédito	9.310.334 €	8.404.564 €	7.500.340 €	6.545.690 €	5.589.096 €
Fornecedores de Leasing	9.509 €	4.801 €	29.826 €	22.167 €	29.175 €
Outros Credores	392.367 €	318.830 €	244.969 €	175.636 €	112.797 €
	9.712.210 €	8.728.196 €	7.775.135 €	6.743.492 €	5.731.068 €

2.5.2. Curto Prazo

Pela análise dos valores constantes do quadro que se segue pode verificar-se que as dívidas de curto prazo registaram um decréscimo de cerca de 1% face ao ano anterior, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 28.217 euros.

Face ao exposto, as dívidas de curto prazo representam, em 2010, cerca de 10% do Passivo total da Autarquia, mantendo-se, deste modo, o peso das dívidas a terceiros face ao Passivo total relativamente ao ano transacto.

Quadro 76: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

	2006	2007	2008	2009	2010
Dívidas a Terceiros CP	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €	3.399.512 €
	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €	3.399.512 €

Fazendo uma análise mais pormenorizada às contas de credores que fazem parte do passivo da Autarquia pode aferir-se que as rubricas que registaram um maior decréscimo em 2010 face a 2009 foram as contas de Fornecedores em Recepção e Conferência, com uma diminuição de 35%, Estado com uma redução de 61% e Clientes e Utentes com caução, com um decréscimo de 22%.

De referir que a diminuição da dívida para com o Estado está directamente relacionada com o pagamento dos encargos com a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações relativos ao mês de Dezembro de 2010 e IVA relativo ao mês de Novembro de 2010, ainda em Dezembro de 2010.

A rubrica com maior peso em 2010 é a rubrica Outros Credores que representam cerca de 32% do total de dívidas a terceiros de curto prazo, seguida dos Fornecedores de Imobilizado c/c e Fornecedores c/c, 26% cada.

Quadro 77: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo – Detalhado

	2006	2007	2008	2009	2010
Fornecedores c/c	505.019 €	400.079 €	412.393 €	767.215 €	880.839 €
Fornecedores de imobilizado c/c	402.108 €	174.451 €	224.145 €	845.108 €	884.164 €
Fornecedores -Recepção e Conferência	64.006 €	3.305 €	18.098 €	23.469 €	15.232 €
Outros credores	1.132.780 €	1.092.007 €	1.148.436 €	1.036.686 €	1.087.693 €
Estado	117.212 €	150.931 €	70.371 €	146.424 €	57.839 €
Clientes e utentes com caução	158.013 €	165.246 €	171.977 €	608.826 €	473.744 €
Administração autárquica	- €	- €	- €	- €	- €
	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €	3.399.512 €

O quadro seguinte apresenta o resumo da evolução das Dívidas a e de terceiros no período de 2006 a 2010.

Quadro 78: Resumo da Evolução das Dívidas a e de Terceiros, 2006-2010

	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDAS DE TERCEIROS	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €	1.525.184 €
Curto Prazo	6.085.468 €	6.028.796 €	3.088.353 €	2.250.405 €	1.525.184 €
Médio e Longo Prazo	- €	- €	- €	- €	- €
DÍVIDAS A TERCEIROS	12.091.348 €	10.714.214 €	9.820.555 €	10.171.221 €	9.130.579 €
Curto Prazo	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €	3.399.512 €
Médio e Longo Prazo	401.876 €	323.632 €	274.794 €	197.803 €	141.971 €
Empréstimos	9.310.334 €	8.404.564 €	7.500.340 €	6.545.690 €	5.589.096 €

2.6. INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL

2.6.1. Rácios de Liquidez

Estes rácios indicam a rapidez com que o Município transforma os seus activos em dinheiro, tornando-os líquidos.

LIQUIDEZ GERAL

Este indicador mede a cobertura do activo circulante pelo passivo circulante.

Quadro 79: Liquidez Geral

	2006	2007	2008	2009	2010
Activo Circulante	7.874.139 €	8.364.896 €	6.606.027 €	4.020.156 €	3.298.508 €
Passivo Circulante	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €	3.399.512 €
Liquidez Geral	3,31	4,21	3,23	1,17	0,97

Através da análise dos dados constantes no quadro anterior pode verificar-se que a tendência de descida verificada desde 2008 se manteve em 2010, sendo que este é o ano que apresenta o valor mais baixo e abaixo da unidade, o que significa que a diferença entre o activo e o passivo circulante tem vindo a diminuir, sendo que em 2010 o Passivo circulante é superior ao Activo Circulante em 101.004 euros.

LIQUIDEZ REDUZIDA

Este indicador complementa a informação anterior. Pretende-se com este rácio avaliar a capacidade do Município para fazer face às suas obrigações de curto prazo utilizando para isso o activo circulante deduzido do valor das existências.

Quadro 80: Liquidez Reduzida

	2006	2007	2008	2009	2010
Activo Circulante	7.874.139 €	8.364.896 €	6.606.027 €	4.020.156 €	3.298.508 €
Existências	207.969 €	225.418 €	249.558 €	256.569 €	228.750 €
Passivo Circulante	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €	3.399.512 €
Liquidez Reduzida	3,22	4,10	3,11	1,10	0,90

Também neste rácio se assistiu a uma diminuição atingindo o valor mais baixo dos últimos cinco anos e abaixo da unidade.

LIQUIDEZ IMEDIATA

Por sua vez o rácio de liquidez imediata mede a capacidade do Município para fazer face às suas dívidas de curto prazo recorrendo exclusivamente às suas disponibilidades.

Quadro 81: Liquidez Imediata

	2006	2007	2008	2009	2010
Disponibilidades	2.068.240 €	2.643.811 €	3.268.116 €	1.513.182 €	1.544.574 €
Passivo Circulante	2.379.137 €	1.986.018 €	2.045.420 €	3.427.729 €	3.399.512 €
Liquidez Imediata	0,87	1,33	1,60	0,44	0,45

Face aos valores apresentados podemos verificar que o grau de liquidez imediata apresenta, em 2010, um valor inferior à unidade semelhante ao verificado no ano transacto, o mais baixo do período em análise, contrariamente ao verificado em 2007 e 2008. Quer isto dizer que em 2010 se o Município tivesse de solver de imediato os seus compromissos de curto prazo iria deparar-se com problemas de tesouraria dado que as disponibilidades são inferiores ao passivo circulante.

2.6.2. Rácio de Solvabilidade

O indicador de solvabilidade mede a capacidade financeira global que a entidade tem para solver a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida de curto, médio e longo prazo.

Da análise dos valores apresentados verifica-se que este rácio tem apresentado valores superiores à unidade, com tendência a aumentar, o que significa que o Município está a diminuir a sua dependência em relação aos credores. O ano de 2010 veio mais uma vez confirmar essa tendência, sendo que é o ano do período de análise que apresenta um valor superior.

Quadro 82: Rácio de Solvabilidade

	2006	2007	2008	2009	2010
Fundo Patrimonial	65.945.014 €	71.698.127 €	72.819.888 €	73.203.141 €	75.049.076 €
Passivo	37.246.542 €	35.193.663 €	34.651.548 €	34.123.108 €	33.000.851 €
Solvabilidade	1,77	2,04	2,10	2,15	2,27

2.6.3 Rácio da Autonomia Financeira

Este indicador evidencia a parte do activo que é coberto pelo fundo patrimonial.

De acordo com os valores apresentados no quadro infra pode-se verificar que o grau de autonomia financeira estabilizou ao longo dos últimos cinco anos o que significa que o Município também estabilizou a sua dependência face a financiamentos externos, o que lhe dá uma maior autonomia.

Quadro 83: Rácio da Autonomia Financeira

	2006	2007	2008	2009	2010
Fundo Patrimonial	65.945.014 €	71.698.127 €	72.819.888 €	73.203.141 €	75.049.076 €
Activo Líquido	103.191.556 €	106.891.791 €	107.471.436 €	107.326.250 €	108.049.927 €
Autonomia Financeira	0,64	0,67	0,68	0,68	0,69

2.6.4. Rácios de Endividamento**ENDIVIDAMENTO**

Este rácio mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da Autarquia.

Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento estabilizou ao longo dos últimos quatro anos.

Quadro 84: Rácio do Endividamento

	2006	2007	2008	2009	2010
Passivo	37.246.542 €	35.193.663 €	34.651.548 €	34.123.108 €	33.000.851 €
Activo Líquido	103.191.556 €	106.891.791 €	107.471.436 €	107.326.250 €	108.049.927 €
	0,36	0,33	0,32	0,32	0,31

ENDIVIDAMENTO - EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A análise deste indicador permite averiguar o grau de dependência do activo líquido total do Município relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela entidade.

Quadro 85: Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo

	2006	2007	2008	2009	2010
Empréstimos de MLP	9.310.334 €	8.430.906 €	7.524.397 €	6.567.230 €	5.607.950 €
Activo Líquido	103.191.556 €	106.891.791 €	107.471.436 €	107.326.250 €	108.049.927 €
	0,09	0,08	0,07	0,06	0,05

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



ENDIVIDAMENTO

2.7. ENDIVIDAMENTO

De acordo com o disposto na Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2010 e na Lei das Finanças Locais, aos municípios é solicitado o cumprimento de limites ao endividamento municipal, no que respeita ao endividamento de curto, de médio e longo prazos e ao endividamento líquido.

Atendendo ao disposto na legislação vigente importa identificar qual o ponto de situação do Município da Marinha Grande à data de 31-12-2010, atendendo aos limites supra referidos, pelo que se apresentam os mapas demonstrativos do cálculo dos limites ao endividamento municipal reportados a 31-12-2010.

Quadro 86: Limites de Endividamento Municipal de 2010

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2010				
(€)				
RECEITAS MUNICIPAIS 2009	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS	5.207.521,72	126.255,22	5.081.266,50	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	3.303.064,56	76.989,58	3.226.074,98	
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	1.264.964,90	47.983,16	1.216.981,74	
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)*	632.131,42	104,50	632.026,92	
Contribuição Autárquica	2.556,10	1.177,98	1.378,12	
Imposto Municipal de Sisa	4.804,74		4.804,74	
DERRAMA	1.020.096,50		1.020.096,50	
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA	6.227.618,22	126.255,22	6.101.363,00 (A)	
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL	-	-	(B)	
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2009)	-	-	5.594.962,00 (C)	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	11.696.325,00 (D) = (A) + (B) + (C)	
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	1.169.632,50 (E) = 10% × (D)	
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	11.696.325,00 (F) = 100% × (D)	
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	14.620.406,25 (G) = 125% × (D)	

* Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único Circulação (IUC).

Quadro 87: Activos e Passivos Financeiros

2. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS			
(€)			
CONTAS	Saldo devedor final de 2010	Saldo credor 2010	Observações
1 DISPONIBILIDADES	1.544.573,59		
11 Caixa	4.530,07		
12 Depósitos em instituições financeiras	1.540.043,52		
13 e 14 (...)			
15 Títulos negociáveis			
18 Outras aplicações de tesouraria			
2 TERCEIROS	1.530.275,56	30.244.422,94	
21 Clientes, contribuintes e utentes	813.126,50	473.744,28	
211 Clientes, c/c	2.241,63		
212 Contribuintes, c/c	53.807,50		
213 Utentes, c/c	272.647,15		
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções		473.744,28	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	484.430,22		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores		896.071,45	
221 Fornecedores, c/c		880.839,24	
222 a 227 (...)			
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		15.232,21	
229 Adiantamentos a fornecedores			
23 Empréstimos obtidos		5.589.096,44	
231 Em moeda nacional		5.589.096,44	
2311 De curto prazo			
23111 Empréstimos bancários			
23112 a 23119 (...)			
2312 De médio e longo prazo		5.589.096,44	
23121 Empréstimos bancários		5.589.096,44	
23123 Outros empréstimos obtidos			
24 Estado e outros entes públicos		57.839,41	
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	
251 Devedores pela execução do orçamento			
252 Credores pela execução do orçamento			
26 Outros devedores e credores	0,00	1.401.769,73	
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	913.338,25	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		829.893,77	
2612 a 2617 (...)		29.174,57	
2618 Facturas em recepção e conferência		54.269,91	
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
262 Pessoal		183,38	
263 Sindicatos		1.629,63	
264 Administração autárquica	0,00	0,00	
2641 Associações de municípios			
2642 Municípios			
2643 Serviços municipalizados			
2644 Federações de municípios			
2645 Associações de freguesias			
2646 Freguesias			
2647 Empresas municipais e intermunicipais			
2648 e 2649 (...)			
265 e 266 (...)			
267 Consultores, assessores e intermediários		1.210,40	
268 Devedores e credores diversos		485.408,07	
269 Adiantamentos por conta de vendas			
27 Acréscimos e diferimentos	717.149,06	21.825.901,63	
271 Acréscimos de proveitos	441.087,49		
272 Custos diferidos	276.061,57		
273 Acréscimos de custos		1.762.138,75	
274 Proveitos diferidos		20.063.762,88	
2741 a 2744 (...)		16.162,75	
2745 Subsídios para investimentos*		20.047.600,13	* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.
2748 Diferenças de câmbio favoráveis			
2749 Outros proveitos diferidos*			
28 Empréstimos concedidos			
4 IMOBILIZAÇÕES	1.137.627,15		
41 Investimentos financeiros	1.137.627,15		
411 Partes de capital	1.137.627,15		
412 Obrigações e títulos de participação			
413 (...)			
415 Outras aplicações financeiras			
TOTAL	4.212.476,30	30.244.422,94	
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	4.212.476,30	10.196.822,81	(A)

Quadro 88: Endividamento de Médio e Longo Prazos

3. ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS			
		(€)	
Empréstimos de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final de 2010	Observações
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para fazer face a prejuízos decorrentes de calamidades públicas (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	1		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	2		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para pagamento de dívidas à EDP (Orçamentos do Estado para 1992, 1993, 1994 e 1995)	3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.1		
Empréstimos contraídos em 2002, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) (artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7.05, introduzido pela Lei n.º 34/96, de 29.08)	4.2		
Outros empréstimos contraídos em 2002 destinados à habitação social (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	4.3		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries de Dezembro de 1995 e Janeiro 1996, criadas pelo Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 23.03 - OE/1996)	5		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	6		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, ao abrigo do Programa de Reabilitação Urbana, apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (artigo 22.º da Lei n.º 52-C/96, de 27.12 - OE/1997 e artigo 22.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	7		
Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito criada pelo Decreto-Lei n.º 345/97, de 05.12 para apoio à reparação dos danos causados em infra-estruturas e equipamentos municipais (artigo 23.º da Lei n.º 127-B/97, de 20.12 - OE/1998)	8		
Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos participados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º do OE/2000)	9.1	291.336,00	
Empréstimos contraídos em 2002, para execução de projectos participados por fundos comunitários (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	9.2	903.781,55	
Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)	10.1		
Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)	10.2		
Empréstimos contraídos no âmbito da linha de crédito bonificado para apoio à reparação dos danos causados pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003 em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público (artigo 3.º da Lei n.º 107/2003, de 10.12)	11		
Empréstimos contraídos em 2004, para execução de projectos participados por fundos comunitários (Despacho Conjunto n.º 177/2004, de S. Ex.as os Ministros das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, publicado na II Série do D.R. n.º 71, de 27.03.2004)	12		
Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projectos participados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	13		
Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projectos participados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 - OE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	14		
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de projectos participados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 7 do artigo 33.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30.12 - OE/2006	15		
Empréstimos contraídos em 2006, para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo n.º 9 do artigo 33.º do OE/2006 (Despacho 22 262/2006, de 3/11)	16		
Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana, abrangidos pelo n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	17		
Empréstimos contraídos, para execução de projectos participados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	18		
Empréstimos contraídos para execução de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública, abrangidos pelo n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01	19		
Empréstimos contraídos para a conclusão dos PER cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até 1995 (alínea b) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	20		
Empréstimos contraídos em 2008 destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Requalificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (art.º 27.º do OE/2008)	21		
Outros empréstimos de médio e longo prazos (não excepcionados e não incluídos nos pontos anteriores)	22	4.393.978,89	
TOTAL		5.589.096,44	

Outras dívidas de médio e longo prazos	N.º	Capital em dívida no final de 2010	Observações
Dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988 (alínea c) do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)	1		

(€)

RECAPITULATIVO

Designação	N.º	Montante	Observações
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal (somatório das linhas 1 a 21 do quadro de empréstimos mlp)	A	1.195.117,55	
Outras dívidas de médio e longo prazos excepcionadas dos limites de endividamento municipal (dívidas EDP 1988)	B	0,00	

Quadro 89: Apuramento da Situação de Endividamento do Município Marinha Grande a 31.12.2010

4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DE 2010			
(€)			
Designação	Montante	Observações	
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311	
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	5.589.096,44	(C) = Saldo credor conta 2312	
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	5.980.910,66	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros	
CONTRIBUIÇÃO AM, SM e SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (***)	18.853,21	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*	
CONTRIBUIÇÃO AM, SM e SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO(***)	5.665,80	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*	
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	1.195.117,55	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos	
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos	
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	4.412.832,10	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	4.791.458,91	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)	
Limites endividamento municipal (recapitulativo)			
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	1.169.632,50	(K) = Campo (E) do Quadro 1	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	11.696.325,00	(L) = Campo (F) do Quadro 1	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	14.620.406,25	(M) = Campo (G) do Quadro 1	
Situação face aos limites			
Excesso			
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)	
Margem	1.169.632,50		
Excesso			
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)	
Margem	7.283.492,90		
Excesso			
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)	
Margem	9.828.947,34		

* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento.

** No final do ano em causa.

*** Na data de encerramento das contas do Município da Marinha Grande relativas ao exercício económico de 2010, verificou-se que as Associações de Município em que a autarquia participa, designadamente a CIMPL e a AMLEI não possuem as suas contas encerradas, pelo que para o cálculo do endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazos, foram considerados os elementos provisórios por estas remetidos à autarquia em Janeiro de 2011 e respeitantes a 31-12-2010.